

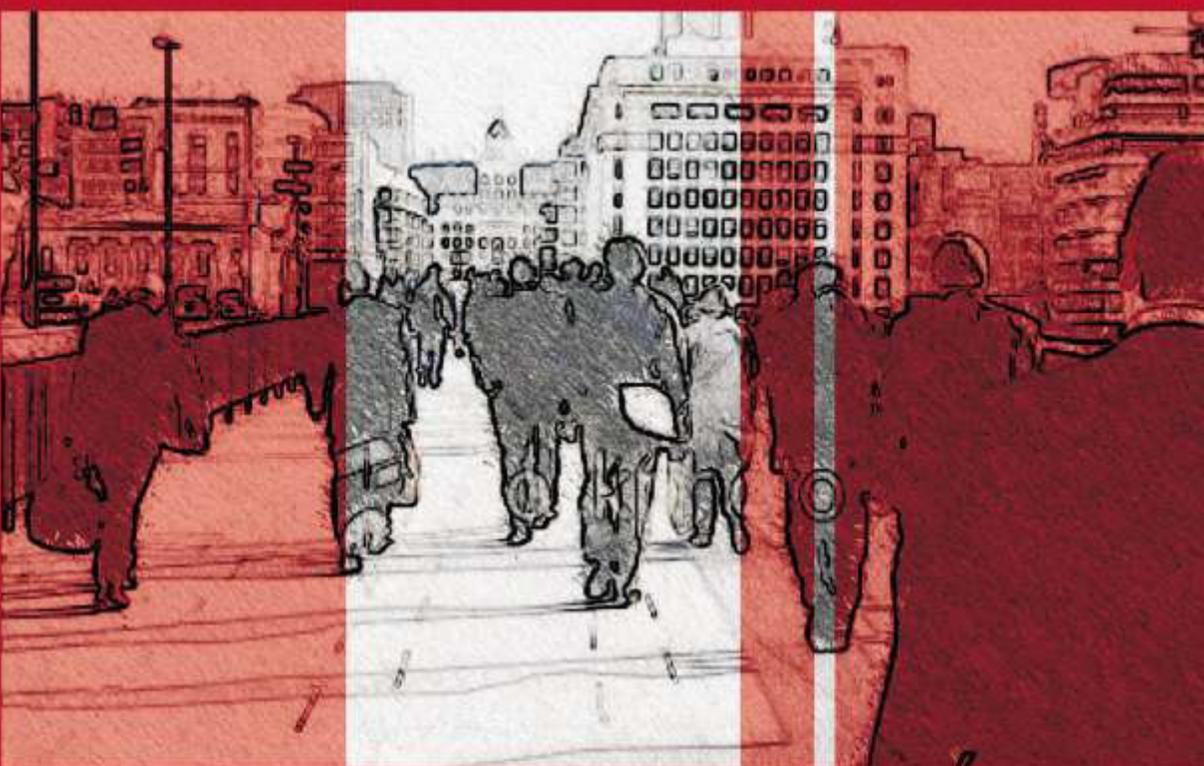
ISSN-0103-5576

TRAVESSIA

revista do migrante

Publicação do CEM - Ano XXIII, nº 66, Janeiro - Junho/2010

nº 66



POLONESES E O DEOPS

GAÚCHOS E CATARINENSES

BRASILEIROS EM LONDRES

- dossiê -

IDENTIDADE BRASILEIRA

CABOVERDEANOS

TRAVESSIA - Revista do Migrante

Publicação do CEM - Centro de Estudos Migratórios (Federação Internacional dos CEMs J. B. Scalabrini), de natureza interdisciplinar, que visa contribuir para o intercâmbio entre a ampla e diversificada produção do conhecimento e aqueles que atuam em movimentos sociais e pastorais junto aos migrantes.

Diretor do CEM

Sidnei Marco Dornelas

Editor

Dirceu Cutti

CONSELHO CIENTÍFICO

Alfredo José Gonçalves (Pia Soc. dos Miss. de S. Carlos/Scalabrinianos)

Carlos Bernardo Vainer (IPPUR/UFRJ)

Dulce Maria Tourinho Baptista (PUC/SP)

Francisco Nunes (Casper Líbero)

Giralda Seyferth (Museu Nacional/PPGAS/UFRJ)

José Guilherme Cantor Magnani (USP)

José Jorge Gebara (UNESP)

Lelio Alberto Mármora (Universidad de Buenos Aires)

Lorenzo Prencipe (CSER/Roma)

Marcia Anita Sprandel (Gt. Migrações Internacionais da ABA e CEMI/Unicamp)

Maria Aparecida de Moraes Silva (UNESP)

Oswaldo Mário Serra Truzzi (UFSCar)

Sidney Antonio da Silva (UFAM)

CONSELHO EDITORIAL

Ana Cristina Arantes Nasser (USP)

Heinz Dieter Heidemann (USP)

Helion Póvoa Neto (NIEM e IPPUR/UFRJ)

José Carlos Pereira (SPM e Unicamp)

Léa Francesconi (USP)

Margarida Maria de Andrade (USP)

Marilda Aparecida de Menezes (UFPB)

Odair da Cruz Paiva (UNESP)

CENTRO DE ESTUDOS MIGRATÓRIOS

Rua Vasco Pereira, 55

Bairro Liberdade

01514-030 São Paulo / SP - Brasil

Fone: (11)3208.6227

cemsp@cemsp.com.br

www.cemsp.com.br

Capa - Raquel de Moura Peres Venturini

Impressão - Maxprint Editora e Gráfica Ltda (11)4815.4331

SUMÁRIO

Apresentação	5
<i>Helion Póvoa Neto</i>	

Dossiê – Brasileiros em Londres

Introdução	7
<i>Tânia Tonhati e Gustavo Dias</i>	

Brasileiros em Londres: um perfil socioeconômico	9
<i>Yara Evans</i>	

Saboreando o Brasil em Londres: comida, imigração e identidade....	21
<i>Graça Brightwel</i>	

O <i>Made in Brasil</i> em Londres: migração e os bens culturais	33
<i>Simone Frangella</i>	

Casa de brasileiros em Londres: a importância da casa para os imigrantes brasileiros	45
<i>Gustavo Tentoni Dias</i>	

O papel da família e de organizações civis no ensino de português para crianças brasileiras.....	55
<i>Ana Beatriz Barboza de Souza</i>	

Ver-se nos olhos do outro: gênero, raça e identidade brasileira no estrangeiro.....	65
<i>Claudia Barcellos Rezende</i>	

Os imigrantes poloneses em São Paulo pela lente do DEOPS.	77
<i>Erick Reis Goldiauskas Zen</i>	

Estrategias de inserción de inmigrantes caboverdeanos en los Estados Unidos, Portugal y en la Argentina.....	87
<i>Marta M. Maffia</i>	

Por um pedaço de chão: a diáspora gaúcha e catarinense para o Paraná e a construção do território-rede	101
<i>Marcos Leandro Mondardo</i>	

Resenha.....	115
--------------	-----

Sendo este o terceiro número da Travessia – Revista do Migrante em seu novo formato, reiteramos que nossa publicação deixou de ter caráter monográfico. Ela passou a acolher contribuições sobre migrantes e migrações em geral, independentemente de especificação temática. Os textos submetidos continuam sujeitos a aprovação, pelo Conselho Editorial, e a periodicidade tornou-se semestral.

Embora não mais haja um tema geral do número, artigos aprovados para publicação que guardem identidade entre si podem ser agrupados em dossiês, pelo conselho ou por autores que propõem conjuntos de colaborações assim organizadas.

Neste número 66, a Travessia apresenta o dossiê “Brasileiros em Londres”, organizado especialmente para a revista pelo Grupo de Estudos sobre Brasileiros no Reino Unido – GEB. Além dos artigos que compõem o dossiê, outras contribuições aprovadas versam sobre diferentes especificações temáticas quanto à migração e os migrantes. São artigos e uma resenha.

A emigração brasileira, realidade que se vem afirmando a partir dos anos oitenta, crescentemente acompanhada desde então pelos meios de comunicação, pelo Estado brasileiro e pela comunidade de pesquisadores, representa um processo social de muitas facetas e ainda insuficientemente conhecido. Grande parte dos estudos já existentes enfocou, inicialmente, a presença brasileira nos Estados Unidos, no Japão e em países fronteiriços, principalmente o Paraguai.

O movimento migratório brasileiro para a Europa Ocidental, percebido desde a década de 1990 como processo significativo demográfica e socialmente, representa um campo de estudos relativamente novo, que se soma às análises sobre os países mencionados acima e é merecedor de considerações específicas, face à sua grande complexidade. Podemos dizer que algumas realidades vêm merecendo a publicação de diversos estudos, como acontece no caso de Portugal e, cada vez mais, no da Espanha. Os focos temáticos acentuam-se em coerência com a intensificação dos movimentos migratórios para os diversos países, mas também de acordo com os graus de evidência apresentados pelas comunidades brasileiras nas diversas destinações.

No caso do Reino Unido, sabia-se da acentuação da chegada de brasileiros na condição de migrantes, especialmente ao longo desta última década, mas se tratava de uma comunidade ainda relativamente pouco visível. Um evento trágico ocorrido em 2005, a morte de um imigrante brasileiro confundido com um possível terrorista, assassinado pela polícia londrina, despertou a atenção para a evidência da presença de uma significativa comunidade, pouco reconhecida e marcada pela irregularidade, na capital inglesa e em outras partes do Reino Unido. Dados do Ministério das Relações Exteriores indicam estar, nesse país, o maior contingente de emigrantes brasileiros na Europa.

Em face de tal contraste entre uma realidade que se impunha e o pouco conhecimento a seu respeito, a curiosidade quanto a quem são e como vivem estes brasileiros só fez crescer, mas os estudos disponíveis ainda não respondiam satisfatoriamente a esta demanda. Durante um bom tempo, o único título disponível a respeito foi, salvo engano, o artigo de Ângela Torresan “Ser brasileiro em Londres”, publicado nesta revista Travessia, em seu número 23, de 1995.

Parece-nos significativo que esta defasagem de conhecimento comece a mudar também aqui, na nossa revista, com a publicação do dossiê temático “Brasileiros em Londres”, organizado por Tânia Tonhati e Gustavo Dias. Os artigos que o compõem provêm de um grupo de pesquisadores brasileiros sediados em Londres e organizados desde 2008 no intuito de analisar esta nova realidade.

O dossiê é introduzido e comentado, a seguir, pelos organizadores, sendo composto por artigos de Yara Evans, Gustavo Dias, Graça Brightwell, Ana Beatriz Barboza de Souza e Simone Frangella. A Travessia acolhe o fruto do trabalho destes pesquisadores e espera assim contribuir para melhor compreensão da realidade vivida pelo expressivo contingente de brasileiros hoje estabelecidos na capital do Reino Unido.

Um dos temas mais frequentemente destacados pelo migrante que busca entender sua situação em terra estrangeira é o da forma como é percebido pelos locais, em especial quanto à sua condição de gênero e ao seu pertencimento em categorias raciais vigentes na sociedade de acolhida. No caso dos brasileiros em sociedades onde tais dimensões são percebidas e vividas de forma diferente das mais habituais nas suas áreas de origem, costuma ser perceptível a defasagem entre como se representam e como se “veem nos olhos do outro”, para usar o título do artigo de Claudia Barcellos Rezende. Enfocando um grupo de brasileiros que se deslocou ao exterior não na qualidade de migrantes, mas sim na de estudantes de pós-graduação, a autora examina como, também nessa forma específica de deslocamento, a identidade brasileira é percebida segundo concepções de gênero e de raça sujeitas a ambiguidade.

A percepção do estrangeiro através de uma mediação que coloca em primeiro plano os dilemas sociais e políticos da sociedade de acolhida é tema também do artigo de Erick Reis Goldiauskas Zen sobre os imigrantes poloneses na cidade de São Paulo, nas décadas de 1930 e 1940. Através da análise dos arquivos do Departamento de Ordem Política e Social do Estado de São Paulo (DEOPS/SP), o autor apresenta como as atividades políticas daqueles imigrantes foram monitoradas por um organismo oficial voltado ao controle e à manutenção da ordem política.

As estratégias de construção da identidade social de imigrantes cabo-verdianos merecem a análise de Marta Maffia, em artigo que aborda tais processos do ponto de vista da Argentina como área de acolhimento. A análise é complementada com considerações sobre a absorção de cabo-verdianos nos Estados Unidos e em Portugal.

No plano das migrações internas no Brasil, destaca-se o artigo de Marcos Leandro Mondardo, no qual o autor faz uso dos conceitos de desterritorialização e reterritorialização, oferecendo uma interpretação sobre a migração gaúcha e catarinense para o estado do Paraná da década de 1940 à de 1970. O trabalho prioriza o entendimento deste processo no interior da política da “marcha para o Oeste” do Estado Novo de Vargas. Ao mesmo tempo, enfatiza o quanto as redes sociais tecidas entre grupos de migrantes colaboram para a concretização dos projetos migratórios.

O número se completa com a resenha do livro *“La città abbandonata. Dove sono e come cambiano le periferie italiane?”*, realizada por Sidnei Marco Dornelas.

Aguardando o seu retorno e a sua colaboração, desejamos uma boa leitura. Até o próximo número.

Helion Póvoa Neto

Introdução

Como apontado no nº 64 da *Travessia – Revista do Migrante*, o Brasil vem cada vez mais se afirmando como um país de emigração. Desde meados dos anos 1970, diversos destinos internacionais vêm recebendo progressivamente um considerável número de imigrantes brasileiros, que deixam diversas regiões do território nacional em busca de melhorias na qualidade de vida, oportunidades de estudo e/ou emprego na sociedade de imigração. Visam, com isso, um dia retornarem ao Brasil e poderem almejar uma vida com maiores chances de sucesso, através do capital econômico e/ou cultural acumulado ao longo dos anos de emigração.

Os países que compõem a União Europeia estão entre os principais destinos dos brasileiros. Segundo dados do Ministério das Relações Exteriores, atualmente, são aproximadamente 816.257 brasileiros residindo em países como: Portugal, Espanha, Itália, França, Holanda, Alemanha e Inglaterra. Muitos vivem as angústias diárias do aprendizado do idioma, dos costumes e das regras do país e, principalmente, da irregularidade documental. Isto faz com que vivam na delicada fronteira entre o ser e o não-ser social, num lugar incerto e à mercê do discurso étnico dentro da sociedade de imigração.

Pode-se dizer que o Reino Unido apresenta a maior quantidade de imigrantes brasileiros no continente europeu, nos dias atuais. Estudos apontam que a imigração brasileira para este país é um fenômeno que teve seu início na década de 1980. Entretanto, nos últimos anos este fluxo migratório teve um crescimento considerável, com destaque para a capital, Londres, que, conforme dados apresentados pelo Departamento de Geografia da Universidade de Londres, em 2007, contava entre 130 mil e 160 mil brasileiros.

Devido ao crescimento populacional da comunidade brasileira no Reino Unido houve, também, um aumento na demanda por produtos nacionais, na promoção de eventos culturais, na criação de revistas e jornais voltados para o público brasileiro, no surgimento de igrejas católicas e evangélicas brasileiras e, ainda, na criação de organizações dedicadas a fornecer apoio

legal ao imigrante. Gradativamente a nacionalidade brasileira vem ganhando destaque em meio às demais nacionalidades que compõem o cenário londrino. Bairros como Brent e áreas comerciais como, por exemplo, a Oxford Street, evidenciam em seu cenário a presença da brasilidade por meio não só de pequenos comércios, mas também através da bandeira brasileira, utilizada pelo imigrante como um símbolo de identificação nacional.

Foi percebendo esse crescimento da comunidade brasileira em Londres e, conseqüentemente, a criação de uma identidade brasileira, que no início de 2008 um grupo de pesquisadores brasileiros residentes na capital inglesa, resolveu fundar o Grupo de Estudos sobre Brasileiros no Reino Unido/GEB. Atualmente, este grupo de pesquisa realiza suas atividades mensalmente e tem como membros pessoas do espaço acadêmico que estudam o processo migratório de brasileiros para o Reino Unido. Entretanto, suas palestras e seminários são abertos à comunidade em geral interessada no tema da imigração brasileira.

Pode-se dizer, ainda, que a experiência migratória do grupo não se limita apenas aos estudos realizados, mas também está presente na vivência pessoal e diária de cada um de seus integrantes, uma vez que, em se tratando de um grupo composto praticamente por brasileiros residentes no Reino Unido, trazemos as nossas próprias experiências migratórias.

Sabendo da importância da revista *Travessia* e dos seus mais de vinte anos de trabalho na divulgação de artigos, resenhas e depoimentos sobre a migração e de seus atores sociais, o GEB propôs-se a elaborar, em conjunto com esta revista, um dossiê capaz de oferecer ao leitor um panorama sobre os brasileiros em Londres. Desse modo, os artigos presentes neste volume compõem um trabalho que, apesar de não abarcar a totalidade do real, ambiciona trazer ao conhecimento da comunidade acadêmica brasileira e, também, da sociedade em geral, as diversas faces da presença desses imigrantes em Londres.

É, então, do trabalho em conjunto entre brasileiros imigrantes, que procuram entender as características deste “pequeno Brasil” na Inglaterra, e brasileiros dedicados a apresentar a realidade e dificuldades do imigrante que nasce este dossiê. Dentro deste contexto, o grupo GEB agradece a oportunidade da parceria com a revista *Travessia*, pois nada melhor que apresentar esta face do Brasil em Londres, do que através da principal revista brasileira sobre migração.

*Tânia Tonhati
Gustavo Dias*

Brasileiros em Londres

Um perfil socioeconômico

*Yara Evans**

A despeito da ausência de dados oficiais precisos, o número de brasileiros em Londres aumentou visivelmente nas duas últimas décadas. Dada a ausência de laços políticos entre o Brasil e o Reino Unido que justifiquem esse fluxo, como, por exemplo, o caso das ex-colônias do império britânico, o incremento da entrada e permanência de brasileiros no Reino Unido tem despertado grande interesse entre acadêmicos e pesquisadores sobre temas de imigração. Mesmo assim, há ainda relativamente poucos estudos sobre a comunidade brasileira em Londres. Visando preencher essa lacuna, este artigo apresenta e discute dados obtidos de uma amostragem de brasileiros que moram e trabalham em Londres.¹

O artigo inicia-se com uma breve discussão sobre o tamanho da comunidade brasileira em Londres, seguida de descrição da metodologia utilizada em pesquisa realizada recentemente para traçar um perfil socioeconômico de brasileiros em Londres. Em seguida, apresentam-se os dados obtidos de uma amostragem dessa comunidade, comparando-os, quando possível, aos dados de outros estudos realizados sobre brasileiros no exterior.

** Doutora pelo Institute of Geography and Earth Sciences, University of Wales Aberystwyth e vem atuando em pesquisas junto ao Department of Geography at Queen Mary, the University of London e no projeto de pesquisa Global Cities at Work: Migrant Labour in Low Paid Employment in London e integrante do Grupo de Estudos sobre Brasileiros no Reino Unido – GEB.*

O tamanho da comunidade brasileira em Londres

Há uma grande discrepância entre os dados oficiais sobre o tamanho da comunidade brasileira no Reino Unido e a realidade observada pelos representantes de uma gama de organizações brasileiras que atuam no país. Qualquer que seja o seu tamanho, não há dúvida de que a comunidade brasileira concentra-se, em sua maior parte, na capital londrina.

Contudo, enquanto o último censo britânico, conduzido em 2001, registrava cerca de 8 mil brasileiros residindo em Londres, estimativas extraoficiais indicavam que a população brasileira à época girava entre 15 mil a 50 mil indivíduos (CWERNER, 2001). Anos depois, representantes da Associação Brasileira no Reino Unido (ABRAS) estimavam que a população brasileira no país girasse em torno de 200 mil, com a grande maioria (130 mil a 160 mil) residindo em Londres. Segundo a mesma entidade, o bairro de sua sede, Brent, no noroeste da capital, abrigaria sozinho cerca de 30 mil brasileiros, compreendendo, provavelmente, a maior concentração geográfica de brasileiros e, conhecido por muitos, como 'o bairro brasileiro'. Outras concentrações importantes encontram-se no sul da capital, em Stockwell (onde Jean Charles de Menezes foi assassinado pela polícia), e no distrito central de Bayswater, há muito chamado de 'Brazilwater' pelos brasileiros, em referência à grande presença de brasileiros. Mais recentemente, o governo brasileiro publicou estimativas sobre o tamanho das comunidades brasileiras residentes no exterior, obtidas de seus consulados e embaixadas, que, por sua vez, se basearam em uma gama de fontes locais oficiais e extraoficiais. A estimativa para o Reino Unido gira entre 150 mil e 300 mil brasileiros (MRE, 2008).

Várias razões podem ser apontadas para explicar a discrepância entre dados oficiais e não oficiais sobre o tamanho da comunidade brasileira em Londres e no Reino Unido. Primeiramente, as autoridades britânicas de imigração não monitoram o movimento das pessoas em seu território após a passagem pelas fronteiras, assim como não registram sua saída exceto, naturalmente, em caso de deportações. Em segundo lugar, como é o caso para muitos estrangeiros, as autoridades de imigração geralmente impõem restrições ao tempo de permanência dos brasileiros no país, apesar de que, como se verá mais adiante, muitos brasileiros permaneçam além do prazo concedido no visto. Assim, dado que as saídas não são registradas, é praticamente impossível saber quantos brasileiros encontram-se no país em um dado momento. Ademais, os brasileiros que permanecem no país além do prazo concedido não veem sentido algum em se fazer conhecer pelas autoridades, e é extremamente improvável que participem do censo, apesar de sua obrigatoriedade. Deste modo, dados oficiais tendem sempre a subestimar a população brasileira residente no país.

Uma medida talvez mais acurada sobre o tamanho dessa população, e que aponta para seu crescimento significativo ao longo dos últimos quinze anos, é o próprio aumento no número de publicações gratuitas, em português, editadas

por brasileiros e que circulam pela comunidade. Há quinze anos, havia apenas uma revista; hoje, mais de dez publicações circulam regularmente, incluindo revistas produzidas em cor, e um jornal de edição semanal. Tal aumento, por sua vez, se deve, em parte, ao aumento no número de serviços e produtos, formais e informais, anunciados nesses meios, oferecidos por brasileiros e dirigidos essencialmente a uma clientela brasileira. Sua variedade é impressionante, e inclui desde serviços como estética corporal, limpeza doméstica e de escritórios, mudanças e traslados, e animação de festas, até serviços jurídicos, imobiliários, de aconselhamento, de remessas de dinheiro ao exterior, de tradução. Há ainda um número variado de lojas suprimindo uma grande gama de produtos brasileiros, incluindo roupas, bebidas e comidas, além de cafés, bares e restaurantes.

Essas publicações também são utilizadas pelas igrejas de várias religiões (católica, protestante, evangélica, cristã, espírita), para dar publicidade às atividades religiosas e sociais organizadas por brasileiros. Um exemplo é o caso da Capelania Brasileira, com sede no leste da capital, instituída pela Igreja Católica nos últimos anos. Padres brasileiros administram a Capelania e ministram missas (em português) para centenas de fiéis ao longo da semana. Também podemos citar organizações como a ABRAS, fundada por um grupo de voluntários para suprir uma série de serviços aos brasileiros, desde assessoria sobre questões jurídicas, financeiras e de imigração, quanto orientação sobre questões pessoais, incluindo acompanhamento psicológico. Assim, diferentes indicadores sugerem que a diáspora brasileira para Londres é de considerável tamanho.

Levantando dados sobre brasileiros em Londres

Os dados em que este artigo se baseia foram obtidos através de um levantamento por questionário efetuado em Londres. O questionário, contendo perguntas abertas e fechadas sobre aspectos demográficos, econômicos, bem como razões para a vinda a Londres, aspirações e perspectivas para o futuro, foi distribuído a brasileiros que frequentaram duas igrejas em Londres (católica e pentecostal) durante os meses de setembro e outubro de 2006.² Um total de 423 questionários foram respondidos.

Até onde se sabe, essa foi a primeira vez que se realizou um estudo para obter dados quantitativos sobre brasileiros em Londres. Considerando os métodos de obtenção da amostragem, e também seu limitado número, não se pode afirmar que os resultados são representativos da comunidade brasileira como um todo. Mesmo assim, acredita-se que os mesmos refletem a situação de muitos dos brasileiros que atualmente residem e trabalham em Londres.

Brasileiros em Londres: um perfil demográfico

Em termos da composição por gênero, a amostra obtida revelou uma proporção maior de homens (52%) do que mulheres (48%). Com relação à

idade, os resultados mostram que os brasileiros tendem a ser jovens. Assim, aproximadamente 82% dos pesquisados registraram idade entre 18 e 40 anos, com idade média de 35 anos. O levantamento revelou algumas diferenças importantes relativas à distribuição etária entre homens e mulheres. Enquanto as mulheres predominaram na faixa de 18 a 30 anos (perfazendo uma diferença de treze pontos percentuais), os homens predominaram na faixa de 41 a 50 anos (representando uma diferença de oito pontos percentuais). Contudo, em termos de idade média, os resultados revelaram pouca diferença entre homens (34.4 anos) e as mulheres (32.7 anos).

Praticamente todos os brasileiros no levantamento londrino dividiam sua moradia. Mas, enquanto 41% desses viviam em lares não familiares, 42% moravam com seus cônjuges ou companheiros. Em termos de tipo de habitação, 31% dos pesquisados dividiam uma casa, e outros 31% dividiam um apartamento, sugerindo que, em ambos os casos, tinham seu próprio quarto. Mais de um terço (36%) declarou estar dividindo um quarto, com média de três pessoas por dormitório. A grande maioria dos pesquisados (82%) declarou não ter filhos no Reino Unido.

Estes resultados corroboram aqueles de Margolis (1998), que havia observado que 40% dos brasileiros em Nova Iorque residiam em lares constituídos por unidades não familiares, geralmente compartilhando sua habitação com amigos ou conhecidos brasileiros. Essa prática se dava tanto por questão de hábito (*para não ficar só*), quanto pela necessidade (*de dividir os gastos*).

Quanto ao grau de escolaridade, os resultados do estudo em Londres mostram que uma parcela importante dos pesquisados havia obtido um grau avançado de educação. Aproximadamente 54% dos pesquisados cursaram até o segundo grau, enquanto 36% ingressaram na faculdade, embora, destes, cerca de metade havia abandonado os estudos, deixando assim de concluir a graduação. Na divisão por gênero, mais homens (56%) haviam cursado até o segundo grau do que mulheres (51%), enquanto mais mulheres (37%) haviam ingressado na universidade do que homens (35%). Os pesquisados citaram mais de 30 disciplinas cursadas, incluindo Odontologia, Direito, Línguas, Filosofia, Biologia, Jornalismo, Administração de Empresas e Hoteleira. O curso mais mencionado, individualmente, foi o de Administração de Empresas (22 menções).

Tendo em vista que o grau de educação atingido no Brasil pode ser utilizado como um indicador importante de classe social (MARGOLIS, 1998; CWERNER, 2001; JORDAN and DUVELL, 2002), os resultados do levantamento em Londres mostram que os brasileiros pesquisados advêm predominantemente da classe média ou classe média baixa no Brasil. Esses resultados assemelham-se aos resultados obtidos por Margolis (1998) em seu estudo sobre os brasileiros em Nova Iorque, onde a maioria tinha cursado até o segundo grau, enquanto um terço havia obtido diploma universitário (MARGOLIS, 1998).

Objetivos da imigração para Londres

Os brasileiros que participaram do levantamento em Londres apontaram várias razões para sua vinda a Londres, como por exemplo, “garantir um futuro melhor no Brasil; para dar uma vida melhor a meus filhos; para levar uma vida digna; para conseguir aqui o que não pude conseguir no meu país”, ou “para tentar vida nova”. Contudo, muitos dos participantes apontaram mais de uma razão. Assim, a codificação das respostas revelou que por volta de 25% dos pesquisados tinham vindo a Londres para estudar e trabalhar. Outros 24% tinham vindo para trabalhar e poupar, para, subsequentemente, poder investir em algo no Brasil (propriedade, negócio, educação dos filhos). Quase 21% tinham vindo com a intenção de ficar em Londres para sempre ou para buscar uma vida melhor, e 16% tinham vindo com o objetivo explícito de estudar a língua inglesa. Cerca de 8% declararam outros objetivos e, ainda, 6% não responderam.

Novamente, estes resultados se assemelham muito aos resultados do estudo de Margolis (1998) em Nova Iorque. Cerca de dois terços dos brasileiros, em sua amostragem, haviam deixado o Brasil em busca de melhores oportunidades econômicas no exterior. Os principais fatores de emigração foram a instabilidade econômica, alta inflação e falta de oportunidades no mercado de trabalho aos profissionais e diplomados que caracterizaram boa parte das décadas de 1980 e 1990, enquanto a oferta de empregos com salários mais altos nos Estados Unidos atuaram como chamariz para os brasileiros em busca de oportunidades para poupar. Portanto, a incerteza quanto ao futuro econômico e a perspectiva de poder ganhar e poupar mais no exterior permitiram a muitos brasileiros adotar a postura do que Margolis (1998, p. 12) denominou *O que tenho a perder?* Já Cwerner (2001) observou que uma proporção significativa atribuiu à sua vinda a Londres razões de cunho não econômico, tais como *a vontade de ver o mundo*. Jordan e Duvell (2002), por sua vez, reportaram que os principais motivos para os brasileiros irem a Londres foram: ganho econômico; acesso a benefícios e serviços públicos; e aquisição de experiência.

Comumente, o principal objetivo para a emigração é a perspectiva de melhores ganhos e a possibilidade de fazer poupança que será gasta ou investida no Brasil, através de remessas destinadas a prover a família, liquidar dívidas, adquirir propriedade ou estabelecer negócio próprio (MARGOLIS, 1998). Aproximadamente um quarto dos brasileiros que participaram do levantamento em Londres afirmou vir ao Reino Unido com o objetivo único de trabalhar e, implicitamente, poupar – uma alta proporção desta poupança deverá ser remetida ao Brasil (DATTA et al., 2007a). Contudo, homens e mulheres apresentaram diferentes razões para vir ao Reino Unido. Assim, mais mulheres (29%) do que homens (22%) tinham vindo para trabalhar e estudar, ao passo que mais homens (33%) do que mulheres (16%) tinham vindo para trabalhar e poupar. Quase a mesma proporção de homens (22%) e mulheres (20%) declarou ter vindo ao Reino Unido em busca de uma vida melhor ou com o desejo de ficar para sempre.

Chegando e permanecendo em Londres

Nos últimos anos, as leis de imigração no Reino Unido vêm sendo mudadas no sentido de restringir cada vez mais a entrada e permanência no país de estrangeiros oriundos de países que não os da Comunidade Europeia, ou que não detenham passaporte europeu, ou que não sejam altamente qualificados (HOME OFFICE, 2006). Assim, as opções disponíveis aos brasileiros são limitadas. Jordan and Duvell (2002), por exemplo, demonstraram em seu estudo que a maior parte dos brasileiros recebera o visto de turista das autoridades de imigração no momento da passagem pela fronteira. Esse visto normalmente é concedido para um máximo de seis meses e proíbe o turista de obter emprego. Aos que hoje pretendem prolongar sua estada e que, como ressaltou Cwerner (2001), não veem a si próprios como simples turistas, resta como alternativa deixar o visto vencer e permanecer no país em situação irregular. Tanto Margolis (1998), quanto Cwerner (2001) verificaram ser essa uma estratégia bastante utilizada por brasileiros, em Londres e em Nova Iorque. Contudo, à época do levantamento feito em Londres em 2006, outra opção era obter um visto de estudante pouco antes do vencimento do visto de turista, o que podia ser feito no próprio Reino Unido, enquanto hoje, o visto de estudante só é expedido no país de origem do requisitante.

A obtenção do visto de estudante requer que o candidato se matricule em um curso reconhecido no Reino Unido, como um curso de língua inglesa, e exige presença na sala de aula de pelo menos 15 horas semanais. Estudantes nessas condições têm autorização para trabalhar até 20 horas semanais durante o período de aulas, podendo, contudo, trabalhar período integral durante as férias escolares. O visto é normalmente concedido pelo mesmo tempo de duração do curso, e é possível obter sua renovação. Segundo Jordan and Duvell (2002), essa estratégia também era comumente utilizada por brasileiros para permanecer no Reino Unido. Porém, como a renovação do visto de estudante implicava em despesas adicionais (taxas de visto e matrícula), além de restringir o tempo disponível para o trabalho, o costume era renovar o visto de estudante uma vez, no máximo duas. Ao deixarem vencer o visto, esses brasileiros tornam-se imigrantes irregulares. Outra possibilidade aberta aos brasileiros para entrar no Reino Unido é obter um passaporte europeu em virtude da ascendência europeia (comumente portugueses, espanhóis e italianos). Nesse caso, estão isentos de restrições quanto ao movimento, trabalho e residência em países da Comunidade Europeia.

Os resultados do levantamento em Londres ilustram bem as limitadas opções de admissão e permanência no país que estão disponíveis aos brasileiros. Aproximadamente 16% detinham visto de estudante, 11% possuíam passaporte europeu e 10% eram turistas. Outros 7% declararam ser residentes, categoria de visto obtido em virtude do tempo de estada no país, ou por ser cônjuge de pessoa detentora de passaporte britânico, ou ainda por possuir autorização para residir no país. Os que declararam ter permissão para trabalho foram 3%, sendo este

visto disponível apenas para trabalhadores altamente qualificados. Os restantes 53% declararam estar no país com o visto vencido, resultado semelhante ao obtido por Margolis (1998) em Nova Iorque.

Estes resultados revelam certa tendência entre brasileiros de permanecer no exterior além do prazo estipulado no visto. E embora muitos considerem sua permanência no exterior apenas como temporária, muitos podem acabar ficando (MARGOLIS, 1998; CWERNER, 2001). No caso do levantamento de Londres, boa parte dos brasileiros havia chegado ao Reino Unido recentemente. A grande maioria (69%) havia chegado nos últimos cinco anos, permanecendo quase três anos, com diferença mínima na permanência de homens (2.7 anos) e mulheres (2.9 anos). Portanto, estes dados indicam que os brasileiros consideram sua estada no Reino Unido como temporária, como um período para atingir seus objetivos de poupar, aprender a língua e adquirir experiência de trabalho para, finalmente, regressar ao Brasil.

Trabalhando em Londres

Assim como outros grupos de imigrantes, os brasileiros no exterior em geral obtêm trabalhos que pouco tem a ver com o que faziam no Brasil. Muitos dos que alcançaram educação de nível superior na terra natal obtêm apenas trabalhos de baixa qualificação ou que não exigem qualificação alguma (MARGOLIS, 1998; CWERNER, 2001; JORDAN and DUVELL, 2002; DATTA et al., 2007a,b). Isso decorre, em grande parte, das restrições impostas pelo visto, mas também pela falta de conhecimento da língua do país.

Do mesmo modo, o levantamento em Londres mostrou que os brasileiros obtinham trabalhos que exigem pouca ou nenhuma qualificação, embora dois tipos de trabalho predominem. Dos pesquisados, 33% trabalhavam na limpeza (de escritórios e de residências), ao passo que 25% trabalhavam em hotéis, bares e restaurantes. Outros trabalhos mencionados foram os de motorista de entrega (10%) e construção (9%). Uma minoria (13%) trabalhava em estética pessoal, vendas, escritório, havendo também costureiras, instrutor de natação, operária de fábrica e dono de negócio. A absoluta maioria dos brasileiros em Londres também declarou só ter um trabalho, resultado que contrasta com a experiência dos brasileiros em Nova Iorque, onde 25% dos brasileiros pesquisados tinham dois empregos (MARGOLIS, 1998).

Embora o denominador comum de tais atividades seja o baixo nível de qualificação exigido, a divisão sexual do trabalho pode mostrar-se bastante diferenciada. Em Nova Iorque, por exemplo, Margolis (1998) deparou-se com uma divisão sexual bem marcada: quatro de cada cinco mulheres trabalhavam em serviços domésticos (empregadas, faxineiras, e babás), enquanto que a maioria dos homens trabalhava em restaurantes e na construção (30%). Em Londres, a situação mostrou-se bastante parecida: só homens trabalhavam na construção e como motoristas/entregadores, enquanto só mulheres trabalhavam como babás.

E também, mais homens do que mulheres trabalhavam em hotéis, bares e restaurantes, enquanto as mulheres predominavam em tarefas de limpeza. Contudo, mais mulheres do que homens declararam estar sem trabalho.

Os níveis salariais, por sua vez, variam de acordo com o tipo de trabalho e sua respectiva jornada, embora a lei estipule a obrigatoriedade do pagamento do salário mínimo, calculado como salário-hora. Na amostragem dos brasileiros em Londres, 63% trabalhavam período integral (35 horas ou mais) e, desses, 42% trabalhavam mais de 48 horas semanais. Outros 24% trabalhavam entre 16 e 35 horas semanais. A média de horas semanais trabalhadas para a amostra toda foi de 42 horas.

Os dados mostraram também diferenças importantes entre homens e mulheres relativas à jornada de trabalho. Assim, mais homens (42%) do que mulheres (17%) trabalhavam acima de 48 horas semanais, ao passo que mais mulheres (41%) trabalhavam entre 16 e 35 horas por semana do que homens (15%). Houve pouca diferença relativa às proporções de homens e mulheres que trabalhavam menos de 16 horas semanais, assim como homens e mulheres que trabalhavam entre 35 e 48 horas semanais. Porém, houve uma diferença estatisticamente significativa entre a média de horas trabalhadas por homens (46 horas) e a média das horas trabalhadas por mulheres (37 horas).

O salário mínimo³ (SM) e o *salário digno*⁴ (SD) foram utilizados para categorizar os salários recebidos pelos brasileiros na amostragem londrina. Os resultados mostram que a maior proporção, cerca de 38%, recebia salários acima do SM e abaixo do SD, ao passo que 11% recebiam o SM. Ou seja, mais da metade da amostra recebia salários acima do SM. O salário mediano encontrado para a amostra toda também se situou entre o SM e o SD, correspondendo a £6.49 por hora. Os que recebiam salários abaixo do SM representavam 17% e, desses, a maioria não tinha autorização para trabalhar (visto vencido). Do mesmo modo, cerca de um quinto dos que não estavam autorizados a trabalhar (visto vencido) recebia salários abaixo do salário mínimo. Assim, a falta de autorização para trabalhar não implicava, necessariamente, em receber salário abaixo do salário mínimo; tal resultado muito se assemelha à situação que Margolis (1998) descreveu para os brasileiros nos Estados Unidos.

O levantamento em Londres revelou diferenças importantes com relação ao nível salarial recebido por homens e por mulheres. Assim, os homens, mais do que as mulheres, recebiam salários entre o SM e o SD (uma diferença de quase dez pontos percentuais). Em contraste, mulheres, mais do que os homens, recebiam o SD ou acima dele (uma diferença de cinco pontos percentuais). Igualmente, a média dos salários recebidos pelas mulheres mostrou-se mais alta do que a média salarial recebida pelos homens, com homens recebendo em média £6.42 por hora, e as mulheres, £6.58 por hora.

De passagem ou para ficar?

Como foi visto anteriormente, razões econômicas trouxeram muitos dos brasileiros a Londres; mais da metade da amostra havia declarado ter vindo à capital londrina para trabalhar e poupar. Dois terços dos pesquisados havia chegado nos últimos cinco anos, sugerindo que a expectativa é de permanecer alguns anos para poderem atingir seus objetivos, muito embora isso implique em infringir as leis de imigração e viver sob a constante ameaça de deportação.

Segundo Margolis (1998), muitos brasileiros nos Estados Unidos estavam divididos entre ficar para sempre ou voltar ao Brasil. A maioria, geralmente, considerava sua estada como temporária, de modo que a subsequente decisão de permanecer representava uma clara mudança de plano. Muitos se apegavam ao *mito da volta*, ao mesmo tempo em que deixavam vencer os prazos para retorno que impunham a si mesmos. Decorridos um ano e meio desde a pesquisa, cerca de três quartos dos brasileiros ainda se encontravam nos Estados Unidos. Por sua vez, Cwerner (2001) lembra que um aspecto importante da imigração brasileira em Londres era o constante alargamento dos horizontes temporais. Do mesmo modo, os brasileiros que Jordan and Duvell (2002) pesquisaram tendiam a permanecer além do período planejado.

Grosso modo, o mesmo se aplica aos brasileiros pesquisados em 2006, quando 38% planejavam permanecer no país entre um e cinco anos, indicando que consideram sua estada apenas temporária. Porém, 11% esperavam permanecer por mais de cinco anos, ao passo que outros 11% tinham a intenção de *ficar para sempre*, e 29% sequer apresentavam uma previsão de quanto mais permaneceriam no país; destes, alguns indicaram pretender ficar *pelo maior tempo possível, o quanto Deus quiser, e enquanto der*. Com relação à expectativa de permanência segundo o gênero, tanto homens quanto mulheres tinham a intenção de permanecer por longo prazo ou em definitivo. Porém, mais homens do que mulheres pretendiam ficar por um prazo médio (uma diferença de dez pontos percentuais). Já as mulheres, mais do que os homens, mostravam-se indecisas. Esses resultados diferem um pouco dos obtidos por Margolis (1998): em Nova Iorque, praticamente metade dos homens e metade das mulheres demonstravam a intenção de voltar ao Brasil, enquanto mais homens do que mulheres planejavam permanecer em definitivo.

Considerações finais

O levantamento de dados a respeito de imigrantes brasileiros em Londres demonstrou que a maior parte dos que haviam deixado o Brasil rumo à capital londrina havia cursado até o segundo grau ou universidade, pertencendo originariamente à classe média ou média baixa. Sua principal motivação era a procura de melhores oportunidades econômicas do que as existentes no seu país de origem. Após chegarem a Londres, a maior parte obtém trabalho em serviços

de baixa qualificação e que em nada se assemelham aos trabalhos que faziam no Brasil, mas que ainda assim lhes propiciam melhores salários e, portanto, a possibilidade de poupar. Inicialmente, muitos vislumbram sua estada como apenas temporária, planejando permanecer somente o tempo necessário para poupar e poder voltar ao Brasil capitalizados. Outros planejam permanecer por um prazo médio ou ainda em definitivo. Em ambos os casos, os vistos que conseguem acessar ao ingressar no Reino Unido impõem limites à sua estada. Mas muitos, ao tentarem atingir seus objetivos, tornam-se imigrantes irregulares.

Notas

1 - Este artigo baseia-se em dados de pesquisa conduzida por equipe de pesquisadores sediados no Departamento de Geografia, Queen Mary, University of London, Mile End Road, London E1 4NS, Reino Unido. A pesquisa foi realizada em apoio à campanha *De Estrangeiros a Cidadãos* da London Citizens, e seu relatório original, produzido em inglês e em português, encontra-se disponível eletronicamente (<http://www.geog.qmul.ac.uk/globalcities/reports/docs/brasileiros.pdf>).

2 - Conforme observado anteriormente, a pesquisa foi realizada dentro do âmbito da campanha *'De Estrangeiros a Cidadãos'*, que vem sendo dirigida pela *London Citizens*, uma organização sediada em Londres que congrega escolas e universidades, organizações e grupos comunitários, igrejas e sindicatos empenhados em lutar pela justiça social. A campanha reivindica do governo britânico a regularização para cerca de meio milhão de imigrantes que se encontram no país em situação imigratória irregular. Os principais argumentos em favor dessa medida são a restituição de direitos de cidadãos, o aumento da receita do governo britânico via cobrança de impostos, e facilitar a vigência do salário mínimo (consulte www.londoncitizens.org.uk para maiores informações sobre a campanha).

3 - O salário mínimo britânico (National Minimum Wage) é estipulado como salário-hora e é vigente por um ano (de outubro a outubro); à época do levantamento, este era de £5.05 por hora.

4 - O *salário digno* (Living Wage) é o salário necessário para manter uma família de quatro membros (um casal e dois filhos) com um padrão de vida minimamente decente. O *salário digno* é estipulado anualmente pelo Gabinete do Prefeito de Londres (Office of the Mayor of London). À época do levantamento, o *salário digno* era de £7.05 por hora (maiores informações no site: www.livingwage.org.uk/campaign.html).

Referências

- BRASILIA (Ministério das relações exteriores). *Brasileiros no mundo* – estimativas 2008, de setembro de 2009. Subsecretaria Geral das comunidades brasileiras no exterior. 2ª ed., set. 2009. Disponível em: http://www.brasileirosnomundo.mre.gov.br/pt-br/estimativas_populacionais_das_comunidades.xml.
- CWERNER, S. The Times of Migration. *Journal of Ethnic and Migration Studies*. V. 27, nº 1, 2001, p. 7-36.
- DATTA, K. et al. From Coping Strategies to Tactics: London's low-pay economy and migrant labour. *British Journal of Industrial Relations*, 45(2), 2007a, p. 404-432.
- DATTA, K. et al. The New Development Finance or Exploiting Migrant Labour? Remittance

sending among low-paid migrant workers in London. *International Development Planning Review*, 29(1), 2007b, p. 43-67.

HOME OFFICE. *A Points-Based System: making migration work for Britain*. London: Home Office, 2006.

JORDAN, B e DUVELL, F. *Irregular Migration: the dilemmas of transnational mobility*. Cheltenham: Edward Elgar, 2001.

MARGOLIS, M. *An Invisible Minority: Brazilians in New York City*. Massachusetts: Ally and Bacon, 1998.

RESUMO

Embora a comunidade brasileira em Londres seja de considerável tamanho, pouco se sabe ainda sobre os brasileiros que moram e trabalham na capital londrina. Este artigo relata os resultados de pesquisa realizada em 2006 em Londres, com o intuito de delinear um perfil socioeconômico. Esse estudo inédito obteve dados sobre 423 brasileiros. Os resultados revelaram que os brasileiros pesquisados tendem a ser jovens que chegaram a Londres nos últimos anos em busca de melhores oportunidades econômicas. Dadas as restrições impostas pelo regime de imigração britânico, muitos se tornam imigrantes irregulares ao tentar atingir seus objetivos de trabalhar para poupar e voltar para casa capitalizados. Muitos completaram o segundo grau ou faculdade, sendo oriundos da classe média ou média baixa no Brasil, e a maioria obteve trabalhos que exigem pouca ou nenhuma qualificação, recebendo o salário mínimo ou salário mais alto.

Palavras-chave: imigrantes brasileiros; imigração irregular; Londres.

ABSTRACT

Although Brazilian community in London is thought to be of considerable size, little is yet known about Brazilians who live and work in London. This article reports on the results of a research conducted on Brazilian Londoners in 2006 with a view to sketching a socio-economic profile. The study was the first of its kind, providing data about 423 Brazilians. The results reveal that Brazilians researched tend to be young, recently arrived, with men and women moving to London in search of better economic opportunities. Given the restrictions imposed by immigration rules, many will become irregular immigrants in order to pursue their aims of earning and saving to be able to return home capitalized. Most are relatively well-educated, with a middle-class or lower-middle class background in Brazil and the majority work in low-skilled or unskilled jobs in London, earning either the minimum wage or above it.

Keywords: Brazilian immigrants; irregular immigration; London.

Saboreando o Brasil em Londres Comida, imigração e identidade

*Graça Brightwell**

Estudiosos da emigração brasileira em diferentes contextos geográficos já apontaram para o papel singular que a comida possui na construção e manutenção da(s) identidade(s) brasileira(s) em situações de deslocamento, por exemplo Linger (2001) sobre os nipo-brasileiros no Japão e Martes (2004) sobre brasileiros nos EUA e Aguiar (2009) em “Consumo étnico” entre os brasileiros no Reino Unido. Apesar desta importância, pesquisas acadêmicas que usem a alimentação como foco de análise são bastante raras.

Este estudo busca resgatar a centralidade das práticas alimentares e culinárias como uma ferramenta para analisar a produção, negociação e reinvenção de identidades transnacionais, inspirado nas experiências alimentares de brasileiro(a)s que residem em Londres. Este texto apresenta algumas considerações retiradas de leituras, observações de campo e reflexões sobre as minhas próprias experiências gastronômicas como imigrante e pesquisadora brasileira em Londres.

Convido, portanto, o leitor a sentar-se à mesa. O ‘aperitivo’ fica por conta de uma breve introdução a algumas leituras sobre alimentação e imigração. Em seguida ‘sirvo’ algumas reflexões sobre minha experiência como imigrante com um apanhado sobre a vida e o apetite brasileiro em Londres, focando,

* *Doutoranda em Geografia Social e Cultural na Royal Holloway, University of London e integrante do Grupo de Estudos sobre Brasileiros no Reino Unido – GEB.*

principalmente, os estabelecimentos comerciais. Hoje não tem sobremesa! Deixo ao leitor uma receita que aprendi em Londres. Enquanto isso, na cozinha, a panela de pressão chia com o cozimento do feijão para o jantar de hoje à noite neste início de outono na Inglaterra.

Apetites em trânsito: os imigrantes e suas comidas em contextos multiculturais

Os estudos sobre alimentação (*food studies*) constituem um campo em pleno crescimento e têm recebido importantes contribuições de estudos sobre transnacionalismo e diáspora,¹ os quais atestam importância de viagens, mobilidade, migração, fluxos e deslocamentos na construção identitária (CHAMBERS, 1994; BRAH, 1996; COOK and CRANG, 1996; CLIFFORD, 1997; VERVOTEC, 1999). Estes estudos mostram que pessoas, instituições e alimentos mantêm múltiplas conexões com mais de uma nação e que as formações diaspóricas formam o seu próprio sentido de identidade. Ou seja, cultura e identidade não necessitam estar vinculadas a um único lugar.

De modo geral, os alimentos e as práticas alimentares e culinárias que acompanham os imigrantes desde sua terra natal possuem inúmeros significados, tanto para o grupo em questão, quanto para a população que os acolhe. Em situações de deslocamento e encontros com outras culturas e grupos, o consumo de alimentos familiares pode delimitar fronteiras étnicas (a minha comida versus a comida do outro). Grande parte da produção acadêmica sobre alimentação e migração em contextos multiculturais evidencia a relação entre a comida considerada étnica e as sociedades que os acolhem. Em alguns casos, o fato de que os imigrantes decidem por manter suas tradições culinárias pode ser considerado um impedimento para a criação de uma identidade nacional harmônica, como, por exemplo, no caso americano (GABACCIA, 1998; KAPLAN, 1998). Em casos mais extremos, a comida dos imigrantes pode ser considerada inapropriada para consumo, como foi no caso dos Texanos com relação à comida Mexicana (EDWARDS, OCCHIPINTI, et al. 2000).

É inegável, no entanto, que a diversidade culinária resultante da contribuição dos imigrantes é considerada como um dos aspectos positivos de sua presença, principalmente na Europa, Austrália e Estados Unidos. Geralmente, esta 'contribuição' relaciona-se às primeiras hordas de imigração italiana, chinesa e indiana e ao estabelecimento de um forte setor de comercialização de alimentos e produtos étnicos, assim como à difusão de restaurantes étnicos direcionados ao consumo por parte das populações exteriores aos enclaves (PAYANI, 2002; MOHRING, 2008).

Neste contexto, a comida pode ser um veículo de uma prática cultural socializadora, que permite o cruzamento de fronteiras étnicas e culturais – eu o convido a provar a minha comida. As práticas culinárias podem também se tornar uma ferramenta nas mãos de determinados imigrantes, usada para

obter autonomia econômica e visibilidade cultural no país que os acolhe com a abertura de restaurantes étnicos.

Por outro lado, em contextos multiculturais a comida pode estabelecer um campo de negociações em que relações de poder tentam determinar a autenticidade das cozinhas como forma de diferenciação (COOK, CRANG et al. 1999). Vale lembrar, no entanto, que restaurantes étnicos são lugares-chave para a reinvenção de sabores nacionais e não apenas uma reprodução de restaurantes do país de origem. Geralmente as práticas alimentares e culinárias fornecem o lugar para adaptação e improvisação cultural.

Um campo menos explorado, mas que tem despertado um maior interesse recentemente busca entender a relação entre comida e memória. A maior referência no assunto é sem dúvida o antropólogo David Sutton (2001) com seu estudo sobre os habitantes da ilha Grega de Kalymnos. Para o autor, a capacidade da comida em servir como uma fonte poderosa de memória deve-se ao fato que as experiências gastronômicas são registradas multissensorialmente, constituindo-se, assim, em uma prática corporificada (*embodied practice*).

As múltiplas conexões entre comida, memória e as experiências de deslocamento têm sido objeto de estudo também de autores como Morgan et al. (2005) e Choo (2004) que enfatizam como os cheiros e sabores dos alimentos servem para evocar a terra natal de sujeitos migrantes. No estudo de Choo, por exemplo, a autora narra como, longe de casa, de sua cultura, língua, história e família, a comida torna-se o veículo de expressão cotidiana de identidade coletiva para os malasianos em Merlbourne, Austrália. A tensão emocional que os imigrantes sentem entre a saudade de casa e a necessidade de adaptação ao novo país é explorado por Morgan et al. (2005) em uma análise sobre os jardins dos imigrantes na Austrália. Os autores afirmam que os sabores, imagens e cheiros oriundos do cultivo de plantas e vegetais originários de seus países permitem que os imigrantes se reconectem com a sua terra natal. Embora a produção, o preparo e o consumo de um alimento ou comida 'autêntica' (de acordo com a percepção dos imigrantes) possa permitir a re-conexão com experiências passadas trazendo assim sentimentos de nostalgia, este não é o ponto principal, argumentam os autores. Estas construções permitem aos imigrantes recapturar simbolicamente a pátria no novo país (MORGAN et al. 2005, p. 104). Os autores seguem o pensamento de Ghassam Hage que considera que o sentimento de nostalgia nem sempre envolve o desejo de retornar, mas frequentemente é um desejo de estar lá *aqui* (HAGE, 1997, p. 108), ou seja, uma estratégia de tornar o que é estranho, familiar.

O estudo de espaços sociais alimentares criados e visitados por imigrantes são reveladores de processos de construção identitária na diáspora. Mankekar (2005) em sua pesquisa sobre as mercearias indianas na Baía de São Francisco (EUA) evidencia a relação entre as mercadorias e produção de cultura em contextos de deslocamento. Para a autora, estes estabelecimentos têm um papel importante na produção da cultura indiana fora da Índia e a criação e

homogeneização de uma ‘cultura alimentar’ permite a reprodução de uma ‘cultura nacional’ na diáspora. Mas, alerta a autora, ‘a noção de pátria produzida e consumida nestes estabelecimentos é uma construção altamente contestada, despertando sentimentos de nostalgia, ambivalência e às vezes até mesmo de antagonismo (MANKEKAR, 2005, p. 211).

Eu, brasileira em Londres

Minha primeira estadia em Londres foi de 1991 a 1997. Fui parte do contingente de brasileiros que saíram do país em massa no final da década de 1980. A escolha em vir para Londres se deu devido a redes estabelecidas: meu irmão e outros amigos já estavam aqui. Tranquei a matrícula do meu curso de história, deixei meu filho de um ano aos cuidados de minha mãe e vim trabalhar e estudar inglês em Londres. Por um ano e meio não vi meu filho, minha família, meus amigos, etc.

As contradições de meu sonho de imigrante logo se tornaram evidentes. O desejo de ‘absorver’ a cultura inglesa em Londres se deparava com dois obstáculos: a diluição da cultura inglesa frente à diversidade cultural de Londres e o estranhamento provocado em mim por estes encontros culturais. Contra todos os conselhos e contra minha própria expectativa de integração, fui morar em *Bayswater* (também conhecido por *Brazilwater*). As primeiras pessoas que me receberam, que me ajudaram a encontrar casa, trabalho, escola, médico e que me ofereceram um ombro amigo, eram brasileiras. Segui uma trajetória identitária comum a muitos imigrantes. Confesso que ‘tornei-me mais brasileira em Londres e mais tarde, quando trabalhei como intérprete comunitária, mais latino-americana’.

Quando me casei com Tim fui morar em *Forest Gate*, um subúrbio no leste de Londres. Aos sábados, atravessava toda a cidade para visitar a mercearia portuguesa em *Portobello Road*, provavelmente o único lugar que vendia produtos brasileiros em Londres. Restaurantes brasileiros contavam-se nos dedos: Sabor do Brasil em *Highgate*, Minuano em *Camberwell* e Rodízio Rico em *Westbourne Grove*. Às vezes, quando trabalhava como intérprete ao sul do Tâmesa, parava em *Elephant and Castle* só para me deliciar com o prato-feito vendido por uma tenda colombiana no meio do shopping center: feijão, arroz, banana frita e molho vinagrete! Visitava as feiras indianas e afro-caribenhas frequentemente em busca de chuchu, mandioca e batata-doce, vendidos a preços exorbitantes e pra lá de velhos. Esta escassez de produtos fazia com que o feijão e arroz de todo dia no Brasil se tornassem comida de luxo, de domingo.

Por um longo tempo eu concebi esta experiência como algo individual ou anedótico. Voltei ao Brasil, vivi lá por dez anos e há três anos retornei a Londres para visitar algumas universidades e encaminhar meu doutorado. Minha surpresa foi imensa ao visitar meu irmão que vive em *Harlesden*, no noroeste Londrino: havia comércios brasileiros por todos os lados! Além disso, em qualquer lugar

que andasse em Londres era comum encontrar brasileiros. Havia encontrado meu objeto de estudo! Decidi que iria pesquisar como coletivamente se constrói este processo de deslocamento e construção identitária através das lentes da alimentação.

Brasileiros em Londres: breve observação

Um perfil demográfico acurado de qualquer grupo migratório no Reino Unido é uma tarefa complexa, que o digam as autoridades britânicas. O relatório de 2008 divulgado pelo Ministério das Relações Exteriores (Brasil) estima um número de 150 mil brasileiros no Reino Unido (MRE, 2008). Outro relatório intitulado *Brazilians in London* (parte da campanha *Strangers into Citizens*) fornece uma estimativa um pouco maior: 200 mil brasileiros no Reino Unido e destes, entre 130 mil e 160 mil estariam supostamente residindo em Londres (EVANS, et al. 2007). Estes números contrastam com estimativas da década de 1990 que mostravam um número de brasileiros em Londres na faixa entre 15 mil e 50 mil (CWERNER, 2001), contudo, demonstram a crescente popularidade de Londres como um destino para os brasileiros.

Na época de suas pesquisas, os estudos de Torresan (1995) e Cwerner (2001) mostraram que além da elite intelectual, política e econômica, os brasileiros em Londres eram provenientes da classe média brasileira, principalmente do Sudeste, Sul e Nordeste brasileiro, tipicamente jovens (20 aos 30 anos) e solteiros, com carreiras já formadas ou empregos no Brasil. Estas pessoas geralmente emigravam em busca de melhores condições de vida e aventuras. Apesar de não haver estudos recentes, há um consenso entre estudiosos e líderes da comunidade brasileira em Londres que este perfil mudou significativamente. Atualmente, encontra-se um maior número de famílias e pessoas das classes mais baixas brasileiras, e há um maior afluxo de goianos, mineiros e paranaenses. Nos anos de 1980 o destino preferido dos brasileiros era o bairro de *Bayswater*. Atualmente, a área de Brent (no noroeste de Londres) concentra, sem dúvida, o maior reduto brasileiro da capital britânica, com 30 mil brasileiros (EVANS, et al. 2007). No entanto, os brasileiros estão espalhados por várias partes de Londres, a julgar pela distribuição geográfica das igrejas e comércios brasileiros.

Os brasileiros entrevistados por Torresan (1995) não se categorizavam como imigrantes – a maioria não se via nem como permanente nem temporário; Evans et al. (2007) mostram que os brasileiros entrevistados se veem como *sojourners*, ou seja, temporários, com uma expectativa de permanência no Reino Unido de um a cinco anos. O retardamento da data da volta é uma característica comum da imigração brasileira em Londres e em outros contextos geográficos (MARGOLIS, 1994; CWERNER, 2001). Os estudos de Cwerner, Evans e Torresan mostram que a tática mais empregada pelos brasileiros para permanecer no Reino Unido é ficar mesmo após o vencimento do visto de turista. Um número menor de brasileiros consegue visto de estudante, cidadania europeia através de ancestralidade,

residência devido a casamento e vistos de trabalho.

Além disso, é preciso destacar que a maneira como as agências governamentais britânicas categorizam os brasileiros no Reino Unido também mudou. No censo de 1991 os brasileiros passaram a ser uma categoria distinta de outros sul-americanos (CWERNER, 2001).

Apetites brasileiros em Londres: fome de quê?

O aumento da presença brasileira em Londres nos últimos sete anos estimulou o aparecimento e crescimento de revistas, organizações religiosas, associações comunitárias, agências de envio de dinheiro e atividades culturais voltadas ao público brasileiro. O aumento do fluxo de pessoas também resultou na criação de uma gama de estabelecimentos comerciais e iniciativas domésticas destinadas a alimentar os estômagos brasileiros. Restaurantes, mercearias, cafés, serviços de *buffet* para festas, açougues, vendas de produtos pela Internet são alguns dos inúmeros empreendimentos no ramo da alimentação que anunciam seus serviços nas revistas mensais destinadas aos leitores brasileiros em Londres. Grande parte destes anúncios promete que a comida vendida por estes estabelecimentos fará os brasileiros ‘sentirem-se em casa’, ou como se eles ‘estivessem lá [no Brasil]’.

É claro que dentro do universo da culinária e comércio de produtos étnicos em Londres a presença brasileira não pode ser comparada à presença indiana e chinesa. Estas duas ocupam o coração do mercado e já estão estabelecidas há mais de quarenta anos, tendo inclusive alavancado uma mudança nos hábitos de consumo na população britânica. Mas o que mais chama a atenção é o rápido crescimento no número de comércios brasileiros. Pesquisas exploratórias usando os anúncios nas revistas brasileiras e conversas informais com donos de estabelecimentos brasileiros de comércio de alimentos indicam que a maioria iniciou suas atividades nos últimos sete anos. Apesar de haver maior concentração de comércios em Brent, estes se encontram espalhados em várias partes de Londres (cerca de setenta). Geralmente, próximo a estes estabelecimentos do ramo de alimentação encontra-se um salão de beleza brasileiro e um serviço de remessa de dinheiro. A ‘economia da saudade’ é um negócio lucrativo não só para negociantes brasileiros. É comum, principalmente em alguns bairros de Brent, a oferta de produtos brasileiros em comércios cujos donos são de outras nacionalidades, os quais utilizam signos identitários, como a bandeira nacional brasileira nas vitrines para sinalizar aos clientes que estocam produtos brasileiros. O dono de um destes estabelecimentos informou-me que a presença de produtos brasileiros trás um cliente cativo. Além disso, a maioria das mercearias portuguesas vende produtos brasileiros. Apesar de existirem bares e restaurantes brasileiros destinados ao público londrino em geral, através das observações de campo foi possível concluir que grande parte dos estabelecimentos são pequenos negócios familiares voltados para a comunidade brasileira.

Um mapeamento inicial revelou a presença de alguns sabores do Brasil vendidos em Londres: *buffet* de comida caseira – carne acompanhada de feijão, farofa, arroz e salada. Nos cafés, promoções de refrigerante brasileiro e salgadinhos (coxinha, risoles, quibe, pastel, pão-de-queijo). Churrascarias e botecos. Restaurantes que servem feijoadas, moquecas, picanha na brasa, feijão tropeiro. Pizzarias e sushi bares ao estilo brasileiro. Mercarias e açougues brasileiros, onde conterrâneos trocam receitas e compram alimentos brasileiros essenciais para consumo diário e/ou ocasiões especiais.

O sabor do Brasil não sai barato. Produtos industrializados com marcas familiares ao consumidor brasileiro (achocolatados, gelatinas, farinhas infantis, mistura para bolo, café, biscoitos, etc.) são harmoniosamente dispostos nas prateleiras (ao lado de cuias de chimarrão, panelas de pressão, sandálias e produtos de beleza) com preços às vezes acima do que um produto equivalente valeria em um supermercado ou outro comércio local. Mas o preço não parece deter os clientes. A “economia da saudade” prolifera do norte ao sul do Tâmsa.

A procura é muitas vezes motivada pelo fato dos recém-chegados não saberem identificar os produtos vendidos em supermercado devido a barreira do idioma. Mas existem outros fatores, sem dúvida. Longe de casa, a banalidade destes produtos traz uma familiaridade escassa e desejada. As cores e formas das embalagens evocam memórias de rotinas anteriores à imigração: as compras no supermercado, os armários da cozinha onde os alimentos eram guardados, o preparo dos alimentos, as refeições, a família, etc. Eles assumem assim, uma capacidade emocional que fazem algumas pessoas chorar com a mesma emoção sentida quando se reencontra um ente querido após um longo tempo. Mas não são só os produtos, que atraem os clientes, é a experiência completa: à familiaridade dos gostos associa-se a dos aromas dos alimentos e a dos sons; a possibilidade de encontrar alguém para conversar em português; obter informações sobre empregos, moradia, escola, notícias do Brasil (é comum encontrar nestes estabelecimentos uma televisão ligada passando programas brasileiros); coletar um exemplar de um revista brasileira; enviar dinheiro; ou tentar encontrar algo intangível que ajude a preencher a lacuna enorme que a experiência migratória causa em algumas pessoas.

No entanto, vale lembrar que muitos brasileiros têm sentimentos conflitantes ou antagônicos em relação a visitar comércios brasileiros. Alguns comércios foram alvo da atenção do serviço de imigração britânico (*Home Office*). Alguns comerciantes brasileiros informaram que após a visita do *Home Office*, clientes brasileiros com situação migratória irregular no Reino Unido mantiveram-se afastados destes estabelecimentos por algum tempo. Em outras ocasiões, algumas pessoas mencionam que evitam frequentar estes lugares porque os sentimentos de nostalgia e saudade que são aí despertados são intoleráveis.

No âmbito doméstico, a continuidade nos hábitos e práticas alimentares durante a experiência migratória também merece ser estudada. Os informantes afirmam que quando se reúnem para um bate-papo ou ocasiões festivas, o

cardápio é sempre comida brasileira. Ainda que a principal razão do encontro não seja a comida em si, ela tem um papel muito importante. Os atos de comprar, preparar e comer alimentos familiares, para um imigrante, podem mexer com emoções e memórias profundas, estabelecendo uma conexão com outros tempos e lugares. Estas memórias podem trazer saudade de lugares, pessoas e experiências anteriores, incitando o desejo de voltar ao país de origem. Ou talvez estas lembranças sejam dolorosas, melhor que sejam esquecidas... As evocações gustativas também podem servir para aproximar aquilo que se deixou – através da lembrança proporcionada pela comida mantêm-se vivas na memória as coisas prazerosas e importantes da vida. Estas memórias formam, portanto, uma ponte entre o velho e o novo. A familiaridade proporcionada pela busca de ingredientes, o modo de preparar os alimentos e a maneira como são consumidos auxilia no processo de adaptação, proporcionando que a pessoa se sinta em casa em um país estranho.

A “fome de casa”, portanto, movimenta não só um setor econômico para donos de bares, restaurantes, mercearias e cafés brasileiros. A criação destes estabelecimentos cria novas geografias nos lugares onde se situam, produzindo sentidos de brasilidade para brasileiro(a)s e para outros grupos.

And the cow went to the swamp: encontros culinários e uma receita da ‘vaca atolada’

Termino com a história de meu encontro com a receita da ‘vaca atolada’. Esta receita simboliza meu próprio encontro em Londres, através desta pesquisa, com outras tradições culinárias brasileiras. Além disso, ilustra os processos sociais de adaptação, invenção e negociação de memórias e experiências através da troca de receitas, aquisição, preparo e consumos de alimentos. Durante uma entrevista com um açougueiro, ele mencionou que a costela é uma carne popular entre os brasileiros, por ser barata e saborosa, principalmente para a confecção deste prato típico da culinária caipira, popular entre mineiros e goianos. Enquanto ele me explicava a receita, outros clientes chegavam e davam palpites, sobre as suas maneiras de cozinhar o mesmo prato. Embutido na troca de opiniões, pedaços de memórias e experiências presentes: *‘Para dar cor, minha mãe utilizava colorau...’; ‘A única coisa que a gente faz de bom nesta terra é comer...’*

Resolvi comprar a costela e a mandioca e preparar o prato para meus familiares. O açougueiro gentilmente temperou para mim 1 kg de costela bovina com uma mistura que ele havia preparado de alho, cebola, sal e tempero verde. De acordo com as instruções dele, deveria fritar a costela até dourar, mas outro cliente sugeriu que se ferva a costela em panela de pressão por aproximadamente 45 minutos ou até a carne ficar macia e em seguida descarta-se parte da água com gordura (para prevenir comprei um chá de boldo também). Em outra panela, refoguei uma cebola picada até ficar macia e acrescentei cinco dentes de alho por alguns minutos, sem deixar queimar (difícil, pois o fogão era elétrico). Coloquei

esta mistura na panela com a carne e deixei refogar um pouco, mexendo sempre. Acrescentei então 1 kg de mandioca picada em pedaços regulares não muito grandes e água fervente até cobrir. Deixei levantar fervura e cozinhar por uns cinco minutos e acertei no sal e acrescentei molho de pimenta baiana, outra dica do açougueiro. Pedi que um dos comensais provasse para ver se estava bom de sal, e a primeira reação foi que a minha vaca atolada estava um pouco pálida. Expliquei que na receita não vai tomate, mas a pessoa mencionou que a mãe sempre colocava um tomate sem pele e sem semente para dar cor, sem prejuízo do sabor. Outro comentou que algumas pessoas usam colorau. Dias depois, um goiano falou que açafrão é usado. Acabei improvisando com páprica. Deixei ferver até o ponto em que a mandioca formasse um caldo grosso envolvendo a costela; o nome reflete a aparência do prato.

O resultado foi delicioso. Apesar de conhecer os ingredientes deste prato eu nunca havia cozinhado ou comido 'Vaca atolada'. Sabe o que me lembrou? O aipim com carne que minha mãe fazia em Santa Catarina.

Nota

1 - Transnacionalismo e diáspora possuem certa proximidade conceitual e são usados frequentemente de forma indistinta para se oporem à noção de que os Estados-Nações possuem fronteiras claras e fixas. Mas os conceitos possuem muitas diferenças: o conceito de diáspora tem uma origem mais antiga e foi usado pela primeira vez com referência aos gregos e seus assentamentos espalhados pelo Mediterrâneo e à dispersão dos judeus, de acordo com Cohen (1997). Braziel e Mannur (2003) consideram que a diferença entre diáspora e transnacionalismo reside no fator humano: o conceito de diáspora levaria mais em conta o deslocamento de pessoas, enquanto que o conceito de transnacionalismo pode também estar relacionado ao movimento de bens, informação, capital, etc. Diáspora também tem sido definida em termos de como imigrantes podem, ao mesmo tempo, sentirem-se 'em casa' no país de destino enquanto mantêm conexões e desejos de retornar ao país natal; e como imigrantes mantêm uma consciência de deslocamento e um sentimento de pertencimento à comunidade diaspórica (VERVOTEC, 1999; CLIFFORD, 1994). Para uma visão mais fluida e multidimensional ver o conceito de geografias transnacionais (CRANG et al., 2003).

Referências

- AGUIAR, L. K. et al. Brazilians in the UK: revelations on ethnicity consumption. *Conference Proceedings of the Academy*, jul. 2009. *Proceedings*. Leeds: England, 2009.
- AGUIAR, L. K. The expanding demand of Brazilian groceries: the case of cachaça. In: LINDGREEN, A.; HINGLEY, M. (Org.) *The new cultures of food: marketing opportunities from ethnic, religious and cultural diversity*. Gower, 2009. p.107-126.
- BRAH, A. *Cartographies of diaspora: contesting identities*. London: Routledge, 1996.
- BRAZIEL, J. E.; MANNUR, A. (Eds.) *Theorizing Diaspora: A Reader*. Malden: Blackwell Publishing Ltd., 2003.
- CHAMBERS, I. *Migrancy, Culture, Identity*. London: Routledge, 1994.
- CHOO, S. Eating Satay Babi: sensory perception of transnational movement. *Journal of*

- Intercultural Studies*. V. 25, nº 3, 2004, p. 203-213.
- CLIFFORD, J. Diasporas. *Cultural Anthropology*, Malden, v. 9, nº 3, 1994, p. 36.
- CLIFFORD, J. *Routes: Travel and Translation in the Late Twentieth Century*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1997.
- COOK, I.; CRANG, P. The world on a plate. *Journal of Material Culture*. v. 1, nº 2, 1996, p. 131-153.
- COOK, I.; CRANG, P. Eating into Britishness: Multicultural Imaginaries and the Identity politics of Food. In: ROSENEIL, S. et al. (Org.). *Practicing Identities*, 1999, p. 223-248.
- COHEN, R. *Global Diasporas: An Introduction*. Seattle, WA: University of Washington Press, 1997.
- CRANG, P. et al. Transnationalism and the spaces of commodity culture. *Progress in Human Geography*. 27, 2003, p. 438-456.
- CWERNER, S. B. The Times of Migration: Brazilian immigrants in London. *Journal of Ethnic and Migration Studies*. V. 27, nº1, 2001, p.7-36.
- EDWARDS, L.; OCCHIPINTI, S. et al. Food and Immigration: the indigestion trope contests the sophistication narrative. *Journal of Intercultural Studies*. V. 21, nº 3, 2000, p. 297-308.
- EVANS, Y. et al. *Brazilians in London: A report for the Strangers into Citizens Campaign*. 2007, Department of Geography, Queen Mary, University of London, 2007.
- GABACCIA, D. *We Are What We Eat: Ethnic Food and the Making of Americans*. Cambridge/London: Harvard University Press, 1998.
- HAGE, G. At home in the Entrails of the West. In: HAGE, G. et al. (Org.) *Space, Community and Marginality in Sidney's West*. Annandale: Pluto Press, 1997, p. 99-153.
- KAPLAN, A. et al. Introduction: on Ethnic foodways. In: SHORTRIDGE, J. R. S.; BARABARA, G. (Org.) *The taste of American place: a reader on regional and ethnic foods*. Maryland: Rowman & Littlefield, 1998, p. 121-134.
- LINGER, D. T. *No One Home: Brazilian selves remade in Japan*. Stanford, California: Stanford University Press, 2001.
- MANKEKAR, P. India shopping: Indian Grocery Stores and Transnational Configurations of Belonging. In: J. L. WATSON, J. L. and CALDWELL, M. L. (Org.) *The Cultural Politics of Food and Eating: a Reader*. Oxford: Blackwell Publishing, 2005, p. 197-214.
- MARGOLIS, M. L. *Little Brazil: an ethnography of Brazilian immigrants in New York City*. Princeton: Chichester, Princeton University Press, 1994.
- MARTES, A. C. B. *Transnational institutions and ethnic entrepreneurship*. Business Association of Latin American Studies, 2004.
- MÖHRING, M. Transnational Food Migration and the Internalization of Food Consumption. In: NÜTZENADEL, A.; TRENTMANN, F. (Org.). *Food and Globalization*. Oxford and New York: Berg, 2008, p. 129-150.
- MORGAN, G. et al. Grafting Cultures: Longing and Belonging in Immigrants gardens and Backyards in Fairfield. *Journal of Intercultural Studies*. V. 26, nº 1-2, 2005, p. 93-105.
- MRE. *Brasileiros no mundo: Estimativas*. Ministério das Relações Exteriores. Subsecretaria Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior. Departamento Consular e de Brasileiros no Exterior, Divisão de Assistência Consular. Brasília, 2008.

- PAYANI, P. The Spicing Up of English Provincial Life: The History of Curry in Leicester. In: Kershen, A. J.; Aldershot (Org.) *Food in the Migrant Experience*. Ashgate Publishing Company, 2002, p. 42-76.
- SUTTON, D. *Remembrance of Repasts: An Anthropology of Food and Memory*. Berg Publishers Ltd., 2001.
- TORRESAN, A. Ser Brasileiro em Londres. *Travessia - Revista do Migrante*. nº 23, set-dez., 1995, p. 35-38.
- VERVOTEC, S. Conceiving and Researching Transnationalism. *Ethnic and Racial Studies*. V. 22, nº 15, 1999.

RESUMO

Estudiosos da emigração brasileira em diferentes contextos geográficos já apontaram para o papel singular que a comida possui na construção e manutenção da(s) identidades brasileiras em situações de deslocamento. Este texto apresenta algumas considerações retiradas de leituras, observações de campo e reflexões sobre as minhas próprias experiências gastronômicas como imigrante e pesquisadora brasileira em Londres. Os atos de comprar, preparar e comer alimentos familiares, quando se vive em outro país, podem mexer com emoções e memórias profundas estabelecendo uma conexão com outros tempos e lugares. Estas memórias podem trazer saudade de lugares, pessoas e experiências anteriores, incitando o desejo de voltar ao país de origem. Ou talvez estas lembranças sejam dolorosas, melhor que sejam esquecidas. Estas memórias formam, portanto, uma ponte entre o velho e o novo. A familiaridade proporcionada pela busca de ingredientes, o modo de preparar os alimentos e a maneira como são consumidos auxilia no processo de adaptação proporcionando que a pessoa se sinta em casa em um país estrangeiro.

Palavras-chave: imigrantes brasileiros; comida; Londres.

ABSTRACT

Studies of Brazilian emigration have already shown the unique role food plays in the construction and maintenance of identities. This article presents some considerations taken from readings, fieldwork, observations and reflections on my own gastronomic experience as an immigrant and Brazilian researcher in London. Buying, preparing and eating familiar food, when one lives in another country, have many meanings. Food has the capacity to stir profound emotions and memories. These memories can cause a longing, a homesickness for past places, people and experiences, a desire to return to the country of origin. Alternatively, these memories may be painful, better forgotten. Consequently, these memories form a bridge between the old and the new. Familiarity, brought about through the search for ingredients, the method of preparing food and the way in which food is consumed, helps the process of adaptation to a new country and fosters a feeling of being at home in a foreign land.

Keywords: Brazilian immigrants; food; London.

O Made in Brasil em Londres Migração e os bens culturais

*Simone Frangella**

Londres tem recebido um fluxo crescente de tendências, estilos e produtos culturais brasileiros, através de dois movimentos que correm em paralelo, embora com pontos de intersecção. Por um lado, há uma diversidade significativa na produção e inovação da cultura brasileira, promovida em parte pela ênfase crescente pelos e para os londrinos de imagens da moda (*trendy*) do Brasil como produto cultural. Por outro lado, há um aumento significativo de imigrantes brasileiros no Reino Unido nesta década, e conseqüentemente uma heterogeneidade nos perfis dos imigrantes e na dinâmica de experiências comerciais e culturais que vêm com eles. Mas qual o papel da migração na circulação desses bens culturais?

A reflexão que se segue busca responder a esta questão,¹ a partir de dados recolhidos e analisados nos últimos quatro anos na capital inglesa. As pesquisas que efetuei envolveram entrevistas com uma variedade de atores sociais que participam da experiência da imigração brasileira na cidade.² Foi feito também um longo período de observação participante, em vários encontros culturais de brasileiros, assim como longos períodos de observação dos espaços públicos.

Não é certo o número de brasileiros em Londres. Órgãos brasileiros oficiais, como a Embaixada ou o Consulado, têm feito estimativas não oficiais. Quando iniciei esta pesquisa, em 2006, a projeção era de 60 mil brasileiros na Grande Londres e em torno de 100 mil no Reino Unido.³ Porém, já naquele momento, o

* Pós-doutoranda no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, onde iniciou pesquisa sobre imigrantes goianos em Lisboa e integrante do Grupo de Estudos sobre Brasileiros no Reino Unido - GEB.

número certamente era maior, já que não estavam incluídos os imigrantes ilegais ou as pessoas que entram no país com passaporte da União Europeia (na maioria cidadãos italianos, portugueses ou espanhóis). Um estudo sobre os brasileiros em Londres publicado em 2007 indica que instituições brasileiras em Londres estimavam naquele período entre 130 mil a 160 mil brasileiros na capital (EVANS et al., 2007). De qualquer maneira, estes números incertos são confrontados pela visível movimentação e crescimento de serviços, produtos e redes de entretenimento e trabalho envolvendo brasileiros na cidade. Reforçando esta sensação, em 2006, a mídia britânica incluiu o Brasil como uma das populações que compunha os “novos londrinos”.⁴

Embora tenha havido um fluxo de imigração brasileira desde os anos 1980, o mesmo foi notadamente modesto até 2000 (VALENTIM, 2005).⁵ Este fluxo era composto na maioria por estudantes ou profissionais liberais. Brasileiros com este perfil, ainda bem presente hoje na capital inglesa, têm interesse em aperfeiçoar o inglês, ou se especializar em sua profissão, e também em circular um tempo na Europa. Têm permissão para trabalhar meio período e complementam, em geral, sua renda com bolsas de estudo ou auxílio dos pais. É um segmento associado à “classe média” brasileira, ainda que seja bem heterogêneo em termos de idade, formas de sociabilidade e experiências culturais. Seu principal objetivo é aproveitar o *frisson* da cidade, e geralmente sua estadia em Londres é curta, cerca de dois anos, ou ainda, alternada com longos períodos no Brasil.

A grande virada da emigração brasileira para o Reino Unido aconteceu em 2001. Após o aumento de restrições para imigração nos EUA, o interesse em oportunidades econômicas foi redirecionado para o Reino Unido. Embora não haja dados ou relatórios oficiais que registrem este momento, ele é referido por muitos dos entrevistados da presente pesquisa, brasileiros residentes em Londres por mais de 10 ou 20 anos que, em suas narrativas, marcam a visibilidade concreta do crescimento migratório a partir daquele ano, seja pela presença maciça de brasileiros em ônibus e em lugares de trabalho, ou pela facilidade crescente de se encontrar produtos brasileiros, por exemplo.

Essa mudança trouxe a categoria dos *migrant workers*, mais numerosa. São pessoas vindas de diferentes partes do Brasil por razões prioritariamente econômicas. Têm como objetivo ganhar dinheiro para auxiliar a família no Brasil ou poupar dinheiro para retornar ao lugar de origem com melhores condições econômicas. Em geral não são fluentes em inglês e quando chegam a Londres possuem, em sua maioria, trabalhos não qualificados. Estes trabalhadores migrantes se beneficiam de uma forte rede de amigos da mesma cidade de origem e familiares que podem oferecer indicações de trabalho quando chegam. Para conseguir ganhar dinheiro, a estadia no Reino Unido tende a ser mais longa, de três a cinco anos, no mínimo.

Como resultado destas transformações, Londres recebe uma diversidade de pessoas, e aqui apenas indiquei muito brevemente dois perfis analíticos, esquemáticos, para melhor visualização. Estes dois retratos indicam as diferenças

em *status* socioeconômico e trajetórias de migração, e tendem a indicar diferentes estilos de vida e objetivos, critérios relevantes para se pensar a produção cultural. Porém, há interseções entre eles, tal como a adaptação no país novo, onde estudantes e migrantes trabalhadores seguem os mesmos passos iniciais. Muitos deles entram como turistas ou estudantes e após o visto expirar permanecem na cidade ilegalmente, trabalhando. No geral, estas categorias tendem a compartilhar de início o mesmo tipo de trabalho, no setor de serviços: restaurantes e bares, faxina, babás, entrega de produtos em domicílio, cuidados de beleza. Os que podem ficar no país e trabalhar também expandem suas atividades para serviços de construção civil, trabalham como eletricitas, transportadores; abrem lojas e restaurantes; ou tornam-se produtores de música e shows.

Assim, na última década, a presença de brasileiros no Reino Unido – e particularmente em Londres tornou-se substancial. O aumento deste fluxo trouxe toda uma rede de serviços, bens e cursos para auxiliar na chegada e na adaptação dos recém-chegados. Também gerou muitos tipos de negócios lucrativos, como as empresas que enviam dinheiro ao Brasil, restaurantes, lojas brasileiras, *clubs*, serviços de aquisição de cidadania europeia, salões de beleza, etc. Estes negócios podem ser gerenciados ou pertencentes a brasileiros, embora haja um número significativo de estabelecimentos cujos donos são britânicos associados, de alguma forma, à cultura brasileira, e que empregam brasileiros.

Entretanto, apesar da circulação intensa de serviços e bens culturais, a organização civil e política deste imigrantes é ainda muito incipiente. Embora tenha se tornado mais forte, o autorreconhecimento como uma “comunidade” é bastante recente e tem relação mais com um marco simbólico de singularidade em contraste com britânicos e outros imigrantes do que em relação às formas estruturantes, que estão emergindo lentamente. Desde 2001, o Consulado tem promovido reuniões com brasileiros que têm se engajado ativamente na organização e apoio à comunidade. A iniciativa do Consulado – chamada Conselho de Cidadãos – foi um ponto de partida para discutir as questões relativas aos imigrantes brasileiros.⁶ Em 2003, um fórum de debate, Diálogo Brasil, foi criado, uma iniciativa mista de cidadãos brasileiros e Embaixada com propósito similar ao do Conselho, mas em posição mais informal e aberto para um público mais abrangente. E, por fim, em 2006, foi estruturado um serviço de assistência a cidadãos brasileiros em Londres, a ABRAS, reforçando assim a necessidade de olhar para a imigração brasileira como uma questão política e social no Reino Unido.

A descrição desta dinâmica de rede revela uma coletividade em movimento crescente no Reino Unido. Porém, se é verdade que os brasileiros começam a se perceber como uma coletividade, sua visibilidade em relação a outras coletividades que compõem o universo “multicultural” de Londres é bem mais diluída. Os brasileiros são um grupo imigrante reconhecido há pouco; não fazem parte das nações que pertencem à Commonwealth, os quais recebem atenção especial no que diz respeito a políticas de integração. Não produzem identificação política ou religiosa evidente. O número de imigrantes em condições ilegais é muito alto,⁷

obscurecendo a identificação requerida para a atenção de políticas públicas (saúde, educação, entre outros) e tornando a exploração do trabalho e outras condições de vida social mais difíceis.

Acima de tudo, os brasileiros não são vistos como uma população etnicamente decifrável, particularmente no que diz respeito à aparência física (mas não apenas), em uma cidade atravessada cotidianamente por discursos e confrontos étnicos. A trágica morte do eletricitista brasileiro Jean Charles de Menezes por policiais britânicos, após ter sido identificado por engano como um terrorista suicida no sul de Londres em 2005, levantou estas questões. Todo o processo que cercou o acontecimento e as justificativas da polícia para evitar sua própria condenação trouxeram muitas manifestações contra a execução, envolvendo crítica das ações policiais, mas também controvérsias sobre a política “multicultural” britânica. E, finalmente, criticou-se o pequeno número de participantes brasileiros em protesto contra as ações do governo britânico.

Mas, por outro lado, foi também este episódio que trouxe a necessidade de se falar de um sentido de comunidade e se iniciar um processo de autoproclamação de uma “identidade”. Então, em suma, temos uma comunidade em estado de formação, ao longo de uma década, na cidade de Londres. Sua presença começa a se fazer notada, mas com muitas lacunas. Entretanto, estes vazios contrastam com a consolidação de imagens e bens culturais sobre o Brasil na capital londrina, como veremos.

Práticas e representações culturais em movimento

A visibilidade do Brasil transforma-se de forma notável quando o foco muda para a cultura. No mesmo ano da morte de Jean Charles, em 2005, a Paraíso Samba School, uma das três escolas de samba em Londres, ganhou o desfile do Carnaval de *Notting Hill*, um evento vivenciado na sua ampla maioria por grupos britânicos de ascendência caribenha ou africana, e um dos acontecimentos mais importantes do verão londrino. Embora as escolas de samba já fossem apreciadas nos eventos anteriores, o prêmio daquele ano foi uma marca de consagração da presença do Carnaval brasileiro no Reino Unido. Este fato é indicador da extensão de representações e imagens brasileiras pela cidade. Elas se constroem a partir do entrecruzamento de dois movimentos: um interno à incipiente comunidade brasileira e outro na fronteira entre esta e os fluxos globais de consumo de bens culturais.

Um imaginário sobre o Brasil tem suas fontes na circulação de bens em uma dimensão transnacional de significados e de objetos materiais em que estes são rearticulados continuamente (APPADURAI, 1994). Este movimento inclui estereótipos nacionais, mas também inovações ou possibilidades culturais em criação, ambos presentes na dinâmica da metrópole inglesa.

As relações políticas brasileiras no plano internacional e as recentes imagens apresentadas na mídia mundial tendem a iluminar mudanças no país. Há ainda

o apelo relativamente exótico do país que contribui para o crescimento de tais interesses e investimento na comercialização de imagens e produtos culturais. Mas outras referências do Brasil têm sido incorporadas neste imaginário, as quais emergiram com a presença concreta – e diversa – de brasileiros e suas expressões. Todos estes aspectos contribuíram para criar uma diversidade de imagens desta cultura e de suas formas de experiência e consumo.

Ao longo dos anos 1980 e 1990 a cultura brasileira em Londres se traduzia em eventos esporádicos, produzidos e divulgados principalmente pelo *Brazilian Contemporary Arts* (BCA) – uma referência importante para eventos culturais, dirigida inicialmente para um público inglês, mais restrito, interessado em cultura brasileira – e pela Embaixada Brasileira. O BCA trouxe à tona no cenário inglês nomes como, Caetano Veloso, Gilberto Gil, Gal Costa, Jorge Amado, Alceu Valença, Grupo Corpo, entre outros. Ainda assim, apenas alguns gêneros culturais brasileiros eram trazidos a Londres.⁸ Fora deste circuito performativo mais seletivo, os brasileiros compartilhavam espaços de sociabilidade com outros imigrantes latino-americanos em *clubs* de salsa e lambada.

Já a partir de 2000, muitos marcos colocam o Brasil em perspectiva. Eventos proeminentes projetaram imagens sobre o país em lugares centrais de referência em Londres. Alguns foram iniciativa da Embaixada Brasileira, em parceria com algumas organizações também brasileiras. Outros foram criados por empresários londrinos. Em 2000, para a celebração dos 500 anos do “Descobrimento do Brasil”, um extenso programa foi promovido pela Embaixada no centro cultural *Barbican* e no *Royal Albert Hall*. Em 2003, houve a inauguração de uma Galeria Pavilhão projetada por Oscar Niyemer e erguida temporariamente no *Hyde Park*. Ainda no mesmo ano, o filme *Cidade de Deus* foi lançado nos cinemas comerciais de Londres, dando início a uma série de divulgações de filmes brasileiros em circuito comercial.⁹ O filme foi divulgado com uma publicidade notável nas estações de metrô e em *outdoors* pela cidade.

Na primavera de 2004, a *Selfridges*, famosa e sofisticada loja de departamentos, localizada na rua comercial mais famosa de Londres (*Oxford Street*) promoveu um mês dedicado ao Brasil, intitulado *Brazil 40 degrees*. Depois de consultar artistas, arquitetos, músicos brasileiros e promotores da BCA, a loja montou um ambiente baseado em imagens e bens culturais brasileiros. As vitrines mostravam a “temática brasileira”, elementos associados à vida cotidiana do Brasil, paisagens do Rio de Janeiro e ícones da cultura religiosa popular. Uma escola de samba de Londres fez performances próximo às escadas rolantes. Em meio a essas apresentações vendiam-se acessórios, comida, CDs, roupas e sandálias. No estacionamento, acontecia um festival de cinema brasileiro. O evento da *Selfridges* – uma mistura de cultura e comércio – criou um forte interesse do público no imaginário de Brasil ali composto.¹⁰ Foi considerado, pela maioria dos meus entrevistados, um ponto de virada na visibilidade do país na capital inglesa.

Ainda em 2004, a Embaixada promoveu o Festival *Brazil Mayfair*, com filmes, comida, exposições e shows. Em 2005, como mencionado antes, a Paraíso Samba

School foi campeã do carnaval londrino. Em 2006, o centro cultural *Barbican* promoveu a exibição do “Movimento Tropicália” trazendo filmes, shows, pinturas, arquitetura e trabalhos de arte não apenas dos tropicalistas, mas também de novas leituras deste movimento cultural (como o grupo *AfroReggae*, por exemplo). Ainda no mesmo ano houve uma grande quantidade de trabalhos de publicidade em torno da Copa do Mundo e dos jogadores brasileiros. Uma empresa de material esportivo promoveu uma campanha em sua loja, localizada na *Oxford Circus*, um dos cruzamentos comerciais mais importantes da cidade. A caipirinha, por sua vez, desde 2004, tornou-se um dos *drinks* mais consumidos em *clubs* e a exportação da cachaça se multiplicou.¹¹ Por fim, uma cervejaria adentrou o mercado europeu, utilizando uma publicidade de alta qualidade, com base em trabalhos de grafiteiros brasileiros expostos nos *outdoors* e ônibus de Londres.

Brasil tornou-se, assim, “da moda”, provocando muitos interesses culturais e financeiros. A atração pela figura “alegre” brasileira e sua fonte potencial de lucro encorajaram muitos europeus a investir em lugares de música, dança e comida na cidade. Chinelos brasileiros tornaram-se “os sapatos” do verão. A música brasileira é tocada em lojas, filmes e é reconhecida de maneira mais ampla. Os artistas brasileiros residentes no Brasil ou em Londres atuam ou exibem sua arte em locais sofisticados da cidade e seu público vai além do grupo restrito que geralmente apreciava estes gêneros nas décadas anteriores. Peças teatrais brasileiras têm sido também apreciadas e são interpretadas por grupos ingleses e brasileiros. Nesta dinâmica, portanto, imagens propagadas remetem às “tradições” e às “inovações” da cultura brasileira e tornam-se signos, representações veiculadas e vivenciadas no espaço da cidade, agregando-se ao intenso fluxo de referenciais multiculturais que a caracterizam.

O início de 2000 também inaugurou outra realidade. A presença de imigrantes brasileiros e de suas necessidades contribuiu na intensificação das importações comerciais, o que se torna evidente no aumento dos bens culturais que passaram a circular na cidade. Por um lado, com a expansão da comunidade, a entrada de muitas atividades e produtos foi facilitada para aliviar a “saudade” brasileira. DJs e músicos trouxeram forró, música sertaneja, pagode, samba e outros estilos musicais voltados ao entretenimento para os imigrantes. Junto com a arte veio a comida: rodízio, feijoada, farinha de mandioca, pão de queijo, guaraná, etc. Em bares pequenos, restaurantes por quilo, grandes churrascarias, espalhados pela cidade. Roupas, biquínis, sapatos entraram timidamente no circuito.

A demanda crescente da comunidade imigrante se entrelaça com a intensificação de bens culturais brasileiros, promovida nas redes mais globalizadas do fluxo de bens culturais. Há um fluxo constante entre essa alimentação “cultural” interna à comunidade e as suas fronteiras com outras nacionalidades na cidade. Artistas brasileiros residentes (fotógrafos, dançarinos, pintores), buscaram reconhecimento e trabalho em espaços dentro e fora das comunidades. Muitos destes eventos e produtos são constantemente compartilhados entre imigrantes portugueses, albaneses, colombianos, dentre outros. Os brasileiros

também começaram a trabalhar no campo do entretenimento, como ocorre em contextos migratórios de outros países (MARGOLIS, 1993; MACHADO, 2004), tanto dentro dos estabelecimentos voltados para clientes brasileiros, quanto para os lugares de sociabilidade “brasileira” direcionados para o público londrino mais generalizado.

Se a vivência da cultura brasileira ajudou na própria organização e união da comunidade, também rearticulou diferenças. Imigrantes dividem-se entre os que reiteram as mais recentes imagens sobre o Brasil – como, por exemplo, a esteticização da pobreza, notável em filmes como *Cidade de Deus*, que é estendida para grafite e decoração de bares – e os que a recusam como um retrato do país de origem. Com o tempo de estadia, as diferenças regionais, de idade, estilo de vida e rede de contatos acabam por criar experiências diversas de brasileiros em Londres, o que implica em uma diversidade também na seleção das representações a se utilizar.

Neste contexto, há um reforço de traços associados à identidade nacional marcados como estratégia social e econômica, também como ocorre em outros países (MACHADO, 2004). Neste sentido, mulheres e homens valorizam imagens e comportamentos associados ao Brasil, reforçando determinados estereótipos. No entanto, são inúmeras as possibilidades culturais na cidade que permitem aos brasileiros renovar ou transformar estas estratégias, abrangendo as variadas perspectivas de Brasil, do alegre ao resiliente, do sensual, do trabalhador, do indistinto, do branco, do negro, tornando esse universo mais complexo.

Os meios de comunicação de produção majoritariamente brasileira expressam de forma significativa este universo cultural em Londres; têm sido nas duas últimas décadas o mais importante instrumento de organização dos brasileiros no país de chegada. Há as revistas, distribuídas gratuitamente, e fundamentais para expressar o universo descrito acima. Poderiam ser classificadas como “community magazines”, direcionadas prioritariamente à comunidade imigrante, as quais são: revista Leros, a Jungle Drums, a Brasiletc, a Brasilnet, Revista Record (da TV Record), a Verbo, a Brazilian Arts e jornais como Brazilian News.

O crescimento destes veículos de comunicação evidenciou o crescimento desta comunidade e a necessidade de circular informações que atualizassem acontecimentos da terra de origem, que adensassem as redes constituídas no processo migratório, e também que se “re-editasse” o Brasil na capital britânica, com as novas imagens e a atualização de representações nacionais e culturais que estão em trânsito. Consequentemente, também ajudam na promoção de mercadorias e de serviços oferecidos pelo Brasil, aumentando a circulação interna destes produtos na comunidade.

Algumas são edições patrocinadas por igrejas, católica e neo-pentecostais. Outras dependem de pagamento de anúncios, e a maioria tem patrocínio de empresas brasileiras na cidade, como os *money transfers*, por exemplo. Há também uma publicação editada e distribuída para brasileiros em outros países da Europa, tais como Bélgica, Irlanda, Alemanha, Espanha, Itália. Ela indica os esforços

midiáticos para ampliar a ideia de comunidade entre os brasileiros na Europa.

Na perspectiva desta análise, duas revistas se destacam pelo papel que têm na dinâmica de circulação dos bens culturais. Até o início desta década a única revista disponível era a *Leros*, editada desde 1991 e ainda em circulação. Publicada mensalmente e apenas em português, ela traz notícias do Brasil e de brasileiros em Londres, e também oferece em suas páginas de publicidade serviços e eventos feitos pró e para brasileiros na cidade.

A revista é a principal referência para os imigrantes que chegam no país, já que provê uma série de informações que auxiliam o recém-chegado a localizar serviços e eventos para brasileiros: aluguel de quartos, serviços de estética, informática, transporte, eventos religiosos, etc. O editor foi também participante de iniciativas de organização social descritas anteriormente – participou do Conselho de Cidadãos e do Diálogo Brasil. Ao analisar a edição percebemos um direcionamento específico na informação sobre e para a comunidade brasileira em Londres. Neste sentido, a *Leros* remete a este crescimento gradual dos serviços e bens econômicos, das redes de organização civil, dos dramas da chegada ao país, e da confrontação de valores, representações e práticas do imigrante com os múltiplos referenciais culturais da cidade.

A segunda revista em questão se intitula *Jungle Drums*. Esta trata mais da disseminação das manifestações culturais brasileiras no Reino Unido, particularmente em Londres. É também publicada mensalmente, mas em edição bilingue e, por isso direcionada também para o público inglês. Recentemente, os editores da revista se juntaram a produtores culturais e, em alguns momentos, à Embaixada, para promover eventos culturais de grande escala, tais como festivais (por exemplo, feiras e shows em Southbank, uma área muito popular de entretenimento e eventos culturais na capital) ou shows com grandes cantores do Brasil (Trio Mocotó, Seu Jorge, entre outros).

O objetivo da revista é mais limitado, no que diz respeito ao fornecimento de informações que ajudem os brasileiros a se adaptar no país, uma vez que as matérias se voltam, sobretudo, para mostrar o Brasil. Neste sentido, possui um papel menos central para as redes migratórias dentro da comunidade. No entanto, é um veículo que permite um fluxo maior dos bens culturais nas relações da comunidade com suas fronteiras identitárias e sociais. Tem, portanto um importante papel na circulação das imagens sobre cultura brasileira.

Conclusão

Entendido nesta análise como um conjunto de fluxos transnacionais de eventos, bens, imagens e discursos, a cultura brasileira em Londres articula duas dinâmicas. Na primeira dinâmica, ela é celebrada e vivenciada muito além da comunidade em si. O Brasil se torna visível através da diversidade de referências culturais, não necessariamente fornecidas ou desfrutadas por brasileiros. Algumas das manifestações culturais são produzidas para responder a demandas da

comunidade. Outras, no entanto, são eventos promovidos em ambientes londrinos relacionados com imagens midiáticas, comerciais associadas ao Brasil, tais como exótico, o “não ocidental”, grande diversidade, o que não é de grande interesse dos imigrantes. Grande parte da comunidade, além de considerar tais eventos muito caros, também não se sentem necessariamente representados nas tendências culturais mais alternativas àquelas vivenciadas dentro da comunidade, em termos de música e arte, que são acolhidas na diversidade de *clubs* e bares londrinos.

Na segunda dinâmica, o que observamos é que a cultura se torna o campo por excelência no qual as relações entre londrinos e residentes brasileiros parecem ser construídas de forma mais visível. Esses brasileiros, que já se encontram enraizados na cidade, procuram estender o acesso à cultura brasileira ao londrino, criando, por exemplo, revistas bilingues e outros mecanismos, que alcancem o público não falante de português. Assim, o campo cultural alimenta e é alimentado por brasileiros que moram aqui, mas não é direcionado especificamente a eles. A permanência e as atividades dos brasileiros neste campo, que procura expandir a cultura brasileira para além das fronteiras do próprio brasileiro, pode acabar por tecer relações e confrontações de trabalho e sociabilidade na cidade.

Neste sentido, as imagens são constantemente alimentadas pelas práticas culturais disseminadas por brasileiros e não brasileiros, e pelas opções de trabalho e sociabilidade dos imigrantes, e são um ponto importante de intersecção e inserção dos brasileiros na cidade e estabelecimento de uma “comunidade”. Por outro lado, as imagens projetadas sobre a nação nesta dinâmica de circulação de bens culturais brasileiros obedece a uma circulação transnacional de consumo e sendo assim, extrapolam a prática dos sujeitos que migram, sem no entanto se descolar deles. Por fim, esta circulação coloca constantemente o imigrante brasileiro em confronto com representações identitárias, as quais contestam ou assimilam, em um movimento constante que é parte constituinte de sua ideia de comunidade.

Notas

1 - A análise que apresento aqui parte de duas pesquisas que realizei em Londres. A primeira foi junto ao Departamento de Estudos Portugueses e Brasileiros do King’s College London, entre 2006 e 2007, na qual focalizei a produção cultural sobre o Brasil em Londres. Em seguida, iniciei outra pesquisa, junto à Goldsmiths College, sobre migração brasileira na cidade, tendo durado de 2007 a 2009.

2 - Foram feitas entrevistas com instituições que representam ou auxiliam a comunidade brasileira, como o Setor Cultural da Embaixada Brasileira, e o Brazilian Contemporary Arts; editores das revistas brasileiras em Londres; professores de dança – capoeira; donos de bares de cultura brasileira, e brasileiros residentes na cidade há muito e pouco tempo. A maior parte das entrevistas enfocava a questão da produção cultural brasileira e as práticas e percepções das pessoas em relação a este domínio.

3 - Este número foi sugerido por membros da Embaixada entrevistados por mim em 2006, e que trabalhavam na Seção Cultural, Felipe Fortuna e Amelia Maria Fernandes Alves, sendo que esta também trabalhava em outras iniciativas civis da comunidade brasileira em Londres.

4 - *The New Londoners – Foreign-born population increases 7% in 9 years, London Lite*, 13

vember 2006.

5 - Valentim chama a atenção em sua dissertação para um movimento e migração da América Latina para o Reino Unido desde 1970. Durante este período, muitos exilados políticos vieram para Londres, como foi evidente no caso do Brasil. No entanto, o fluxo desta época era bem baixo e, além dos exilados, havia os que queriam fazer viagens aventureiras pela Europa.

6 - O Conselho de Cidadãos foi uma iniciativa do Segundo mandato do então presidente Fernando Henrique Cardoso. Foram convidadas pessoas que se tornaram populares nos circuitos de sociabilidade de brasileiros em Londres, por conta de suas atividades sociais ou culturais.

7 - Essa é uma percepção recorrente quando se discute a comunidade crescente de brasileiros em Londres. A dificuldade em contar o número dos imigrantes brasileiros se deve muito ao fato de que nem os irregulares, nem os que possuem passaporte europeu são passíveis de controle pela Imigração Inglesa.

8 - Os critérios do BCA e da Seção Cultural da Embaixada eram restritos ao selecionar os eventos, com a intenção de divulgar a cultura brasileira com artistas e músicos renomados, que teriam ampla aceitação por parte da mídia brasileira e de qualidade distante da cultura de massa, não contemplada naquele momento. (Entrevistas com Felipe Fortuna, *Brazilian Embassy in London*, 20/06/06, e Edna Crepaldi, *BCA*, 22/04/06).

9 - Filmes como *Cidade Baixa* e *Carandiru*, por exemplo.

10 - Informação obtida através da pessoa responsável pelo setor de Relações Públicas da Selfridges, por mim entrevistada, e também confirmada em entrevistas com pessoas ligadas à produção de eventos culturais.

11- Entrevista com o empresário e proprietário do Bar Guanabara.

Referências

- APPADURAI, A. Disjunção e diferença na economia cultural global. In: FEATHERSTONE, M. (Org.). *Cultura global: nacionalismo, globalização e modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- EVANS, Y. et al. *Brazilians in London: a report for the Strangers into Citizens Campaign*. Department of Geography, Queen Mary, University of London, 2007.
- MACHADO, I. R. Estado-Nação, identidade para o mercado e representações de nação. *Revista de antropologia*. São Paulo: USP, v. 47, nº 1, 2004.
- MARGOLIS, M. *Little Brazil – Imigrantes brasileiros em Nova York*. São Paulo: Papirus, 1993.
- VALENTIM, M. *L'immigration latino-américaine, et plus particulièrement brésilienne, à Londres des années 1970 à nos jours*. Mémoire de MAITRISE. Université Sorbonne-Paris IV, sep. 2005.

RESUMO

O presente artigo descreve brevemente o crescimento da circulação de imagens e bens culturais brasileiros pela cidade de Londres, e a relação deste crescimento com a imigração brasileira emergente na última década. A partir de 2000, houve um aumento de estilos, tendências e produtos culturais sobre o Brasil que deram maior visibilidade ao país e permitiram a emergência de novos produtos culturais. A imigração brasileira crescente auxiliou no fomento transnacional destas imagens, e estas, ao mesmo tempo em que tiveram peso nas vivências dos brasileiros na capital inglesa, também colocaram o imigrante em constantes processos de renovação identitária.

Palavras-chave: imigrantes brasileiros; bens culturais; Londres.

ABSTRACT

This article describes briefly the growth of the circulation of Brazilian images and cultural goods in London, and the relation between this intensification and Brazilian immigration in this last decade. From 2000 there were an increase of cultural styles, trends and goods about Brazil, which gave more visibility about the country and allowed the emergence of new cultural products. Brazilian immigration helped in the transnational increment of such images, and they influenced experience of Brazilians at the same time that put them in constant process of identity reconfigurations.

Keywords: Brazilian immigrants; cultural goods; London.

Casa de brasileiros em Londres **A importância da casa para os** **imigrantes brasileiros**

*Gustavo Tentoni Dias**

Após um dia de trabalho árduo dentro de uma abafada cozinha de um movimentado restaurante situado no sudoeste de Londres, durante os meses de verão, o subchefe brasileiro J. A., enquanto limpava rapidamente a sua sessão, comentou com um misto de cansaço e satisfação:

J. A.: Depois de um dia de trabalho como este, o que eu mais quero é voltar para casa, tomar um banho, colocar um chinelo e assistir televisão na minha cama.

A princípio aquela frase soou como sendo um simples desabafo de um imigrante que, após 13 horas de trabalho, apenas visualizava o chuveiro de sua casa e a cama que o aguardava. Entretanto, na medida em que fui conhecendo e convivendo com outros imigrantes brasileiros, foi possível constatar que frases e comentários similares ao citado acima estavam sempre presentes em suas falas. Sobretudo nos intervalos do trabalho, quando eles se reuniam para descansar e conversar, o assunto em torno da casa estava presente como sendo um espaço que trazia conforto e segurança, diante da vida que levavam em Londres.

Até aqui nada de novo se considerarmos que as definições existentes em torno das palavras *casa* e *lar* estão pautadas em conceitos que nos remetem

* *Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos/UFSCar, onde desenvolveu a dissertação de mestrado "Cultura, Política e Educação: A Segunda Campanha de Nacionalização do ensino (1938-1945)" e integrante do Grupo de Estudos sobre Brasileiros no Reino Unido - GEB.*

à ideia de proteção, segurança e privacidade. Todavia, o que mais me chamou a atenção nessas conversas, e queria tentar entender, era a associação de tais ideias, pelos imigrantes brasileiros, a espaços que não eram exatamente os seus lares, mas sim quartos alugados em casas que nem sequer tinham raízes com suas histórias pessoais e que eram habitadas por pessoas com quem não guardavam laços de parentesco.

Devido a esta observação feita durante um estudo etnográfico realizado junto a um grupo de brasileiros em Londres, este artigo propõe discutir a importância da casa no processo migratório, enquanto área de sociabilidade e preservação das regras socioculturais brasileiras. Para tal proposta, este estudo introdutório foi elaborado em torno de observação participante e entrevistas abertas realizadas com brasileiros que viviam e trabalhavam na capital inglesa por um período de um a cinco anos, na condição de imigrantes que um dia objetivavam retornar ao Brasil. Além disso, foram consultados autores da área de Antropologia Brasileira e Urbana, com o intuito de buscar um suporte teórico na interpretação do material etnográfico levantado.

A importância da primeira casa

Podemos considerar que, para muitos imigrantes, a busca por uma vaga numa casa habitada por outros imigrantes brasileiros – que, assim como eles, vivenciam a mesma experiência migratória – é a melhor forma de organizar-se pessoalmente em Londres. Esta é a oportunidade de aprender a se locomover na capital inglesa, conseguir um trabalho e, principalmente, amenizar os impactos emocionais provocados pelo distanciamento de sua terra natal e de familiares.

Sendo assim, a prioridade para o imigrante brasileiro é localizar um quarto numa casa que tenha moradores brasileiros. Todavia, conforme apontam entrevistas realizadas, grande parcela desses imigrantes já sai do Brasil com um local prévio para ficar em Londres. Em alguns casos, as informações são obtidas através de sites de relacionamentos e páginas eletrônicas dedicadas a oferecer informações e dicas sobre Londres.¹ Já em outros casos, há imigrantes que se valem do auxílio de outros migrantes que já estiveram ou ainda estão na capital britânica. Este é o caso de H. F. M, que em entrevista disse:

Gustavo Tentoni Dias: Como você conseguiu encontrar esta casa em que você está morando no momento?

H. F. M.: Eu tenho um primo que morou aqui em Londres. Antes de eu sair do Brasil, ele me deu umas dicas de como achar pensões baratas e casas de brasileiros, e foi isso que eu fiz.

Entretanto, como algumas entrevistas demonstraram, alguns imigrantes recém-chegados hospedam-se em casas de conhecidos da própria cidade de onde emigraram. Esse fenômeno ocorre particularmente com imigrantes de

idades brasileiras que funcionam como polo dispersor populacional e que têm, através de seus moradores, um forte *link* com certas cidades receptoras de fluxos migratórios. Esse é o caso de alguns municípios situados no interior dos estados de Goiás e Minas Gerais que, através de seus habitantes que viveram ou vivem a experiência migratória em Londres, mantêm uma forte ligação com a capital britânica.

Nesses casos, o recém-chegado – que pode ser amigo ou parente dos residentes – fica isento de pagar as primeiras semanas de aluguel, em virtude de ainda não estar trabalhando e não saber se locomover com segurança pela cidade. Lentamente esse novo morador vai sendo auxiliado pelos demais e, caso permaneça na casa após o período de adaptação, passa a assumir as responsabilidades assim como os demais.

É possível observar, ainda, que a primeira casa do imigrante, geralmente é provisória, sobretudo se os demais habitantes não forem da mesma nacionalidade. Ali, ele fica hospedado apenas durante as primeiras semanas, tempo necessário para poder localizar-se na cidade. Nesse caso, a primeira residência é obtida através do contato com terceiros e tanto o imigrante que acabou de chegar a Londres, quanto o imigrante que o está recebendo não se conheciam previamente. O que vale aqui é uma espécie de “relação de solidariedade” em receber o recém-chegado, por parte de quem está no processo migratório há mais tempo.

Dessa forma, notamos que a primeira casa em que o imigrante reside não será necessariamente aquela em que permanecerá residindo. Logo esse imigrante buscará um local que atenda às suas necessidades de ordem material e simbólica. Dentre elas estão: o preço do aluguel, o acesso aos meios de comunicação, a localização da casa e a distância da mesma em relação ao trabalho e, ainda, os residentes.

O valor econômico e cultural da casa

O valor do aluguel é de grande importância para o imigrante, principalmente se ele ainda está à procura de um trabalho rentável.² Basicamente, o locatário busca um valor de aluguel que oscile entre os £50 e os £80 semanais. Neste valor devem estar inclusos uma cama de solteiro e um armário (em quartos que podem ser divididos por até três pessoas), os gastos com os consumos de água e de energia elétrica e, ainda, a limpeza semanal da cozinha e do banheiro (cômodos utilizados em comum pelos moradores).

A forma mais popular para o imigrante encontrar um local para morar é através das revistas brasileiras que circulam em Londres, destinadas aos próprios imigrantes no Reino Unido. Dentre elas, destacam-se as revistas *Leros*, *Real*, *Brasil etc*, *Verbo vivo* e *brasil.net*, as quais têm circulação mensal e gratuita. Geralmente são disponibilizadas em estabelecimentos comerciais vinculados à comunidade brasileira como, por exemplo, casas de câmbio, lanchonetes e restaurantes, pequenos mercados e açougues.

Nestes periódicos há um espaço exclusivo para o anúncio de vagas disponíveis em casas ou apartamentos. Em geral, o locador vale-se de poucas linhas. No título ele especifica o cômodo que está alugando, depois num pequeno quadro há informações gerais do que ele tem a oferecer (a localização e proximidade de linhas do transporte público, eletrodomésticos presentes na casa, a forma de pagamento e se as contas de água, luz, internet e de limpeza já estão inclusas) e, por fim, o telefone de contato.

Os meios de comunicação que a casa oferece, assim como o valor do aluguel do quarto e a localização do imóvel, são quesitos importantes para o imigrante, enquanto parâmetros de comparação. O fato de uma casa ter um telefone fixo – em alguns casos com planos de ligação internacional – ou, então, acesso à internet, é sempre muito bem visto, pois o contato com os familiares no país de origem implica gastos considerados altos para o imigrante, sobretudo se ele tiver que realizar as ligações por meio de cartões telefônicos e do uso do telefone celular. No caso do telefone fixo, este possibilita a redução no gasto com ligações. Já no caso da Internet, além de reduzir mais ainda os gastos com chamadas, há a possibilidade do uso da *webcam*, um meio importante para o contato visual com familiares e com amigos. Tal recurso ameniza o longo tempo de separação que o processo migratório possa desencadear.

Cabe, ainda, ressaltar que em Londres há um rentável comércio em torno do aluguel de casas para brasileiros. Muitos dos locadores são os próprios brasileiros que já estão estabilizados e muitas vezes legalizados na cidade e que fazem desta prática econômica uma forma rentável para viverem e, também, acumularem dinheiro. Assim, financiam junto a um banco uma casa ou, então, alugam e a adaptam (transformam a sala num outro quarto) para poderem acomodar o maior número possível de moradores.

Este é o caso de inúmeras casas situadas na região noroeste e também norte da capital, especificamente no bairro de *Finsbury Park*. Conforme elucida entrevista realizada com o morador L. S. P.:

G. T. D.: Como vocês encontraram esta casa?

L. S. P.: Quando a dona desta casa avisou a gente de que ela ia devolver a casa, porque não está dando conta de administrar todas. Ela tinha mais de cinco e, agora, se tiver a que ela mora é muito. Uma colega nossa falou dessa brasileira que também alugava casa. Daí a gente ligou na mesma hora, arrumamos um carro e mudamos na noite.

G. T. D.: A dona da casa antiga também é brasileira?

L. S. P.: Sim, casada com um polaco, mas não sabem cuidar dos negócios.

G. T. D.: E como vocês pagam o aluguel nesta casa?

L. S. P.: Igual como pagávamos na outra. Todo dia 5 ela vem aqui e o M. G. é responsável por recolher o dinheiro da gente e daí entrega em mãos para ela.

G. T. D.: E o que vocês têm achado de morar aqui?

L. S. P.: Aqui é bem melhor, porque ela dá mais atenção na casa. Quando ela vem pegar o dinheiro, ela pergunta se está tudo bem ou se tem algum problema. Se tiver, o marido dela vem e arruma. A outra só queria saber do dinheiro.

G. T. D.: O marido desta é brasileiro?

L. S. P.: Sim. Os dois são do Paraná.

Conforme foi apontado anteriormente, muitos brasileiros optam por morar em determinada região de Londres e, quando têm que mudar da casa, procuram outra na mesma área. Esse fenômeno geralmente ocorre pelo fato do imigrante ter um conhecimento do espaço local (mercado, meios de transporte, áreas de lazer) e ter contato com outros brasileiros que também vivem nas proximidades e que, muitas vezes, podem ajudar num momento de necessidade e/ou desfrutar das horas de lazer juntos. Como demonstra M. N.:

M. N.: Nós daqui de casa (são três brasileiros que dividem o mesmo quarto, numa casa habitada por outras nacionalidades) fazemos parte do time dos brasileiros daqui do bairro e a gente vai começar outro campeonato agora.

G. T. D.: E como vocês conseguiram entrar nesse time?

M. N.: O F. já jogava no gol e quando o time estava precisando de mais dois atacantes, na hora ele chamou a gente.

G. T. D.: E quem são os outros do time?

M. N.: É só brasileiro. A galera que faz *cleaner* nas Igrejas daqui. Eu não conhecia eles antes, mas o pessoal também é daqui de *Manor House*. É um pessoal bem gente boa.

Além do valor do aluguel e da localização da casa, para o imigrante o fator “quem mora na casa” é o mais importante; a residência deve ser habitada, predominantemente, por brasileiros, pois assim será o local onde as regras sociais e práticas culturais brasileiras prevalecerão, ou seja, haverá comemorações natalinas e de *reveillon*, festas de aniversário, churrascos e almoços dominicais esporádicos, os quais são realizados nos moldes brasileiros, com decorações, pratos e presentes típicos da cultura nacional. Em outras palavras, é a tentativa de reproduzir no espaço privado da casa os valores identitários nacionais. Citando uma passagem da entrevista realizada com E. O.:

G. T. D.: E como foi a festa de Natal deste ano? Passou na sua casa?

E. O.: Sim, eu e meu namorado ficamos em casa. Foi legal, fizemos um churrasquinho com carne que compramos num açougue brasileiro, tinha feijão tropeiro, cerveja, champagne, salada de maionese, uma bandeja de frutas e torta de sonho de valsa.

G. T. D.: Só havia brasileiros na festa?

E. O.: Só o pessoal de casa e uns amigos nossos. Foi bem gostoso. Só tinha a brasileirada... (risos).

Além de ser o local onde ocorrem encontros, e reuniões e onde comemorações são celebradas, a casa também é o local onde o imigrante pode chegar depois de um exaustivo dia de trabalho e encontrar a companhia dos demais moradores brasileiros. E, assim, conversar sobre o que aconteceu durante o dia, desabafar as angústias e dificuldades encontradas na experiência migratória ou, então, apenas mais uma vez falar dos planos e da vida que quer ter quando retornar ao Brasil. Consequentemente, é nesse espaço que ele pode “respirar” a cultura brasileira e, também, dividir suas ansiedades, transformando aquela casa em um lar capaz de fazê-lo sentir-se mais à vontade, mesmo longe do Brasil.

Esta afirmação pode parecer-nos óbvia, porém tem um sentido importante em termos da cultura brasileira. Conforme afirma o antropólogo Roberto DaMatta:

[...] Metáforas e símbolos em que a casa é contrastada com a rua são, pois, abundantes numa sociedade onde casa é concebida não apenas como um espaço que pode abrigar iguais (como é o caso da família norte-americana) e está sujeita às normas vigentes na rua, mas como uma área especial: onde não existem indivíduos e todos são pessoas, isto é, todos que habitam uma casa brasileira se relacionam entre si por meio de laços de sangue, idade, sexo e vínculos de hospitalidade e simpatia que permitem fazer da casa uma metáfora da própria sociedade brasileira (DAMATTA, 1997, p. 37).

Notamos, então, que no espaço privado da casa, mesmo que entre os residentes não existam quaisquer laços de parentesco, eles se consideram iguais, pois provêm do mesmo país e possuem os mesmos valores culturais, que os ligam como “irmãos” de uma mesma identidade perante os *outros* que circulam pelo espaço público da rua.

Para além do espaço privado da casa

Em contraste ao espaço privado da casa e suas características, o imigrante encontrará o espaço público da rua. Tão importante quanto o primeiro para a elaboração da sua identidade, será na rua que ele irá atrás dos postos de trabalho onde grande parte da comunidade migratória brasileira trabalha;³ o supermercado e as áreas onde podem ser encontrados produtos brasileiros; a casa de câmbio, onde se faz a remessa regular de dinheiro para o Brasil e, também, os lugares de lazer como, por exemplo, bares e clubes destinados ao público brasileiro.

Todavia, o espaço da rua é o local onde o imigrante brasileiro também encontrará o *outro* – britânico – ou os *outros* – demais grupos migratórios encontrados em Londres –, com diferentes costumes e hábitos, além de falar um idioma – o inglês – muitas vezes desconhecido e até incompreensível para o brasileiro. Devido ao estranhamento causado pelo novo cenário e seus moradores, a rua é um espaço que requer cautela, conforme Dias elucida:

Assim como ocorre no espaço privado da moradia, na rua novos hábitos e códigos de conduta precisam ser assimilados e incorporados o mais rapidamente possível para que ele possa se locomover pela cidade. Entretanto, diferentemente do que acontece no espaço da Casa, na rua as regras são regidas pelo idioma inglês, do qual a maioria dos entrevistados migrantes detém apenas o conhecimento mínimo para diálogos breves e estritamente funcionais. Este dado torna o espaço público ainda mais hostil do que aparenta, sobretudo quando há o contato com o outro – o nativo – ou os outros – demais grupos migratórios que também buscam o acúmulo financeiro na capital inglesa (DIAS, 2009, p.10).

Neste território, considerado arriscado uma vez que o migrante, ocasionalmente, encontra-se sem a companhia dos “seus” (e sem possibilidade de utilizar o idioma português para se comunicar), ele buscará a outra face necessária para a elaboração da sua identidade de imigrante. E, assim, podemos ver a distinção entre o espaço privado da casa e o espaço público da rua. Como DaMatta considera:

Em todo caso, se a casa distingue esse espaço de calma, repouso, recuperação e hospitalidade, enfim, de tudo aquilo que define a nossa idéia de “amor”, “carinho” e “calor humano”, a rua é um espaço definido precisamente ao inverso. Terra que pertence ao “governo” ou ao “povo” e que está sempre repleta de fluidez e movimento. A rua é um local perigoso (DAMATTA, 1997, p. 40).

A rua é, portanto, um espaço hostil onde o uso do idioma inglês é necessário, o contato com o *outro* ou os *outros* será feito e onde estão presentes códigos e condutas considerados estranhos pelos imigrantes. Além disso, a rua é o local onde, a qualquer instante, os agentes de migração do *Homme Office* ou, em linguagem do próprio grupo, os “homens de preto” podem aparecer⁴ e conferir se a documentação do imigrante está em situação regular. Caso não esteja, este pode ser detido e deportado. A rua, portanto, pertence ao governo britânico, e o imigrante está sujeito às suas leis.

Contudo, esse imigrante não pode ficar confinado no espaço privado da casa, especialmente quando se trata do recém-chegado. Sendo assim, ele contará com a ajuda dos moradores da casa com “mais tempo de Londres”, que o auxiliarão a se lançar no espaço da rua e, ainda, inserir o mesmo, gradualmente, na rede migratória brasileira. Esse é um ponto essencial, pois indica que entre os imigrantes residentes na casa, há um *capital cultural* (BOURDIEU, 1991, p. 11) que os dispõem numa hierarquia interna. Como ressalta M.G. em entrevista:

G. T. D.: Como você considera a possibilidade de morar com brasileiros que estão há mais tempo em Londres?

M. G.: O bom de você morar em casa de brasileiros que já estão há mais tempo em Londres é que eles já têm as “manhas” de como andar na cidade,

onde comprar as coisas mais baratas, contato de empregos e sabem quem é de confiança e quem é “traíra”.

G. T. D.: Foi o caso deste emprego em que você trabalha atualmente?

M. G.: Sim. Ele me levou pra abrir a conta de banco numa agência de um conhecido dele que fala português e tem as “manhas” para abrir a conta. E para os documentos ele tem contato com uns brasileiros que só mexem com isso.

Este *capital cultural*, constituído pela apropriação dos bens simbólicos da cidade e do conhecimento dos “canais” ou “caminhos” é adquirido ao longo do tempo de permanência do imigrante na terra receptora. Sendo assim, os imigrantes mais antigos possuem o conhecimento necessário para se locomoverem pelos “trajetos” (MAGNANI, 2008, p. 43) mais importantes da cidade, conhecem, por exemplo, como abrir uma conta bancária⁵ e, ainda, podem garantir possíveis indicações de trabalho. Usualmente, é este imigrante com mais tempo em Londres que auxiliará os novatos a se lançarem ao espaço público ou, valendo-se do conceito de DaMatta (1997), ajudará os “seus” a saírem de casa e conquistarem o espaço da rua.

Conclusão

Este estudo procurou, de forma sucinta, apresentar como os imigrantes brasileiros transformam o espaço privado da casa em um local de preservação das regras socioculturais brasileiras e promoção da sociabilidade entre os mesmos em Londres. Tal elaboração pode ser interpretada como uma tentativa de amenizar os impactos culturais e, também, psicológicos promovidos pelo fenômeno migratório. Sendo assim, conversar em português, festejar datas importantes para a sociedade brasileira e, ainda, desfrutar as horas de lazer junto com outros conterrâneos são alguns dos principais motivos que fazem com que a busca por uma casa, na qual vivam brasileiros, seja considerada uma prioridade para os imigrantes brasileiros quando chegam à capital britânica.

Além disso, foi demonstrado como, através do espaço privado da casa e do auxílio dos demais moradores, o imigrante recém-chegado tem a possibilidade de se inserir na rede de brasileiros presentes em Londres. Dessa forma, a oportunidade de residir com outros imigrantes provindos da mesma cidade e/ou com imigrantes que já estão há mais tempo em Londres é a chance de buscar auxílio em alguém que, além de compartilhar a mesma cultura nacional, pode ensinar o novato a compreender a dinâmica da *sociedade de imigração* (SAYAD, 1991) e facilitar a rápida e necessária adaptação do mesmo em Londres.

Notas

1 - Dentre os sites de relacionamentos podemos destacar o Orkut – www.orkut.com –, que oferece uma infinidade de comunidades agrupadas em torno de temas relacionados a Lon-

dres, geralmente criadas por brasileiros que residem no Reino Unido. Já em relação a sites especializados em informações e dicas sobre Londres, destacam-se OiLondres! – www.oilondres.com –, eLondres – www.elondres.com – e Primeiro Amigo – www.primeiroamigo.com.

2 - Trabalho rentável seria aquele emprego que possibilita pagar as despesas realizadas em Londres e, ainda, enviar regularmente para o Brasil um valor considerado suficiente para os seus objetivos.

3 - Em geral, as vagas de emprego são encontradas em setores como: limpeza comercial e residencial, hotéis, restaurantes e *pubs*, construção civil, serviços de entrega e *au pair*. Entretanto, “embora o denominador comum de tais atividades seja o baixo nível de qualificação exigido, a divisão sexual do trabalho pode mostrar-se bastante diferenciada (...) os homens [em geral] trabalhavam na construção, e como motoristas e entregadores, enquanto as mulheres trabalhavam como babás. Observa-se, também, que mais homens do que mulheres trabalhavam em hotéis, bares e restaurantes, enquanto as mulheres predominavam em tarefas de limpeza, mas eram também mais suscetíveis de ficarem sem trabalho do que os homens” (EVANS et al., 2007).

4 - Alusão aos agentes do filme “Homens de Preto” (1997). Estes agentes pertenciam à organização secreta MIB, criada pelo governo americano para investigar a presença de alienígenas na Terra. Segundo os imigrantes brasileiros, os agentes do *Homme Office* costumam se vestir de terno preto.

5 - Para a abertura de contas bancárias, em Londres, faz-se necessário o uso de documentos pessoais e do local de trabalho. Diante desta situação, muitos imigrantes ilegais buscam a falsificação de documentos ou, então, agências bancárias que facilitam a abertura de conta, fazendo pouco caso para os documentos exigidos.

Referências

- BOURDIEU, P. Um analista do inconsciente. In: SAYAD, A. *A Imigração* ou os paradoxos da alteridade. São Paulo: Edusp, 1991. p. 9-13, Introdução.
- EVANS, Y. et al. *Brazilians in London: A report for the Strangers into Citizens Campaign*. London: Department of Geography, Queen Mary, University of London. 2007. Disponível em: < <http://www.geog.qmul.ac.uk/globalcities/reports/docs/brasileiros.pdf> > . Acesso em: 24 de set. 2009.
- DAMATTA, R. *A Casa & Rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1997.
- DIAS, G. O processo de fixação do migrante brasileiro em Londres: a importância das práticas cotidianas na elaboração de sua identidade. In: *Ponto Urbe* revista do núcleo de antropologia urbana da USP. São Paulo, nº 4, 2009. Disponível em: < <http://www.pontourbe.net/04/dias-pu-04.html> > . Acesso em: 12 de out. 2009.
- MAGNANI, J. & TORRES, L. (orgs.) *Na metrópole: textos de antropologia urbana*. São Paulo: Edusp/Fapesp, 2008.
- SAYAD, A. *A Imigração* ou os paradoxos da alteridade. São Paulo: Edusp, 1991.

RESUMO

Este artigo tem como objetivo apresentar a importância da casa no processo migratório de brasileiros para Londres. Partindo da premissa de que a sociedade brasileira concebe o espaço privado da casa como um local que pode abrigar iguais e garantir a segurança de todos, em oposição ao espaço público da rua (DAMATTA, 1991), este texto busca investigar se estas

características da cultura brasileira se fazem presentes, também, entre os brasileiros que se encontram fora do território nacional. Para dar corpo a esta indagação, o artigo conta com os resultados colhidos num estudo etnográfico, acompanhado de entrevistas, que vem sendo desenvolvido junto a um grupo de aproximadamente dez jovens brasileiros , além de uma bibliografia previamente selecionada .

Palavras-chave: imigrantes brasileiros; casa; Londres.

ABSTRACT

Considering that Brazilian society interpret the private space of home as a place that can shelter and ensure the security of its inhabitants, in opposition to the concept of street as a public space (DAMATTA, 1991), my study examines whether this characteristic of Brazilian culture is also present among Brazilian people who live abroad. This article looks at the importance of home in the migratory process of Brazilians to London and bases its discussion on data collected through ethnographic fieldwork and interviews done with a group of 10 young undocumented Brazilian immigrants.

Keywords: Brazilian immigrants; home; London.

O papel da família e de organizações civis no ensino de português para crianças brasileiras

*Ana Beatriz Barboza de Souza**

A emigração brasileira se tornou significativa nos anos 1980 e tem se espalhado por todos os continentes. Este fenômeno é retratado por trabalhos acadêmicos nos Estados Unidos da América (*cf.* JOUËT-PASTRÉ e BRAGA, 2008), que hoje é considerado o país com o maior número de brasileiros.¹ O Japão é o segundo país com grande concentração de brasileiros, e a Inglaterra agora desponta como o país europeu com maior crescimento no fluxo de imigrantes brasileiros.

Corrêa Costa (2007, p.102) acredita que os Estados Unidos e os países europeus, devido a suas longas experiências com processos migratórios, estejam melhor preparados que o Japão para receber alunos estrangeiros em suas redes de ensino público. Porém, como demonstrado por Mota (2002) em seu estudo sobre as políticas de educação bilíngue nos Estados Unidos, a maneira como os estrangeiros são recebidos não é necessariamente positiva. A adoção de um bilinguismo transitório leva a situações de competitividade linguística em que o uso do português está em desvantagem, apesar dos esforços das famílias brasileiras em promoverem o uso desta língua entre seus filhos (MOTA, 2004). O sucesso dos Estados Unidos em incorporar os estrangeiros em seu sistema educacional, ao qual Corrêa Costa (2007) se refere, resulta da oferta de cursos de inglês (ESOL – English for Speakers of Other Languages) aos imigrantes

** Pós-doutoranda na Universidade de Londres (Goldsmiths), onde desenvolve um projeto sobre Língua, Identidade e Religião com imigrantes brasileiros; co-fundadora da ABRIR – Associação Brasileira de Iniciativas Educacionais no Reino Unido e integrante do Grupo de Estudos sobre Brasileiros no Reino Unido – GEB.*

recém-chegados. Esses cursos também são oferecidos pelo Governo Britânico, porém, na prática, não estão ao alcance de todos os imigrantes, como explicado abaixo.

O caso das crianças de famílias imigrantes é diferente. Ao invés de serem matriculadas em cursos de inglês que as preparem para acompanhar as atividades escolares, elas se juntam às crianças locais no sistema educacional regular, no qual recebem apoio educacional, como detalhado abaixo. Porém, essa política educacional visa à integração da criança na sociedade inglesa e tende a criar uma situação de bilinguismo subtrativo, em que a língua do país onde os imigrantes se estabelecem é considerada mais importante e pode levar ao desaparecimento de suas línguas maternas. Assim, pretendo neste texto discutir a resposta de pesquisadores a este sistema em geral e focar o desenvolvimento de diretrizes educacionais que tentam apoiar o bilinguismo aditivo de crianças de famílias imigrantes no Reino Unido, fazendo com que tanto a língua local (inglês) como a dos vários grupos minoritários sejam valorizadas. Adiciono a esta discussão um retrato da atuação de famílias brasileiras em Londres em prol do ensino de português para seus filhos e de organizações voluntárias brasileiras e concluo com sugestões de como esta atuação pode se desenvolver de uma maneira mais efetiva.

Adultos imigrantes no Sistema Educacional Inglês

O Sistema Educacional Inglês oferece cursos de ESOL (Inglês como Segunda Língua) para imigrantes através dos “Further Education Colleges”, também chamados de “Community Colleges”. Estas instituições oferecem cursos para alunos a partir dos 16 anos que estejam interessados em ingressar em universidades, assim como cursos técnicos e vocacionais. Os cursos de ESOL não só ensinam a falar a língua local, mas também cobrem os costumes e as leis locais e, assim, ajudam na adaptação dos imigrantes ao modo de vida no Reino Unido.

Até o ano acadêmico de 2006/2007, esses cursos eram totalmente subsidiados pelo Governo Britânico. Porém, a partir do ano seguinte, apenas os alunos desempregados ou em recebimento de benefícios específicos podem estudar gratuitamente, apesar de terem de pagar uma taxa administrativa para se matricular. O direito ao estudo gratuito se aplica a refugiados, asilados políticos, e portadores de passaporte de países que fazem parte da União Europeia com residência de pelo menos três anos em um desses países. Em outras palavras, muitos dos brasileiros não se encaixam neste perfil e se matriculam em cursos de EFL (Inglês como Língua Estrangeira), os quais não recebem nenhum subsídio governamental. Já no caso dos brasileiros em situação migratória irregular, a opção é frequentar cursos de inglês organizados por grupos voluntários latino-americanos. Além de não exigirem documentação para matrícula, estes cursos são muitas vezes gratuitos.

Crianças (de famílias de) imigrantes no Sistema Educacional Inglês

É importante também lembrar que os cursos de ESOL são voltados ao ensino de adultos, e portanto não apropriados para crianças, as quais devem ser matriculadas no sistema educacional inglês de acordo com suas idades. A educação em tempo integral é compulsória para todas as crianças entre os 5 e 16 anos de idade que residam no Reino Unido, independente do seu status imigratório. Apesar desta informação ser veiculada pelo próprio “Home Office” (que envolve o Departamento de Imigração britânico)², as escolas tendem a pedir o passaporte dos pais como comprovante de identidade para efetivação de matrícula. Este procedimento leva algumas famílias em situação imigratória irregular a recearem denúncias ao Departamento de Imigração e, conseqüentemente, mantêm seus filhos fora da escola, retardam a matrícula de seus filhos e/ou se envolvem em falsificação de documentos. De qualquer maneira, sendo compulsória, a educação para crianças entre 5 e 16 anos é oferecida gratuitamente pelo Estado, apesar de também existirem escolas particulares. Em ambos os casos, as crianças recém-chegadas são matriculadas em anos escolares que correspondam as suas faixas etárias.

Em caso de crianças recém-chegadas que não falam inglês, um apoio educacional lhes é oferecido através do serviço de professoras assistentes que os acompanham nas aulas. As assistentes podem prestar assistência a uma única criança ou a um pequeno grupo através da simplificação das instruções dos professores e do uso de gestos, entre outras maneiras. Algumas vezes essas assistentes são bilíngues e também ajudam as crianças através do uso de tradução/interpretação. Outras vezes, as crianças recebem tarefas diferenciadas das que já dominam o inglês, o que pode acontecer dentro da sala de aula ou em sala separada. É possível encontrar casos em que as crianças que possuem inglês como língua adicional tenham aulas de inglês e/ou matemática separadamente de suas turmas, e às vezes, junto com crianças consideradas portadoras de necessidades especiais. Porém, essa política educacional visa a integração da criança na sociedade inglesa e tende a criar uma situação de bilinguismo subtrativo. Em outras palavras, o uso da língua materna nas escolas inglesas tende a ser temporário e com o intuito de integrar as crianças à sociedade inglesa com uma visão assimilacionista, em que existe uma expectativa de que os grupos minoritários devam abrir mão de suas culturas a favor da cultura local (BAKER, 2007, p. 400). Apesar disso, a importância das línguas e culturas comunitárias é reconhecida não só por pesquisadores na Inglaterra, mas também em vários outros países e tem se refletido nas diretrizes educacionais inglesas.

Diretrizes educacionais na Inglaterra

Conteh et al. (2007, p. 2-9) apresentam uma visão geral de como as diretrizes educacionais na Inglaterra se desenvolveram em relação às mudanças

em sua população desde a Segunda Guerra Mundial. O primeiro relatório que reconheceu o impacto da chegada de pessoas das ex-colônias britânicas no sistema educacional foi escrito no início dos anos 1960, período em que se adotava uma perspectiva assimilacionista, na qual as crianças eram retiradas de suas salas de aula para terem aulas de inglês. Já a perspectiva educacional adotada nos anos 1970 era multiculturalista e defendia que as crianças de imigrantes deveriam ser ensinadas junto com as outras crianças ao longo das outras matérias. Durante os anos 1980, os estudos sobre as várias línguas sendo usadas pelos imigrantes continuaram e as diretrizes educacionais publicadas através do “Swann Report” (1985, in: CONTEH et al., 2007) refletiam a recomendação de que o ensino dessas línguas deveria ser feito pelas suas próprias comunidades.

Acredita-se que esta recomendação tenha levado à total separação das línguas comunitárias do ensino regular. Porém, esta recomendação resultou de consultoria com algumas organizações civis, receosas de que o financiamento e a intervenção governamental pudessem levar a limitações do trabalho oferecido pelas diversas iniciativas comunitárias com seus diversos objetivos e focos (BOURNE, 2007, p. 135-137).

Os anos 1990 testemunharam a implementação de um currículo nacional que re-introduziu uma perspectiva assimilacionista com foco em gramática do ponto de vista de um falante monolíngue de inglês e, com total desconsideração da situação das crianças que aprendiam inglês como língua adicional, os “EAL learners”. Esse currículo, porém, foi revisado para incluir as necessidades de crianças que não possuem inglês como primeira língua e atualmente oferece mensagens positivas em relação às conexões entre o aprendizado que se dá nas escolas regulares e nas escolas comunitárias (cf. DFES, 2006).

As novas diretrizes adotadas para o programa de escola primária (DFES, 2006) refletem o modelo de apoderamento de Cummins (1986, p. 21), o qual defende que as relações entre educadores e alunos “imigrantes” e entre as escolas e as comunidades minoritárias precisam ser mudadas para a promoção do sucesso escolar dessas crianças, e assim, entre outras coisas, encoraja a participação da comunidade minoritária na educação da criança.

A importância da participação dos pais e das organizações comunitárias no aprendizado das crianças também foi ressaltado por Faltis (1995), que nos chama a atenção para as vantagens dos pais, neste caso ingleses – em relação aos pais brasileiros – por falarem inglês, a língua oficial usada na escola, e pelo grau de envolvimento que mantêm com as escolas através da participação em atividades extracurriculares, do envolvimento em atividades organizadas pela associação de pais e mestres e da possibilidade de estudarem com seus filhos em casa, por exemplo.

Faltis (1995, p. 247) também ressalta a necessidade de pais imigrantes obterem informações sobre como acessar o sistema, como exercer influências na educação de seus filhos e entender quais os eventos relevantes para sua participação. Assim, Faltis enfatiza a importância da cooperação entre escola,

professores e pais e propõe um modelo de interação entre escola e família que se inicia com o professor obtendo informações sobre os pais e suas comunidades e termina com a contribuição ativa dos pais em decisões curriculares.

Este modelo tem sido aplicado em algumas escolas inglesas e Sneddon (1997) relata as mudanças que vêm ocorrendo no relacionamento escola-família na Inglaterra desde os anos 1960. Como exemplos, Sneddon (1997, p. 145) cita especificamente o envio regular de cartas aos pais, a existência de associações de pais e mestres assim como a organização de eventos sociais e reuniões em que os métodos de ensino são explicados, além de convidarem os pais para participarem como voluntários de eventos curriculares e extracurriculares.

Sneddon (1997, p. 152) também constata a existência de um grande número de organizações civis, “community organizations”, criadas pelos diferentes grupos de imigrantes e reconhece a sua importância pelo apoio oferecido a suas comunidades em relação a aspectos culturais, linguísticos, religiosos e migratórios.

Organizações civis

Atualmente, é possível encontrar várias organizações brasileiras (e latino-americanas) que atuam em áreas diversas em apoio aos imigrantes que vivem no Reino Unido. Esse apoio inclui associações que prestam assistência em relação a assuntos migratórios em geral, tais como ABRAS (Associação Brasileira no Reino Unido),³ assim como assuntos mais específicos, por exemplo, saúde sexual (Naz Vidas),⁴ portadores de deficiências (LADPP)⁵ e casos de violência doméstica (LAWRS).⁶ Além disso, existem associações com um foco cultural e educacional tais como a *Brazil in Wales*, no país de Gales; a Brasil Caledônia, na Escócia; e o Viva Brasil,⁷ na Inglaterra.

Com um foco especificamente educacional, mas que abrange todo o Reino Unido, a ABRIR (Associação Brasileira de Iniciativas Educacionais no Reino Unido)⁸ foi fundada em 2006 com o apoio do Consulado-Geral do Brasil em Londres através da figura do então Cônsul, Embaixador Flávio Perri. Desde então, esta associação tem apoiado a formação de novos grupos de pais brasileiros que visam a ensinar português para seus filhos, assim como tem apoiado outros grupos no desenvolvimento de seus projetos educacionais. A ABRIR oferece orientação sobre seleção, contratação, treinamento e qualificação para professores brasileiros; sobre o desenvolvimento de currículo para o ensino de Português como língua estrangeira e materna, assim como de currículo para o ensino de inglês para brasileiros; sobre material didático e paradidático; sobre a criação e desenvolvimento de redes de contato com outros grupos no Reino Unido e no exterior; e sobre a obtenção e o uso de recursos humanos e financeiros.

A ABRIR também tem sido representada nos fóruns de brasileiros no exterior, tais como o I Seminário das Comunidades Brasileiras no Exterior, em 2008, no Rio de Janeiro, e o III Encontro da Rede de Brasileiros e Brasileiras na Europa, sediado na Espanha em 2009, visando a chamar a atenção para as

dificuldades vivenciadas pelas famílias brasileiras no exterior em relação aos assuntos relacionados ao bilinguismo e à educação das crianças dessas famílias, assim como tentar encontrar soluções práticas que possam ser úteis tanto às famílias quanto às escolas.

Escolas de línguas comunitárias

Escolas de línguas comunitárias, as “community language schools” (também chamadas escolas suplementares ou complementares), são escolas criadas por grupos de imigrantes devido a suas necessidades de preservar suas heranças culturais e linguísticas no país para o qual migraram (SNEDDON, 1997, p. 153).

Li Wei (2006) refere-se a três fases no surgimento de escolas comunitárias no Reino Unido. As primeiras escolas comunitárias surgiram no final dos anos 1960 e foram direcionadas a crianças de famílias Afro-Caribenhas com ênfase em aspectos culturais específicos deste grupo. No final dos anos 1970 e início dos anos 1980 surgiram as escolas comunitárias direcionadas às famílias muçulmanas da Ásia e da África, cuja ênfase era em suas tradições religiosas. Na mesma época, um grande número de outras comunidades abriram escolas com foco em suas heranças linguísticas e culturais.

Como mencionado acima, foi nos anos 1980 que a imigração brasileira para o Reino Unido se intensificou e, desde então, famílias de diferentes níveis educacionais e econômicos têm se unido devido a importância que dão à Língua Portuguesa na construção de suas identidades como brasileiros, e assim, têm feito esforços para manter o uso de português entre seus filhos (SOUZA, 2008).

A primeira escola comunitária brasileira de que se tem registro foi formada em 1997. BrEACC (*Brazilian Educational and Cultural Centre*), o Centro Brasileiro de Educação e Cultura, foi fundado por um grupo de mães que queria que seus filhos aprendessem português e ao mesmo tempo se socializassem com outras crianças “brasileiras”.⁹ O número de grupos comunitários brasileiros com foco no ensino de português para crianças muda constantemente (SOUZA, 2010b). Além do BrEACC, quatro outras escolas já existiram: o BCA – *Brazilian Contemporary Arts*, O Visconde, Escola Brasileira de Bromley, e Escola Portuguesa Suplementar (“*Portuguese Supplementary School*”).

Essas escolas foram criadas em áreas diferentes de Londres e não funcionaram necessariamente durante o mesmo período. O dia e a duração das aulas, assim como o método de ensino, eram variados nas diversas escolas, porém todas fecharam por falta de recursos humanos e/ou financeiros. Entretanto, essas quatro escolas e os outros grupos de pais que atualmente funcionam informalmente (cf. rede de contatos da ABRIR) indicam que as famílias brasileiras gostariam que seus filhos aprendessem português. Este desejo pode estar vinculado ao fato de algumas famílias considerarem essencial a ligação entre língua e identidade, como ilustrado por mães participantes do meu estudo de doutorado (cf. SOUZA, 2010a) e exemplificado abaixo:

Mãe 1. Eu sou brasileira, eu não nasci aqui. Minha cultura é brasileira, então, português é importante para que meus filhos entendam tudo isto.

Mãe 2. Português é minha língua, e meus filhos são metade brasileiros. Então, eu acho horrível quando alguém diz ‘Minha mãe é brasileira’, mas eles não conseguem falar uma palavra em português.

Mãe 3. Você não é brasileiro se não fala português... Não faz sentido a mãe falar português e os filhos não...

A ligação dessas mães com o Brasil resulta de suas necessidades emocionais de estar em contato com suas “raízes” linguísticas e culturais (SOUZA, 2008). Porém, a Escola Portuguesa Suplementar era aberta a todos os falantes de língua portuguesa. Independente de focar em nacionalidades específicas ou não, acredita-se que frequentar aulas em escolas comunitárias pode melhorar o desenvolvimento escolar das crianças, como o caso comprovado dos alunos de origem afro-caribenha estudados por Tikly et al. (DFES, 2002, In: CONTEH et al., 2007, p. 11). No caso do grupo de crianças brasileiras que estudei (SOUZA, 2010b), a escola comunitária é o principal local onde as crianças interagem entre si em português, tendo assim uma importante função na preservação da Língua Portuguesa entre as crianças de famílias brasileiras crescendo em Londres.

Outras organizações comunitárias com um importante papel na preservação de línguas são os grupos religiosos (FREESTON, 2008, p. 258), pois tanto as igrejas católicas e evangélicas, assim como grupos kardecistas utilizam o idioma português antes, durante e depois das cerimônias religiosas (SOUZA, 2009). O impacto dos grupos religiosos – mais especificamente das aulas de catequese, de ensino religioso e de evangelização – no uso do português e na construção de uma identidade brasileira pelas crianças de famílias brasileiras vem crescendo em Londres. O impacto desses grupos ainda está por ser analisado, no entanto, o papel desses grupos comunitários na promoção dos interesses dos grupos de língua minoritária e na preservação de suas línguas não pode ser ignorado (FISHMAN, apud SNEDDON, 1997, p. 153).

Conclusão

A absorção de crianças de famílias de imigrantes no sistema educacional inglês não é necessariamente vantajosa para o desenvolvimento de suas identidades e muito menos para o desenvolvimento de suas habilidades linguísticas. Apesar das mudanças nas diretrizes educacionais discutidas acima, “na melhor das hipóteses, as escolas regulares negligenciam, e na pior das hipóteses, elas negam [a essas crianças o direito à] diversidade linguística e cultural” (HALL et al., apud CONTEH et al., 2007, p. 10).

Consequentemente, é possível testemunhar um movimento das famílias brasileiras na Inglaterra em favor da preservação do uso de Português, o qual pode ser apoiado por organizações comunitárias. Estas organizações podem ter um papel importante em fazer com que as escolas regulares entendam os vários grupos de imigrantes aos quais seus alunos pertencem, reconheçam a importância da manutenção de suas línguas para os diversos grupos e possam desenvolver uma parceria adequada com elas (SNEDDON, 1997, p. 154).

Desta maneira, o trabalho feito pela ABRIR em relação ao apoio dado às famílias brasileiras para que entendam o sistema educacional inglês e para que tomem conhecimento dos recursos disponíveis para que assegurem uma posição como 'agentes' (CUMMINS, 1996, p. 4) na educação de seus filhos precisa ser revisto. É preciso estabelecer uma rede de parceria pais-escola-comunidade, como sugerido por Faltis (1995) e discutido neste artigo.

Além de apoiar as famílias brasileiras, a ABRIR precisa desenvolver um trabalho que envolva as escolas britânicas não apenas em relação a identificar e quantificar o número de crianças de famílias brasileiras no sistema educacional inglês, mas também em relação a entender suas necessidades culturais e linguísticas. Esta parceria pais-escola-comunidade também precisa envolver as autoridades brasileiras que se encontram no Brasil, no Reino Unido e em outros países onde há presença de imigrantes brasileiros.

É de suma importância considerar as diferentes formas de apoio prestadas pelo governo brasileiro à educação de crianças, jovens e adultos brasileiros nos diversos países. É necessário criar um meio de comunicação através do qual o intercâmbio de experiência e conhecimento adquiridos pelas organizações comunitárias e pelas representações brasileiras nos diversos países seja possível. Mais importante ainda é criar um mecanismo que garanta apoios concretos por parte das autoridades brasileiras em relação ao ensino da Língua Portuguesa para os filhos de brasileiros no exterior. Assim, a Língua Portuguesa poderá ser vista como um recurso que pode levar a benefícios culturais e econômicos, em vista da manutenção da diversidade linguística e cultural (BAKER, 2007, p. 419).

Notas

1 - IBGE www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/atlas/pag021.pdf. Acesso em: 17 de agosto de 2009.

2 - www.ukba.homeoffice.gov.uk/newcomerstotheuk/education. Acesso em: 18 de agosto de 2009.

3 - www.abras.org.uk

4 - www.naz.org.uk/vidas/vidasintro.html

5 - <http://ladpp.org.uk/index.php?lang=pt>

6 - www.lawrs.org.uk/index_por.htm

7 - www.vivabrasil.org.uk/index.php

8 - www.abrir.org.uk

9 - É importante notar que essas crianças tendem a se descrever como inglesas por terem nascido na Inglaterra, apesar de reconhecerem as outras línguas que falam e as experiências culturais a que são expostas por seus pais (SOUZA, 2007).

Referências

- BAKER, C. *Foundations of Bilingual Education and Bilingualism*. Clevedon: Multilingual Matters, 2007.
- BOURNE, J. Reflections and Suggestions for Ways Forward. In: CONTEH, Jean et al. (orgs.) *Multilingual Learning: stories from schools and communities in Britain*. Stoke-on-Trent: Trentham Books, 2007, p. 135-144.
- CONTEH, J. et al. Multilingual Learning Stories from Schools and Communities in Britain: Issues and Debates. In: CONTEH, J. et al. (orgs.) *Multilingual Learning: stories from schools and communities in Britain*. Stoke-on-Trent: Trentham Books, 2007, p.1-22.
- CORRÊA COSTA, J. *De Decassegui a Emigrante*. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2007.
- CUMMINS, J. Empowering Minority Students: A framework for intervention. In: *Harvard Educational Review*, n.56(1), 1986, p. 18-36.
- CUMMINS, J. *Negotiating Identities: Education for Empowerment in a Diverse Society*. Ontario: California Association for Bilingual Education, 1996.
- DFES. *Excellence and enjoyment: learning and teaching for bilingual children in the primary years*. Londres: Department for Education and Skills, 2006.
- FALTIS, C. Building Bridges between Parents and the School. In: BAKER, C. (org.) *Bilingualism and Bilingual Education – Extending the Foundation*. Clevedon: Multilingual Matters, 1995, p. 245-257.
- FRESTON, P. The Religious Field among Brazilians in the United States. In: JOUËT-PASTRÉ, C. e BRAGA, L. J. (orgs.) *Becoming Brazuca, Brazilian Immigration to the United States*. Cambridge: Harvard University Press, 2008, p. 255-268.
- JOUËT-PASTRÉ, C. e BRAGA, L. (orgs.) *Becoming Brazuca, Brazilian Immigration to the United States*. Cambridge: Harvard University Press, 2008.
- LI, W. Complementary Schools, Past, Present and Future. In: *Language and Education*, n. 20(1), 2006, p. 76-83.
- MOTA, K. *Políticas de Educação Bilingue na Escola e na Família: Cenários de Competitividade Linguística*. Trabalho apresentado no 25º Encontro da ANPED, Caxambu, 2002.
- MOTA, K. Aulas de Português fora da escola: famílias imigrantes brasileiras, esforços de preservação da língua materna. In: *Cadernos CEDES*. Campinas: Unicamp, n. 24(63), 2004, p. 149-163.
- SNEDDON, R. Working towards partnership: parents, teachers and community organisations. In: BASTIANI, J. (org.) *Home-School Work in Multicultural Settings*. Londres: David Fulton, 1997, p. 145-155.
- SOUZA, A. *Brazilians in London: the role of religious meetings in the language and identity development of their offspring*. Paper apresentado na Conferência de ACIS (Association of Contemporary Iberian Studies). Irlanda, Dublin City University. 9 de set. de 2009.
- SOUZA, A. How Linguistic and Cultural Identities are affected by Migration. In: *Language Issues*. Londres: NATECLA, 19(1), 2008, p. 36-42.
- SOUZA, A. Language and Identity in a Community Language School. In: *Community Languages Bulletin*, n. 20. Londres: CILT, 2007.

SOUZA, A. Migrant Languages in a Multi-Ethnic Scenario: Brazilian Portuguese in London. In: *Portuguese Studies*, 26(1), 2010a, p. 79-93.

SOUZA, A. Language choices: portraits of children's identity negotiations in a Community Language School. In: LYTRA, V. e MARTIN, P. (eds.) *Multilingual Spaces: Complementary Schools in Contemporary Britain*. Londres: Trentham, 2010b, p. 97-107.

RESUMO

A emigração brasileira se tornou significativa nos anos 1980 e, na Europa, o Reino Unido desponta como um dos países com maior crescimento no número de imigrantes brasileiros. Como consequência, há um grande número de crianças brasileiras no sistema educacional inglês, além das crianças de várias outras origens. Independentemente do nível de inglês que possuem, essas crianças são matriculadas no sistema educacional regular. Neste texto, discuto as diretrizes educacionais inglesas em resposta à grande população de crianças imigrantes em suas escolas. Adiciono a esta discussão um retrato da atuação de famílias brasileiras em Londres em prol do ensino de português para seus filhos e de organizações voluntárias brasileiras. Concluo com sugestões a respeito de como a atuação destas organizações pode se desenvolver de uma maneira mais efetiva e clamo por um maior envolvimento das autoridades brasileiras na questão da educação de crianças, jovens e adultos brasileiros que vivem no exterior.

Palavras-chave: imigrantes brasileiros; educação; Reino Unido.

ABSTRACT

Brazilian emigration became more evident in the 80s and United Kingdom is, in Europe, one of the countries with greater increase on numbers of Brazilian migrants. As a consequence, there is a large number of Brazilian children in the British educational system, in addition to the children from many other backgrounds. Independent of their competence levels in English, these children are enrolled in mainstream schools. In this paper, I discuss the British educational policies in relation to children of immigrant families. I also present a profile of the actions taken by Brazilian families in London in favour of the teaching of Portuguese to their children as well as a profile of some of the Brazilian community organizations which are active in the UK. I conclude with suggestions on how these organizations could work more effectively and urge for more involvement from Brazilian government in relation to the education of Brazilian children and adults who live abroad.

Keywords: Brazilian immigrants; education; United Kingdom.

Ver-se nos olhos do outro Gênero, raça e identidade brasileira no estrangeiro

*Claudia Barcellos Rezende**

A condição de estrangeiro realça alguns aspectos da vivência subjetiva da identidade nacional.¹ Em seus ensaios clássicos, Simmel (1971) e Schutz (1971) destacam a ambiguidade da posição social do estranho – ao mesmo tempo fora e dentro do novo grupo social. Como resultado disto, a relação dele com as pessoas deste novo meio é marcada pelo recurso a padrões de avaliação e de conhecimento distintos dos locais, conferindo ao estranho certa qualidade de liberdade de questioná-los. Assim, tanto o estranho quanto as pessoas locais tendem a ser vistas, inicialmente, de forma tipificada, sem consideração de suas individualidades. Neste sentido, a experiência de ser um estrangeiro em outro país põe em relevo a dimensão contrastiva da identidade nacional.

Enquanto elaboração de uma autoimagem coletiva, a identidade nacional com frequência está articulada a elementos de gênero e raça. Uma vez que, embora coletiva, a identidade recaia sobre e é vivida por cada pessoa, a figura do sujeito nacional ganha características físicas particulares que o distinguem de pessoas de outros países. Cada sociedade, como já afirmou Mauss (1974), possui seu conjunto de técnicas corporais que moldam o corpo nas suas várias idades e no desempenho de atividades cotidianas. Além disso, a construção da identidade nacional envolve uma apropriação simbólica do corpo através da eleição de marcos como o “pertencimento” a uma mesma raça (ou então à mistura racial, como quer a narrativa nacional brasileira) ou a escolha de um determinado gênero como representativo do sujeito nacional. É deste modo que

* Professora adjunta do Depto. de Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

afirmamos que uma identidade nacional é atravessada ao mesmo tempo pelo gênero e pela raça.

Na América Latina, os movimentos eugênicos de inspiração europeia demonstraram a importância do gênero e da raça na construção de várias nações. Em seu estudo, Stepan (1991) examina o papel da eugenia na constituição de alguns Estados-Nações latino-americanos como Brasil, Argentina e México na virada do século XX, ao selecionar e “melhorar” a constituição genética de seus povos. Neste caso, o privilégio de certos tipos raciais e o foco na saúde reprodutiva das mulheres eram fatores fundamentais para a busca da “homogeneidade” que seria necessária a uma nação moderna.

Além da seleção e definição de quem constitui um sujeito nacional, as dimensões de gênero e raça tornam-se também elementos simbólicos da elaboração da identidade nacional. Hall (1998) menciona, por exemplo, como os significados da “inglêsidade” estão associados à masculinidade. Por sua vez, Kondo (1997) argumenta que a noção de Ásia aos olhos do Ocidente contém mais do que seus contornos geográficos, apresentando as características de racialização e feminização comum em relações de submissão.

No Brasil, existiu durante o império a representação do país como índio – figura étnica masculina (CARVALHO, 1999). Mais recentemente, a identidade nacional vem sendo frequentemente simbolizada pela figura da mulata – novamente combinando gênero e raça, porém de uma maneira distinta do período anterior. Neste caso a posição da mulata desafia as relações de poder tradicionais – inferior por sua origem social, mas poderosa por sua sexualidade (CORRÊA, 1996). Seria justamente esta representação enquanto sedutora, porém submissa, que tornaria a mulher “de cor” eleita aos olhos dos estrangeiros brancos que visitam o país interessados no turismo sexual (PISCITELLI, 1996).

Com estes exemplos, ilustro não apenas a articulação estreita entre identidade nacional, gênero e raça, mas também como esta elaboração se dá sempre em diálogo com vozes e olhares externos. Se as autoimagens se definem por contraste aos outros, é parte significativa deste processo a negociação com as imagens construídas por estes outros, principalmente em contextos pós-coloniais (ver BHABHA, 1990; CHATTERJEE, 1993; GANDHI, 1998). Isto é, as ex-colônias trazem em suas identidades nacionais a marca da ambivalência, ao desejarem um reconhecimento como igual – o que lhes é negado via de regra – e ao mesmo tempo uma afirmação de sua singularidade.

Neste artigo, examino como a articulação entre identidade nacional, gênero e raça aparece no discurso de um grupo de brasileiros que fez seu doutorado no exterior. A partir da condição de ser estrangeiro em outro país, analiso como a identidade brasileira foi percebida por estas pessoas através das marcas do gênero e da raça, o que era vivenciado de modo ambíguo e conflituoso. Em particular, discuto os sentidos da ideia de ter ou não uma “aparência brasileira” para entender porque a maioria dos entrevistados afirmou não ter “aparência” ou “cara” de brasileiro, explicação dada para que não tenham sentido um tratamento

discriminatório. Qual a implicação desta negativa para uma construção subjetiva de identidade brasileira?

Parto da preocupação de Verdery sobre como se desenvolve “o sentimento do ‘eu’ como nacional” (2000, p. 242). Tomando como pressuposto que subjetividades são culturalmente construídas, Verdery argumenta que tão importante quanto o processo de elaboração de imagens sobre a nação é o modo como os indivíduos criam sentimentos de pertencimento e identificação com a nação. Portanto, analiso a percepção que as pessoas estudadas têm da identidade brasileira – o que significa ser brasileiro para eles e que sentimentos esta identidade gera para eles.

Os dados apresentados têm como base entrevistas com pessoas que fizeram seu doutorado (integralmente ou em parte, com bolsas sanduíches) na área das humanidades no exterior. Estas pessoas – seis homens e seis mulheres – com idades entre 40 e 50 anos realizaram seus estudos com financiamento do governo brasileiro através de bolsas do CNPq ou da Capes. Estudaram em instituições nos Estados Unidos, Inglaterra, França e Bélgica entre os anos de 1985 e 1995.

As entrevistas são, então, relatos retrospectivos, baseados, portanto, na memória. É importante ressaltar a ação seletiva da memória que reelabora o passado com termos que são significativos para o presente (HALBWACHS, 1990). Neste sentido, as experiências de estudar fora foram repensadas no contexto de uma entrevista para uma colega acadêmica que também fez seu doutorado no exterior. Assim, não apenas eu era questionada sobre a minha experiência de viver e estudar na Inglaterra, como também surgiam suposições de que eu teria experimentado sensações semelhantes às deles. Além disso, como conhecia bem alguns dos entrevistados, o relato das dificuldades vividas variava de acordo com minha relação com estas pessoas: os mais próximos elaboraram bastante os sentimentos de sofrimento enquanto que os outros falavam pouco das experiências difíceis.

A experiência de ser brasileiro no exterior

A elaboração de uma identidade brasileira em contexto estrangeiro já vem sendo analisada por vários autores como Margolis (1998), Sales (1999), Ribeiro (1999), preocupados com o recente fenômeno da imigração brasileira nas últimas décadas. Todos apontam para a dimensão contrastiva deste processo, para o diálogo com imagens presentes na sociedade local. Por exemplo, Margolis (1998) mostra a recusa dos brasileiros em Nova Iorque de se enquadrarem no rótulo “hispanico”, que em muitos contextos americanos é utilizada como sinônimo de “latino”, categoria esta também desconfortável para o grupo estudado. Sales (1999) fala da construção por brasileiros em Boston da imagem de povo trabalhador, como forma de se contrapor a visões locais dos brasileiros como preguiçosos. Nestes casos, a construção de uma identidade brasileira era constantemente reafirmada por meio de laços comunitários e

diversas celebrações. Distingue-se, por sua vez, da ambiguidade em torno desta identidade demonstrada pelos brasileiros que estudei.

Para muitos entrevistados, a estadia no exterior para realizar o doutorado foi a primeira experiência de ser estrangeiro. A escolha pelo estudo no exterior não foi motivada apenas por razões profissionais, mas também pelo desejo de viver em outra sociedade, nas europeias principalmente. Alguns países, como a França, exerciam um fascínio especial para algumas pessoas, muito antes delas pensarem em fazer seus doutorados. A valorização de outras culturas e do conhecimento do outro, em particular dos países do “Primeiro Mundo”, era assim um traço desse grupo, espelhado também na própria escolha do campo profissional e compartilhado com outras pessoas das camadas médias (REZENDE, 2006).

Se a condição de estrangeiro permitia um olhar crítico e comparativo em relação tanto à sociedade local quanto à brasileira, era também explicação para dificuldades de comunicação mais amplas, em função de uma falta de domínio não apenas da língua nativa quanto de códigos de comportamento mais gerais. Em alguns casos, inclusive, como para os que estudaram na França, ser estrangeiro dificultava desde o processo de alugar um apartamento quanto a relação com os vizinhos, que revelavam atitudes consideradas xenófobas. Para a maioria, estes problemas de adaptação e/ou relacionamento com as pessoas locais deviam-se ao fato mais geral de serem estrangeiros, e não de serem brasileiros especificamente.

No entanto, todos os entrevistados achavam que sua identidade brasileira havia sido realçada para eles durante suas estadias fora do país. Reconhecer-se brasileiro implicava na valorização de alguns símbolos nacionais como o café, o futebol e o carnaval ou então de uma “afetividade” particular. Esta (re)construção da identidade brasileira trazia um forte caráter contrastivo. Por exemplo, a experiência de ser estudante em uma universidade estrangeira foi discutida por todos do mesmo modo: comparando-a com suas referências no Brasil. A relação entre aluno e professor e entre colegas, a estrutura e organização do curso e da própria instituição eram analisadas contrastivamente, ora destacando-se qualidades locais, ora seus problemas.

A identidade brasileira foi também reelaborada em função do contraste entre as autoimagens que estas pessoas tinham e as visões locais sobre os brasileiros em geral. Nas palavras de Marcos, que estudou em Londres, os brasileiros eram vistos como “nem civilizado, nem barbárie”, sendo assim “neutro” para os europeus. Existia “preconceito”, mas também “simpatia” no caso dos brasileiros brancos, ressaltou Marcos. As ideias ambivalentes sobre os brasileiros que Marcos relatou foram apontadas, de formas variadas, por todos os entrevistados e causavam, em geral, incômodo e irritação.

Enquanto estudantes de doutorado, todos tiveram que lidar com imagens negativas sobre os brasileiros, que não condiziam com suas características pessoais. Por exemplo, entre os que estudaram na Europa, muitos falaram da visão de professores e funcionários de suas universidades sobre a falta de

pontualidade e de disciplina com prazos que os brasileiros teriam e a surpresa que causavam ao se portarem de maneira inversa. Alguns daqueles que foram para os Estados Unidos e para a Inglaterra encontraram professores que esperavam uma formação teórica fraca dos estudantes brasileiros. Como a maioria dos entrevistados já era pesquisador ou professor no Brasil antes do doutorado, estas imagens locais tendiam a rebaixá-los a meros estudantes sem experiência profissional, motivo de fortes queixas.

Além disso, em termos mais amplos, tanto nos Estados Unidos quanto na Europa, muitos se depararam com críticas duras ao desmatamento da floresta Amazônica e à relação dos brasileiros com a pobreza e o “atraso”, responsabilizando-os em muito pela situação do país. Nestas situações, incomodava a eles uma visão “unilateral” dos problemas brasileiros, que não levava em conta a participação dos interesses internacionais – imperialistas, para alguns – no jogo de forças políticas e econômicas que afetam o Brasil.

Por outro lado, havia também imagens positivas dos brasileiros, principalmente entre os europeus. Assim, segundo aqueles que estudaram na Inglaterra, os acadêmicos ingleses tendiam a ver nos estudantes brasileiros uma orientação política de esquerda, o que seria valorizado por eles. Entre os franceses, por sua vez, existiria uma visão do Brasil como país do sonho – das praias, da música, das mulheres, da simpatia – que provocaria neles um desejo de conhecer o país.

Muitas vezes estas ideias locais sobre os brasileiros colocavam problemas práticos para os entrevistados. A expectativa de que estudantes brasileiros teriam deficiências na formação teórica foi usada como restrição para que Renato não pudesse se matricular em uma disciplina de seu doutorado nos EUA. Foi preciso explicar ao professor que seu mestrado havia sido na área temática da disciplina para que ele pudesse cursá-la. Dora, por sua vez, deixou de dividir seu apartamento com uma colega tunisiana, pois esta achava que o caráter “festivo” dos brasileiros se chocava com sua religião muçulmana. Para Dora, que sempre se viu como tímida e só descobriu que podia sambar quando estava fora, a recusa de sua colega era engraçada e ao mesmo tempo surpreendente.

De toda maneira, frente a estas imagens ficava nítido o fato de serem diferentes. Neste confronto, as pessoas problematizavam sua percepção anterior ao doutorado de que eram cosmopolitas, partilhando uma série de comportamentos, ideias e valores vistos amplamente como ocidentais, e não específicos de uma ou outra cultura. Em suas estadias fora, colocava-se para eles uma série de visões do Brasil como país que não seria ocidental propriamente dito, “nem civilizado, nem barbárie”. Se antes de viajarem eles se sentiam mais semelhantes aos europeus e americanos, no exterior a diferença era recolocada por ambas as partes. Não era à toa que muitos disseram ter “virado” brasileiro quando estavam fora, condição também reiterada pela sociedade local. No caso das imagens de gênero e raça, este descompasso entre imagem local e autoimagem ficava ainda mais agudo.

Corpo e aparência de brasileiro

Silvia - Me aconteceu no início de ir a algumas festas e as pessoas diziam: “Vamos dançar a lambadá” e aí eu já dizia que não sabia dançar “lambadá”, porque eu sabia que neguinho queria te arrochar, te apertar... Chegou um momento que... as pessoas perguntavam de onde eu era. Aí eu começava a dizer que eu era paraguaia, uruguaia.

Marcelo - nem isso eu tive problema, porque eu tenho um tipo físico que eu passo por espanhol ou português em qualquer lugar. Minha família é toda lusitana, então eu não tive esse tipo de dificuldade (ser perseguido por pertencer a uma determinada etnia ou raça). A minha mulher sempre sentiu assim... ela é uma morena bonita... ela sim era vista como alguém que não era europeu, porque ela tem um tipo físico para índio.... Minha mulher é uma típica latino-americana no geral. E ela comentava comigo que a abordagem masculina em relação a ela era marcada por um a priori em relação à mulher brasileira, assim como se tivesse um furor (risos).

Nas entrevistas, quando eu perguntava se alguma vez eles haviam sido tratados de forma distinta por serem brasileiros, a maioria entendia que eu indagava se teriam tido problemas ou mesmo sofrido discriminação das pessoas locais. Suas respostas geralmente faziam referência ao gênero e/ou à raça. Com isto, ficava claro que não se era brasileiro genericamente, mas sim com um corpo particular – um gênero e uma raça específicos.

Para as mulheres, esta era uma marca especialmente forte. As imagens encontradas nos Estados Unidos e na Europa eram semelhantes – a sensualidade acentuada era o traço forte dessa representação do gênero feminino. Mas foram as entrevistadas que estudaram na Inglaterra e na França que mais a discutiram pelo modo estereotipado com o qual era construída. Seja na ideia de que toda brasileira dança lambada ou dança em qualquer situação, na visão de que ela dá liberdade para ser “arrochada” ou ainda de que tem um “furor”, as imagens incomodavam, ainda que nem todas fizessem como Silvia ao fingir não ser brasileira. Nas palavras de Andréa, que estudou em Londres, era como se esperassem que as brasileiras fossem “sair dançando lambada de uma hora para outra” bem como dançar em qualquer situação, como nos contextos formais de uma festa na universidade.

Entre os homens, a dimensão de gênero da identidade nacional parecia ser menos pronunciada, como no exemplo de Marcelo que fala de sua esposa, mas não de si próprio. De forma semelhante às mulheres, os homens brasileiros seriam mais “quentes”, traço fundamental do tipo “latin lover”. O outro lado da moeda desta imagem era a noção de que os homens brasileiros seriam machistas, este sim um aspecto rechaçado pelos entrevistados. Apenas dois entrevistados

– um que estudou nos Estados Unidos e outro na Inglaterra, lugares em que as ideias feministas eram muito difundidas no meio universitário – discutiram suas reações diante das imagens encontradas.

De um modo geral, a reação às imagens de gênero encontradas no exterior oscilava entre a irritação e o riso. A irritação vinha do fato de que estas mulheres e homens não se identificavam com estes estereótipos, pelo menos não completamente. O riso colocava uma distância entre o contato com estas representações e seus efeitos subjetivos: ao ser relatado como algo engraçado com o qual tiveram que lidar, estas pessoas pareciam dizer que não lhes tocava seriamente. Embora tenha prevalecido uma atitude de diminuir a importância destas imagens, a maioria ajustou, ainda assim, seu comportamento para evitar ser associado a uma visão tida como estereotipada e ambígua sobre os brasileiros. Se as marcas do gênero apareciam no tratamento que recebiam como brasileiros, eles não se percebiam como tendo uma cor ou “aparência” brasileira. A maioria apontou, em algum momento da entrevista, que, por não ter “aparência” de brasileiro, não foram tratados de forma “diferente”, isto é, não foram discriminados a partir dos traços físicos. Marcelo, por exemplo, afirmou que tinha “aparência” de lusitano e, portanto, europeu, cabendo a sua mulher o tipo “latino” – pele morena, traços indígenas. Como ele, a maioria presumia que tinha “aparência” de outros estrangeiros de “tipo europeu”, mas não de brasileiro. Aliás, em duas vezes nas quais se reconheceu ter um aspecto fisionômico não explicitamente europeu, falava-se em um “tipo latino” – expressão vaga que podia tanto referir-se ao “latino-americano” quanto ao “europeu latino” – mas nunca brasileiro. A exceção foi Andréa, que não achava que passasse por europeia, mas não era tão diferente como os asiáticos, em suma, não achava que fosse vista como “não ocidental”.

A “aparência brasileira” era vista, por excelência, como mestiça de negro e branco – imagem emblemática de identidade brasileira calcada na miscigenação racial, encontrada nos países em questão e sustentada pelas pessoas entrevistadas. Por outro lado, aqueles que não se viam como tendo um “tipo brasileiro” explicavam sua aparência recorrendo a traços como cor “branca” da pele, dos olhos claros, cabelos lisos, como distintivos, reforçando por contraste a imagem típica do brasileiro como mestiço. De um modo ou de outro, como na questão do gênero, todos se distanciavam desta figura tipificada.

É importante destacar que a categoria “aparência” aqui indica basicamente aspectos fenotípicos associados à noção de raça, e que o reconhecimento destes traços bem como sua associação a uma ou outra raça varia culturalmente, como já mostrou Oracy Nogueira (1985) em seu clássico estudo comparativo entre Brasil e Estados Unidos.² Assim, é interessante notar que em nenhum momento nas entrevistas, discutiu-se a probabilidade de ser visto racialmente distinto de sua autoimagem, colocando em foco as diferentes percepções do que seja uma pessoa “branca” ou mesmo a ideia de que existem várias brancuras, valorizadas desigualmente. Isto é, ninguém falou na possibilidade de ser visto com um branco

diferente dos brancos locais. Se em relação ao gênero os entrevistados discutiram as visões com as quais se depararam, em termos das imagens raciais, não se comentou ter havido situações de confronto de autoimagem. Na maioria dos relatos, eles simplesmente assumiam que não tinham “aparência” de brasileiro e que não eram identificados assim na sociedade local.

É significativo apontar também que as referências à categoria “aparência” de fato se restringiam a características raciais, deixando de lado outros aspectos corporais. Ninguém falou da possibilidade de ter sido identificado como brasileiro por formas de andar, falar e gesticular particulares ou mesmo pelas maneiras de se vestir. Embora Silvia tentasse negar ser brasileira, dizendo ser uruguaia, em outro momento do seu relato, contou que sua maneira expansiva de ser, tocando as pessoas no braço quando falava, assustava os franceses e foi alvo de contenção sua. Marcos comentou que aprendeu a reconhecer outros brasileiros pelo modo de andar, “meio largado”, e pela postura corporal, mas não disse se ele também era reconhecido assim.

Portanto, se os entrevistados falavam, muitas vezes de forma espontânea, de como no exterior as imagens de gênero associadas aos brasileiros os afetava, a maioria declinava ter marcas físicas que os colocariam inescapavelmente na condição de estrangeiros de terceiro mundo. Se por códigos brasileiros estas pessoas faziam parte das camadas médias *brancas*, isto não era dado aos olhos europeus ou americanos, que apresentam percepções variadas de branco (DOMINGUEZ, 1986). Mas negar tal imagem significava negar a possibilidade de ser reconhecido prontamente como brasileiro – por características físicas visíveis, sem precisar falar ou identificar-se como tal. Ou seja, para eles, se a condição estrangeira era inescapável, seria possível ao menos tentar aparentar ser um estrangeiro de tipo europeu, menos marcado por sua origem de terceiro mundo, e assim, menos diferente do que se pensa.

A diferença incômoda

Como mostrei no início, todos os entrevistados afirmaram ter se sentido mais brasileiros durante e a partir de sua estadia fora, tendo na maioria das vezes demonstrado satisfação e valorização desta identidade. Por outro lado, apresentei como o tratamento dado ao estrangeiro e ao brasileiro em particular, principalmente diante das imagens de gênero e raça, produzia, nas pessoas entrevistadas, uma situação constante de discrepância de status – entre as qualidades que se atribui a si próprio e as que são atribuídas pelos outros. Nas palavras de Marcos, “você é muito diferente a princípio. E eles te veem como sendo mais diferente do que você é”. A situação de contraste – fundamental para a afirmação de qualquer identidade – realçava a diferença, que, entretanto, parecia ser vista pelo outro como sendo maior do que se imaginava. Ou seja, é neste contexto que as pessoas se defrontavam com as imagens feitas pelos outros, obrigando-as a dialogarem de algum modo com as visões locais e a

repensarem suas percepções de si mesmas. Destaco alguns pontos para entender esta experiência da diferença.

Em primeiro lugar, a condição de estudante estrangeiro em um país estranho não colocava apenas em foco o domínio da língua e dos códigos locais, aprendizado particularmente difícil nos primeiros tempos. Estava em xeque também a suspensão e até inversão das características sociais de origem. Muitos dos entrevistados já eram professores e pesquisadores no Rio de Janeiro, alguns até com cargos estáveis em instituições públicas. Assim, suas trajetórias intelectuais pareciam diminuídas e às vezes até desprezadas na relação com alguns professores do doutorado ou por certas exigências feitas aos estrangeiros de um modo geral, revelando um caso típico de discrepância de status social. Para alguns, as restrições resultantes do valor da bolsa de estudos davam um gosto de “pobreza”, como disse Dora, para pessoas das camadas médias brasileiras, acostumadas a um padrão mais confortável de consumo. Se em outras fases da vida como na adolescência a suspensão dos traços sociais de origem pode ser vivida como libertadora (REZENDE, 2006), esta experiência era perturbadora para as pessoas entrevistadas.

Uma segunda questão estava na problematização de suas autoimagens pelas imagens de gênero associadas aos brasileiros. Não era apenas incômodo para estas pessoas verem-se englobadas por estereótipos que igualavam a todos em termos de um pequeno conjunto de características. Novamente encontramos a inversão de aspectos que os definiam antes de viajar para o exterior. Assim, ser visto como machista era uma dificuldade para os entrevistados, socializados em camadas médias urbanas, em uma época na qual prevalecia a adoção de valores mais igualitários entre os gêneros (ver VELHO, 1986, SALEM, 2007). Para as mulheres, a imagem de uma sensualidade do corpo exacerbada contrastava e até mesmo se opunha à autoimagem que elaboravam enquanto estudantes de doutorado que estavam investindo em sua formação intelectual.

Se vários aspectos sociais eram alterados ou repensados pela condição de estudante estrangeiro brasileiro, suas características raciais pareciam não ser questionadas. Mais ainda, ninguém afirmou ter “aparência” de brasileiro e, portanto, não se sentiram discriminados por isso, como outros brasileiros mais “típicos” e estrangeiros. Pareciam com isso recusar uma identidade brasileira marcada por imagens locais muitas vezes negativas ou ambíguas, como as de gênero e raça. Recusavam também o lugar de discriminado – aquele cujas características distintas são vistas como negativas ou inferiores ao padrão dominante. Para brasileiros que no Brasil tinham status considerável por serem das camadas médias, intelectuais, vistos como “brancos”, era difícil suspender esta autoimagem e se reconhecerem como possíveis alvo de discriminação no exterior.

O que percebemos então é que a experiência de ser um estrangeiro brasileiro retirava deles, em vários momentos, características e signos que os distinguiam no Brasil como parte das camadas médias intelectualizadas. Para

estes brasileiros, o destaque local dado às suas diferenças enquanto estavam na condição de estrangeiros era visto como problema. Marcava, neste caso, uma distância social maior do que havia sido imaginada por pessoas que se viam, a princípio, como mais semelhantes que diferentes. Em suas estadias fora, colocava-se para eles uma série de visões do Brasil como país que não seria ocidental propriamente dito, “nem civilizado, nem barbárie”. A percepção anterior ao doutorado de que eram cosmopolitas, partilhando uma série de comportamentos, ideias e valores vistos mais amplamente como ocidentais, tornava-se, portanto, problemática.

Em função disto, surgia uma relação ambígua com a identidade brasileira elaborada no exterior. Em muitos momentos, o confronto com as imagens locais sobre os brasileiros gerava desconforto, incômodo e até mesmo uma recusa de uma identificação com estas representações. Em outras situações, havia maior valorização e identificação com uma brasilidade, principalmente com a imagem do brasileiro enquanto pessoa calorosa que faz amizade com facilidade (REZENDE, 2009). A qualidade de uma afetividade mais explícita, física até, era abraçada como traço cultural valorizado.

Contudo, *incorporar* esta identidade – perceber seus contornos corporais – tornava-se doloroso pois parecia torná-la inescapável, fixa no corpo, exigindo assim ter que lidar com os preconceitos daqueles de quem se desejava aceitação. Embora, como já afirmou Giddens (1991), na modernidade tardia o corpo seja constantemente manipulado para se adequar a projetos identitários coletivos e individuais, assumindo assim formas variadas e mutáveis, em alguns contextos, ao contrário, ele parece dar forma cristalizada e essencializada a certas características e identidades. Seja como elemento positivo e agregador de alguns movimentos identitários, seja como parte de visões biologizantes que naturalizam distinções sociais e culturais, ao corpo é atribuída uma essência que ancora e explica comportamentos.

Assim, reconhecer-se com “cara” de brasileiro para este grupo de pessoas incomodava por se verem fixos em uma identidade nacional que estava, para eles, em processo de reelaboração. Mais ainda, implicava em mostrar pertencimento a uma nação pela qual nutriam sentimentos ambíguos, alimentados em muito pelas visões negativas dos brasileiros encontradas no exterior. Significava, por fim, deixar em segundo plano a singularidade de cada um em favor de estereótipos que generalizam e homogeneizam para criar um tipo nacional nem sempre bem visto.

Notas

1 - Este artigo é uma versão de um dos capítulos do meu livro, *Retratos do estrangeiro: identidade nacional, subjetividade e emoção*. Rio de Janeiro, ed. FGV, 2009.

2 - Nogueira (1985) dá outros exemplos de brasileiros que nos EUA são tratados como negros, mas que não se reconhecem desta maneira, revelando diferentes percepções de raça.

Referências

- BHABHA, Homi. *Nation and Narration*. Londres: Routledge, 1990.
- CARVALHO, José Murilo de. Brasil: Nações Imaginadas. In: CARVALHO, J. Murilo de. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999, p. 233-268.
- CHATTERJEE, Partha. *The Nation and its Fragments: Colonial and Postcolonial Histories*. Princeton: Princeton University Press, 1993.
- CORREA, Mariza. Sobre a Invenção da Mulata. *Cadernos Pagu*, (6-7), 1996, p. 35-50.
- DOMINGUEZ, Virginia R. *White by definition: social classification in Creole Louisiana*. New Brunswick, New Jersey: Rutgers University Press, 1986.
- GANDHI, Leela. *Postcolonial Theory: a Critical Introduction*. Nova Iorque: Columbia University Press, 1998.
- GIDDENS, Anthony. *Modernity and Self-Identity*. Oxford: Polity Press, 1991.
- HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- HALL, Stuart. *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. São Paulo: DP&A, 1998.
- KONDO, Dorinne. *About Face: Performing Race in Fashion and Theater*. Londres: Routledge, 1997.
- MARGOLIS, Maxine L. *An Invisible Minority: Brazilians in New York City*. Boston: Allyn and Bacon, 1998.
- MAUSS, Marcel. As técnicas corporais. In: MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. Vol.II. São Paulo: EPU, 1974.
- NOGUEIRA, Oracy. Preconceito Racial de Marca e Preconceito Racial de Origem. In: NOGUEIRA, Oracy. *Tanto Preto quanto Branco*. São Paulo: T. Queirós, 1985, p. 67-93.
- PISCITELLI, Adriana. "Sexo Tropical": Comentários sobre Gênero e "Raça" em Alguns Textos da Mídia Brasileira. *Cadernos Pagu*, (6-7), 1996, p. 9-34.
- REZENDE, Claudia Barcellos. Como tabula rasa: intercâmbio no exterior e construção de identidade juvenil. In: ROCHA, Everardo; ALMEIDA, Maria Isabel Mendes de; EUGENIO, Fernanda (orgs.). *Comunicação, consumo e espaço urbano: novas sensibilidades nas culturas juvenis*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio; Mauad Editora, 2006, p. 103-113.
- REZENDE, Claudia Barcellos. *Retratos do estrangeiro: identidade brasileira, subjetividade e emoção*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.
- RIBEIRO, Gustavo Lins. O Que Faz o Brasil, Brazil: Jogos Identitários em São Francisco. In: REIS, Rossana Rocha e SALES, Teresa (orgs.). *Cenas do Brasil Migrante*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999, p. 45-85.
- SALEM, Tânia. *O casal grávido: disposições e dilemas da parceria igualitária*. Rio de Janeiro: FGV, 2007.
- SALES, Teresa. Identidade Étnica entre Imigrantes Brasileiros na Região de Boston, EUA. In: REIS, Rossana Rocha e SALES, Teresa (orgs.). *Cenas do Brasil Migrante*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999, p. 17-44.
- SCHUTZ, Alfred. The Stranger: an essay in social psychology. In: SCHUTZ, Alfred. *Collected Papers*. The Hague: Martinus Nijhoff, 1971.

- SIMMEL, Georg. The stranger. In: SIMMEL, Georg. *On Individuality and social forms*. Chicago: University of Chicago Press, 1971.
- STEPAN, Nancy Leys. *The Hour of Eugenics: Race, Gender and Nation in Latin America*. Ithaca: Cornell University Press, 1991.
- VELHO, Gilberto. *Subjetividade e Sociedade: uma Experiência de Geração*. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.
- VERDERY, Katherine. Para Onde Vão a “Nação” e o “Nacionalismo”? In: BALAKRISHNAN, Gopal (org.) *Um Mapa da Questão Nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, p. 239-247.

RESUMO

Neste artigo, examino como a articulação entre identidade nacional, gênero e raça aparece no discurso de um grupo de brasileiros que fez seu doutorado no exterior. A partir da condição de ser estrangeiro em outro país, analiso como a identidade brasileira é percebida de forma marcada pelo gênero e pela raça, marcas estas vivenciadas de modo ambíguo. Em particular, procuro compreender o que significa afirmar, como a maioria fez, que eles não têm “aparência” de brasileiro. Em termos teóricos, está em questão a dimensão contrastiva na elaboração das identidades nacionais e o modo como o gênero e a raça são constitutivos de um tipo nacional.

Palavras-chave: estrangeiro; identidade; gênero.

ABSTRACT

In this article, I examine how intersection between national identity, gender and race appears in the discourse of a group of Brazilians who studied for their doctor's degree abroad. I analyse how their condition as foreigners highlighted a Brazilian identity marked by gender and race, marks which were experienced ambiguously. Specifically, I discuss the meaning of denying, as most people did, that they looked Brazilian. Theoretically, I deal, therefore, with the contrastive features in the elaboration of national identities and with they way in which gender and race become constitutive of a national figure.

Keywords: foreigner; identity; gender.

Os imigrantes poloneses em São Paulo pela lente do DEOPS

*Erick Reis Goldiauskas Zen**

A comunidade de imigrantes poloneses estabelecida em São Paulo não formava um corpo homogêneo. Dentro desta conviveram diferenças de perspectiva política que não raramente entraram em conflito. Da mesma forma, as mudanças políticas no país de origem tiveram reflexo nas posturas políticas dos imigrantes. Todo esse complexo de relações, durante o processo de inserção, marcaram trajetórias e definiram padrões de comportamento político-social, bem como moldaram a memória desta comunidade. Uma das formas de percebermos essa dimensão foi analisando a documentação disponível no acervo do Departamento de Ordem Política e Social do Estado de São Paulo (DEOPS/SP), junto ao Arquivo do Estado.¹

Enquanto órgão de Estado, o DEOPS foi moldado para ações de vigilância e repressão sistemática da sociedade e, para tanto, manteve os grupos de imigrantes sob constante suspeição. Os documentos produzidos revelam não só o olhar policial, mas a produção e circulação de vasto material impresso apreendido dos imigrantes e ativistas durante as investigações. A partir destas fontes diversas, ordenadas pela lógica policial, podemos encontrar uma série de referências que nos permitem alcançar as atividades políticas dos imigrantes e observar como estas foram vistas pelo Estado brasileiro.

Desde que se estabeleceram em São Paulo, os poloneses procuraram se

* *Doutorando em História Social pela Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Pesquisador do PROIN - Laboratório de Estudos da Memória Política Brasileira. Bolsista FAPESP.*

organizar com o objetivo de prestar assistência mútua bem como propiciar o ensino da língua e atividades culturais, estabelecendo laços de solidariedade. Importante ressaltar que as associações se formaram em prol da nacionalidade polonesa quando esta ainda se encontrava dividida entre três Impérios. Os fluxos migratórios se realizaram principalmente diante das ofensivas russificadoras, levadas a cabo pela política czarista. Os poloneses emigraram para o Brasil como uma forma de preservarem a sua identidade, principalmente após os levantes da década de 1860 e da repressão que se seguiu ao levante de 1905. Assim, entre 1908 e 1936, de acordo com o Boletim do Serviço de Imigração e Colonização,² ingressaram pelo Porto de Santos, como passageiros de 3ª classe, 15.220 poloneses.

A primeira associação polonesa se formou em 1892 com o nome de *Sociedade Polonesa de Beneficência (Towarsutuno Polskie Dobroczynosc)*. Em 1855 foi fundada a *Federação Polaca de Socorro Fraternal (Towarzysstwo Polskie Bratnia Pomolz Kaza Chorych)* que contava com um fundo de auxílio para os enfermos, e que se fundiu com a *Sociedade Polonesa União e Concórdia* prevalecendo o nome da última. A *Sociedade Polonesa União e Concórdia* uniu-se à *Sociedade Henrique Sienkiewicz*, em 1922, passando a se chamar *Sociedade Polonesa de São Paulo*, após a independência da Polônia em 1918. Na década de 1930, a associação adotou o nome de *Pilsudski*, homenagem ao governante e “herói” da independência do país. A *Sociedade* destacou-se como a mais importante e atuante organização polonesa em São Paulo, identificada por seu caráter nacionalista de viés conservador, seguindo a orientação do governo daquele país entre 1918 e 1939 (FREITAS, 2001).

No pós-Segunda Guerra, o Brasil recebeu uma nova leva de imigrantes poloneses, denominados *DIP (Displace Person)*. Durante a Guerra, muitos poloneses se dirigiram à Alemanha e ao se recusarem a retornar para seu país de origem – em virtude da instauração do regime comunista – foram reunidos nos *Campos de Refugiados* na Alemanha. Com o fim dos Campos, alguns países abriram a possibilidade de receber os *DIPs*, dentre os quais o Brasil. O país era vantajoso por não impor grande exigência para autorizar o ingresso, embora nos bastidores, o governo brasileiro fizesse uma seleção, “negociando” para que os diplomatas evitassem a entrada de judeus (CARNEIRO, 2001, p.115). De acordo com os dados do Departamento de Imigração e Colonização, ingressaram no estado de São Paulo, segundo matrícula na Hospedaria do Campo Limpo durante o triênio 1947–1949, 11.287 deslocados de guerra, dos quais 3.229 poloneses.

O DEOPS vigia os poloneses

Ao longo da década de 1930, observamos a participação de imigrantes poloneses em diversos movimentos políticos de esquerda, quer nas associações de classe, quer nas fábricas, participando de movimentos grevistas, o que pode ser verificado pelos processos de expulsão envolvendo poloneses durante o

período Vargas (1930-1945), quando foram expulsos do Brasil 778 estrangeiros, dos quais 8,49% eram de nacionalidade polonesa, atrás apenas da portuguesa, 17%; espanhola, 13,05% e japonesa, 10,84% (RIBEIRO, 2003).

No entanto, os poloneses não constituíram um movimento de esquerda que visasse abarcar todos os imigrantes dessa origem. Desta forma, não produziram periódicos em seu idioma com este viés ideológico ou formaram associações comunistas como, por exemplo, realizaram os italianos, espanhóis e os lituanos (ZEN, 2005 e 2010).

Essa situação foi modificada radicalmente com o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), quando a Polônia passou a integrar a esfera de influência soviética e o regime comunista foi ali instaurado. Durante a Guerra, um governo nacionalista se instaurou no exílio, em Londres, tendo inclusive participação nas operações do exército inglês. Depois da Guerra, os nacionalistas passaram a lutar pelo não reconhecimento do governo comunista. Este conflito, entre nacionalistas e comunistas, afetou os poloneses radicados no Brasil.

O Brasil reconhecia diplomaticamente a Polônia e, portanto, autorizou os diplomatas enviados pelo novo governo comunista. Foi em torno do consulado polonês em São Paulo que a colônia polonesa enfrentou os novos desafios. Por um lado, os nacionalistas não reconheceram a nova representação e sempre a denunciaram como produtora de propaganda comunista. Ao mesmo tempo, o consulado financiava publicações no Brasil, além de distribuir impressos poloneses. Atendendo à política daquele país, também passou a fazer campanha de repatriamento, sendo um dos responsáveis por emitir passaporte soviético. Diante desta movimentação, o DEOPS/SP colocou sob severa vigilância tanto o consulado como os poloneses aqui radicados, como o evidencia a quantidade de documentos de vigilância:

Às 9 horas, mais ou menos, parou em frente ao consulado um automóvel de chapa 25.764, do mesmo saindo um senhor de origem estrangeira. Foram entregues àquele consulado duas cartas, uma chegada da Polônia e outra da Hungria, informação obtida por intermédio do carteiro que é amigo de um dos Reservados. (...) Das 12 às 18 horas (...). Às 15 horas entrou no consulado em apreço um homem de origem estrangeira, que na saída carregava uma pasta de couro marrom e dois pacotes. O mesmo desceu do auto nº 42626. Às 16:10 chegou outro cidadão, a pé, permaneceu no consulado cerca de 15 minutos.³

O consulado polonês procurou cercar-se de comunistas capazes de realizar propaganda sobre as realizações do país. Para esse fim, viabilizou financeiramente a edição do periódico o *Kurier Polskie* (Mensageiro Polonês) que começou a ser impresso em 1948. Analisando as revistas apreendidas, podemos observar como essas procuravam veicular, através de fotografias e gráficos, a imagem da reconstrução da Polônia no pós-Guerra. Eram apresentados sorridentes operários, índices de crescimento em todas as áreas e monumentais edifícios

públicos. O regime comunista era propulsor do progresso econômico e cultural. A revista procurava evitar o termo comunismo, como forma de driblar as autoridades brasileiras. Para tanto, usava eufemismos como “nova Polônia”, “novo lar polonês”.

O DEOPS designou o “SS” (integrante do Serviço Secreto) identificado como “ZM” para acompanhar a circulação do periódico e de seus colaboradores. Notamos que o mesmo era conhecedor do idioma polonês, pois além da tradução, classificava o teor dos artigos elaborando um perfil político dos seus autores. Em seu primeiro relatório de investigação, “ZM” explica que os artigos da *Kurier Polskie* eram “escritos com muito cuidado”, mas que mesmo assim era possível identificar o “espírito anticlerical” e “anticapitalista”. Por essa razão, considerava que sua produção não poderia ser realizada por membros da colônia polonesa, uma vez que esta era muito católica.⁴

Embora não especificado nos dossiês, suspeitava-se que o principal editor do *Kurier Polskie* fosse um funcionário do consulado polonês enviado ao Brasil com a finalidade de realizar propaganda comunista junto a esta comunidade. A impressão era inicialmente realizada na Tipografia Báltica, de propriedade do lituano Alexandre Bumblis, então editor do jornal lituano *Zinios* (Notícia). O *Kurier Polskie* não obteve o alcance esperado pelos seus editores. Sua publicação foi bastante irregular e, devido ao seu custo, a falta de leitores e de assinantes, encerrou suas atividades em 1950. Segundo versão policial, isto se deu por ordem do próprio consulado que não estaria mais disposto a arcar com seus custos.

Contudo, o *Kurier Polskie* não foi o único meio impresso para fazer circular a informação entre os poloneses comunistas. Os navios procedentes da Polônia que aportavam em Santos traziam diversas publicações que eram aqui difundidas. A polícia paulista demonstrou preocupação com essa movimentação. Suspeitava que os tripulantes pudessem fazer transporte de material subversivo, além de transmitir informações e instruções diretas da URSS para os ativistas comunistas em São Paulo. Essas suspeitas, em parte, se confirmaram quando o “SS” “ZM” passou a frequentar o porto de Santos, onde entrou em contato com a tripulação dos navios. Dessa forma, foi possível constatar que o transporte de diversos periódicos era realizado não só entre a Polônia e o Brasil. Através dos navios que ali aportavam, moldava-se uma rede de comunicação regular entre os ativistas poloneses radicados em diversos países do Cone Sul e a Polônia.

Entre os impressos obtidos por “ZM” constavam exemplares da revista *Przekoraj*, em cuja capa de dezembro de 1948, lê-se “Departamento Central do Comitê Polonês, Varsóvia”. Neste exemplar, a polícia destacou os artigos de Jatolaw Iwaskiewicz, no qual foi mencionado o nome do pintor Candido Portinari. Na mesma revista, um artigo refere-se a um congresso de intelectuais realizado na cidade de Wrocław, com destaque para uma fotografia de Jorge Amado, representante do Brasil.

O jornal *Gloss Ludu* (*Voz do Povo*), editado em Varsóvia, também figura

entre os impressos obtidos. O de 14 de dezembro de 1948, por exemplo, apresenta do lado esquerdo da capa uma bandeira vermelha com o seguinte slogan “Congresso da Unificação da Classe Operária”, seguido de fotografias dos líderes comunistas Marx, Engels, Lenin e Stalin. Na parte inferior, fotografias dos líderes comunistas poloneses Boleslaw Bierut e Josef Cyrankiewicz. Além de um conjunto de artigos sobre a importância da união dos partidos operários poloneses formando o Partido Comunista. O teor do jornal segue esta linha com artigos sobre a história do comunismo na Polônia, as perseguições durante o governo de Pilsudski e a resistência durante a Segunda Guerra Mundial. Ao final desta parte, a reconstrução do país foi tratada em um artigo intitulado “*Partido Comunista em cifras*” que apresenta inúmeros gráficos sobre o desenvolvimento propiciado pelo partido. Na sequência, temos um artigo “Partido Operário Polonês” que elogia o Exército Vermelho pela libertação da Polônia, além de informar e comunicar sobre tratados comerciais da Polônia com a URSS.⁵

Ao investigar o navio polonês *Warta*, “ZM” encontrou exemplares da revista polonesa *Kurier Polskie* sobre a mesa do comandante do navio. Este material reforçava a suspeita de que se estaria realizando intercâmbio entre a imprensa comunista editada em São Paulo e os jornais poloneses. Acrescenta ZM que encontrou jornais comunistas e livros dentre os quais *Nowe Drogi* (*Novos Caminhos*) sobre a reconstrução da Polônia.⁶

Os jornais editados na Polônia costumavam publicar cartas de poloneses e de seus descendentes entusiasmados com o regime comunista. Um exemplo é a carta assinada por Bojanowski, residente no Paraná, publicada na *Przekoraj*. O autor se apresentou como um polonês que, há 55 anos estava no Brasil, tinha seis filhos e vinte e um netos, “todos sabendo ler e escrever em polonês”. Além de cumprimentar as autoridades polonesas que estariam “trabalhando para o engrandecimento da Polônia Popular”, agradecia o envio desta publicação ao Brasil que “nos orienta e une com o espírito da nova Polônia” com a qual teriam “sempre sonhado: uma Polônia para todos os poloneses”. Adverte, no entanto, que a revista estaria sofrendo “injúrias” dos poloneses de Londres, que obedeciam fielmente as ordens hitleristas.

Entre os jornais editados em Buenos Aires, Argentina, foi apreendido o *Polska Wyzwolawa* (*Polônia Libertada*) que traz a observação de que os fundos arrecadados com a venda seriam revertidos em prol da reconstrução da Polônia. Na edição de 16 de dezembro de 1948, anexado ao dossiê, o jornal traz uma série de notícias referentes ao Brasil. O artigo, “*Presente dos poloneses do Brasil ao Presidente da República polonesa*”, relata como poloneses residentes no Paraná enviaram a Boleslaw Bierut, então presidente do país, uma lâmpada esculpida em pinheiro paranaense. No mesmo sentido, o pintor Cseslaun Lewandoski, residente em Curitiba, teria aproveitado a oportunidade para enviar duas aquarelas de sua autoria ao Museu Nacional de Varsóvia. Anunciava, ainda, que retratos do presidente polonês estariam sendo vendidos em diversos pontos do Brasil e que estes deveriam ornamentar as casas dos poloneses.

Ainda sobre o Brasil, uma notícia chama a atenção: a proibição, na Polônia, da circulação do *LUD* (Povo), jornal editado pelos poloneses radicados no Paraná e um dos mais antigos em circulação. De marcado tom nacionalista, era desfavorável ao regime comunista. Realizava campanhas contra aquele regime e contra o consulado polonês em São Paulo. A sua proibição mostra como o regime comunista se preocupava com a produção impressa que questionasse a ordem estabelecida, mesmo por jornais produzidos por imigrantes. A ação de censura por si só é reveladora de que a publicação alcançava seu território em quantidade suficiente para ser incômodo ao regime. No sentido contrário, o fato de ter sido censurado pelo regime comunista o favoreceu diante das autoridades brasileiras, como expressa a Polícia Política de São Paulo.⁷

Se o campo comunista se articulava em torno do consulado e da realização das referidas publicações, as antigas associações polonesas que se manifestavam pelas páginas do *LUD*, trabalhavam no sentido contrário. Para estes, integrar a “comunidade” polonesa significava se posicionar como nacionalista, católico e, principalmente, anticomunista. A luta passava por se opor a cada ato e gesto realizado pelo consulado e por todos que se manifestassem pró-governo polonês, quer através de atividades festivas, comemorações públicas, ou de publicações.

As denúncias não poupavam nem mesmo membros do clero, como no caso do padre Paulo Sliuiski, acusado de ser colaborador comunista, pela rádio de Montevideu e pela Sociedade Polonesa. Esta última passou as informações à polícia que, através de um relatório no ano de 1948, as levou ao delegado de Ordem Política e Social Gilberto de Andrade. De acordo com este, o padre seria responsável pela distribuição de literatura comunista entre poloneses e lituanos, além de se posicionar publicamente de forma favorável ao governo da Polônia, tanto assim que teria dirigido uma carta ao ministro polonês Wrzosek em visita ao Rio de Janeiro e a São Paulo. O relatório procurava demonstrar como o padre se valia de sua função de sacerdote para difundir ideias subversivas e como tal atitude era “perigosa”.⁸ De acordo com o informante, em uma missa teria afirmado “*O governo atual polonês é o melhor governo que tivemos durante toda a nossa história*”.⁹

Se as palavras proferidas pelo padre tinham este sentido ou tratava-se de uma invenção deliberada do informante para incriminá-lo, não nos é possível saber. No entanto, Sliuiski, em resposta às acusações sofridas, dirigiu cartas abertas para se “defender”, principalmente das acusações realizadas pela rádio de Montevideu. Nestas, sua posição para com o governo comunista polonês, fica bastante evidente, assim como, seu contato com as autoridades daquele país para atividades entre os poloneses. Na primeira carta, o padre argumenta contra a postura de parte dos poloneses de colocar todas as realizações do governo polonês como negativas.¹⁰

Os temas tratados nas cartas abertas são expressivos dos debates e da luta ideológica entre os favoráveis ao regime comunista e os nacionalistas. Entre os principais temas debatidos destaca-se o massacre de Katyn. O massacre

da floresta Katyn foi realizado pelo Exército Vermelho durante a ocupação na Polônia, quando centenas de militares, oficiais do Exército polonês, que já haviam se entregado, foram sumariamente fuzilados. Este evento foi tomado pelos nacionalistas – e ainda o é – como o símbolo da dominação soviética e dos massacres cometidos contra os poloneses. Procuravam demonstrar, assim, que a ocupação e o governo decorrente eram ilegítimos, por se tratar de uma “violenta” imposição. Esse tema era de tal forma recorrente que o padre argumenta que *“Sempre vocês repetem a mesma coisa. Aparece vosso “Katyn” já não sai pelas nossas gargantas”*.

O padre fez lembrar o massacre cometido pelos alemães na cidade de Oswiecin, onde teriam morrido *“milhões”*. Compara, assim, o massacre de *“milhares”* ao de *“milhões”*, como legitimador das ações soviéticas. Portanto, o debate acabava por se articular em torno dos massacres cometidos tanto pelo Exército nazista como pelo Exército Vermelho em legitimidade de suas práticas. Tal proposição pode nos causar estranheza, mas era – e podemos encontrar ainda hoje referências como estas nos discursos sobre a história da Polônia – uma forma de apreender os eventos de guerra e suas consequências. Os *“malefícios”* dos alemães são reforçados pelo padre Sliuiski, com a conclusão de que os poloneses não deveriam retomar os argumentos sobre Katyn *“não imiteis esses criminosos. Lembre-se nosso inimigo nº 1 foram os alemães, nº 2 os alemães, nº 3 os alemães”*. Na segunda carta aberta, Sliuiski reafirma as relações que mantinha com os representantes diplomáticos da Polônia no Brasil, na qual argumenta: *Essas representações são legais e reconhecidas pelo governo brasileiro. Não me dedico aos trabalhos subterrâneos e ajo publicamente de acordo com as leis de Deus e dos Homens.*¹¹

A polícia adotou uma postura vigilante diante do posicionamento do padre Sliuiski e de suas relações com representantes diplomáticos da Polônia. Informes Reservados e Relatórios sobre o padre podem ser encontrados nos dossiês referentes aos poloneses. Nestes documentos de investigação foram anotadas as reuniões realizadas no consulado, projeções de filmes, festas. No entanto, Sliuiski não foi detido ou sofreu qualquer processo.¹² Naquele momento eram outras as preocupações do DEOPS.

Preocupava as autoridades brasileiras a questão da repatriação dos poloneses – bem como dos lituanos e russos. No caso polonês, o centro difusor deste movimento era o consulado, como já colocamos. Seu trabalho não se limitou à solução de questões burocráticas para aqueles que desejavam retornar, o que seria sua função. Articulou uma verdadeira propaganda pelo repatriamento, através de órgãos de imprensa como o *Kurier Polskie* e de um jornal específico para essa finalidade editado em Varsóvia, o *Repatrian*. Somavam-se a estes, folhetos comemorativos que difundiam as conquistas econômicas e sociais da Polônia comunista e da União Soviética. A condição de vida dos trabalhadores e a prosperidade eram temas recorrentes que, certamente, produziram efeitos nos operários imigrantes aqui radicados.

O trabalho do DEOPS, neste sentido, era o de impedir, ou pelo menos localizar as emissões de “passaportes soviéticos”. Preocupado com a movimentação no consulado, a Polícia Política passou a vigiar sistematicamente aquele local, procurando identificar seus frequentadores e suas respectivas atividades, através de uma campanha montada na frente do referido local. Pela expressiva quantidade de documentos sobre as atividades do consulado, bem como pelos jornais recolhidos, acreditamos que o DEOPS infiltrou algum investigador “Reservado” entre seus funcionários. Diariamente, eram enviados relatos das atividades do cônsul e dos demais funcionários: *“Comunicamos a essa chefia, que, no consulado da Polônia existem nas gavetas dos funcionários carteiras do extinto PCB e mais materiais de propaganda comunista”*.¹³

O mesmo informante relatou que “há dias” passaportes soviéticos chegaram ao consulado para serem entregues aos imigrantes radicados em São Paulo e que haviam solicitado cidadania. “Chegou há dias uma nova remessa de passaportes soviéticos no consulado polonês. Trata-se dos passaportes daqueles que há tempos pediram a cidadania soviética”.¹⁴ Não dispomos de informações sobre a quantidade de repatriados. A polícia, embora vigilante, não registrou a detenção de nenhum indivíduo.

Através da documentação preservada pelo DEOPS, encontramos correspondências diplomáticas. Essas registraram uma delicada questão com relação aos filhos de poloneses nascidos no Brasil e que teriam retornado. Como na Polônia a naturalidade é determinada pela nacionalidade dos pais e no Brasil pelo local de nascimento, o governo brasileiro não tinha instrumentos legais para fazer retornar esses indivíduos, caso desejassem. Neste sentido, a Delegação brasileira em Varsóvia emitiu ofício ressaltando o problema, além de mostrar o drama vivenciado por aqueles que retornaram e não encontraram o tratamento e as condições que esperavam, tendo seus sonhos frustrados.

Passados os primeiros entusiasmos e encontradas as primeiras dificuldades vêm esses reemigrantes novamente juntar-se aos candidatos a visto que rondam os consulados estrangeiros (...) com os reemigrantes viajam seus filhos nascidos no Brasil, aos quais o governo Polonês não reconhece a nacionalidade, impedindo que assistamos praticamente a tais brasileiros.

Não possuímos outras informações sobre a situação dos imigrantes que voltaram bem como de seus filhos. Pesquisas com este tema ainda devem ser realizadas, consultando os arquivos da diplomacia polonesa e brasileira.

Considerações finais

Com os temas que aqui buscamos abordar, mostramos algumas facetas da imigração polonesa que ainda podem ser desenvolvidas. A partir da documentação produzida e acumulada pelo DEOPS, explicitamos uma série de relações e lutas políticas, bem como vínculos com poloneses radicados em outros países da

América Latina, que muitas vezes não são considerados nas pesquisas existentes sobre estes imigrantes. Dessa forma, acreditamos contribuir para a formação de uma história política dos imigrantes que considere os conflitos ideológicos e políticos vivenciados por estes e destes com o Estado brasileiro, ressaltando como as mudanças no país de origem, bem como as redes de comunicação entre comunidades de mesma origem nacional moldam posturas políticas e sociais. Assim, a ideia de que os imigrantes formam uma base homogênea pode ser superada, bem como o discurso da própria comunidade que molda sua memória oficial apagando o que considera “inconveniente”.

Notas

- 1 - O Presente artigo é o resultado parcial da pesquisa de mestrado *Imigração e Revolução: Lituanos Russos e Poloneses sob vigilância do DEOPS (1924-1950)*, FFLCH/USP, 2006.
- 2 - Boletim do Serviço de Imigração e Colonização. Nº 2, São Paulo, outubro de 1940.
- 3 - Relatório de investigação de BR a Elpidio Reali, Delegado Especializado de Ordem Política, São Paulo, 18/10/1947. Fls., 19. *Dossiê 30-E-3*. DEOPS / SP, APESP.
- 4 - Informe reservado de ZM “SS”, São Paulo, 26/05/1948, *Dossiê 30-Z-85*. DEOPS / SP, APESP.
- 5 - Relatório de Investigação de ZM ao delegado Gilberto da Silva Andrade, Chefe do “SS”. Constam os exemplares anexados. São Paulo. 31/05/1949, fls., 9 e 10. *Dossiê 30-E-3*. DEOPS / SP, APESP.
- 6 - Relatório de ZM ao chefe do “SS” Gilberto Silva de Andrade. São Paulo, 28/09/1949. *Dossiê 30-Z-85.3*. DEOPS / SP, APESP.
- 7 - Jornal LUD anexado ao Dossiê 30-E-3. DEOPS / SP, APESP.
- 8 - Relatório dirigido ao delegado de Ordem Política Gilberto de Andrade. São Paulo, 12/07/1948. Fls., 3. *Dossiê 30-G-7*. DEOPS / SP, APESP.
- 9 - Idem.
- 10 - Carta aberta de Montevidéu “Honra Polonesa” do Padre Paulo Sliuiski, s /data. Fls., 7-8. *Dossiê 30-G-7*. DEOPS / SP, APESP
- 11 - *Dossiê. 30-G-7*. DEOPS / SP, APESP.
- 12 - *Dossiês 30-Z-85.31 30-B-147.3, 50-Z-345-15*. DEOPS / SP, APESP.
- 13 - Informe reservado do “SS”, São Paulo, 10/03/1951. Fls., 103. *Dossiê 30-E-3*. DEOPS / SP, APESP.
- 14 - Idem.

Referências

- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Anti-Semitismo na Era Vargas*. 3ª edição, São Paulo: Perspectiva, 2001.
- FREITAS, Sonia Maria. *Falam os imigrantes: Armênios, chineses, espanhóis, italianos, de Monte San Giacomo e Sanza, lituanos, okinawanos, poloneses, russos, ucranianos, memória e diversidade cultural em São Paulo*. Tese de Doutorado em História Social, FFLCH/USP, São Paulo, 2001.
- RIBEIRO, Mariana Cardoso dos Santos. *Venha o Decreto de Expulsão. A Legitimidade da Ordem Autoritária no Governo Vargas (1930-1945)*. São Paulo: Dissertação de Mestrado em História, FFLCH, USP, 2003.

ZEN, Erick Reis Godliauskas. *O Germe da Revolução*. A Comunidade Lituana Sob Vigilância do DEOPS (1924–1950). São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2005.

ZEN, Erick Reis Godliauskas. *Imigração e Revolução*: Lituanos, Poloneses e Russos sob Vigilância do DEOPS. São Paulo: Edusp/Fapesp, 2010.

RESUMO

O propósito deste artigo é estudar as atividades políticas dos poloneses radicados no Estado de São Paulo, sob a vigilância da Polícia Política, entre os anos 1930 e 1950. Para tal, utilizamos os arquivos do Departamento de Ordem Política e Social (DEOPS/SP), sob a guarda do Arquivo do Estado. Procuramos compreender as lutas internas a esta comunidade, iniciadas a partir de diferenças políticas, principalmente entre comunistas e anti-comunistas. São analisadas a produção e a circulação de periódicos e de literatura política, impressos no Brasil, assim como em outros países da América e da Europa.

Palavras-chave: São Paulo (Brasil); imigrantes poloneses; Polícia Política.

ABSTRACT

The main task of this article is to study political activities of Polish immigrants rooted in the state of São Paulo under the scrutiny of the Political Police between 1930 and 1950. We will use as sources the files of the *Departamento de Ordem Política e Social* (DEOPS/SP), in charge of São Paulo State Archive. We try to understand the struggles inside these communities, born of antagonistic political views, specially between communists and anti-communists. The production and circulation of newspapers and political literature, printed in Brazil, as well as from other countries of the American continent or from Europe is analyzed.

Keywords: São Paulo (Brazil); polish immigrants; Political Police.

Estrategias de inserción de inmigrantes caboverdeanos en los Estados Unidos, Portugal y en la Argentina

*Marta M.Maffia**

En el presente trabajo me ocuparé de las estrategias que le han permitido a los caboverdeanos insertarse y construir una identidad social en la Argentina. Con el propósito de enriquecer la perspectiva de análisis haré referencia a los procesos migratorios y las modalidades de inserción adoptadas en los dos países en los que han migrado el mayor número de caboverdeanos: Estados Unidos y Portugal. Estas comparaciones de las cuales surgen, semejanzas y diferencias, darán sin dudas lugar a una mayor comprensión a los procesos gestados en la Argentina.

En el caso de la migraciones aludidas me he basado en la obra de autores de conocida trayectoria en la temática y complementariamente en observaciones realizadas durante breves períodos en ambos países. Mientras que, las consideraciones planteadas en relación al caso de Argentina, son el resultado de un exhaustivo trabajo de campo e investigación que incluyó el país de origen.

Caboverdeanos en los Estados Unidos

La conjunción de factores como las cíclicas sequías, el regimen de tenencia de la tierra, la política implementada por Portugal, entre otros factores, rompe sistemáticamente el precario equilibrio de la economía del archipiélago de Cabo Verde y es en ese equilibrio inestable, en el que se configura el fenómeno migratorio caboverdeano.

**Doctora investigadora del CONICET- Profesora titular UNLP-Argentina.*

En primer lugar me referiré a la situación de los inmigrantes de este origen en Estados Unidos, tomando básicamente como referencia la obra de Sydney Greenfield (1976,1985,1990), Antonio Carreira (1977a,1977b,1984) y Deirdre Meintel (1984).

Los caboverdeanos llegados a Estados Unidos¹ lo hicieron como parte de la industria ballenera, de la cual New Bedford en el estado de Massachusetts fue uno de los mayores centros, junto a Boston y Providence. La primer oleada llegó desde la isla de Brava, en esos primeros asentamientos mantuvieron muy poco contacto con otros segmentos de la población, y muy fuertes con sus parientes y amigos en su tierra natal. Cuando la industria de la pesca de la ballena declinó para la segunda mitad del siglo XIX, modificaron sus ocupaciones, se dirigieron a la industria textil y trabajos vinculados a las actividades portuarias. Para comienzos del siglo XX una flota de pequeñas y viejas embarcaciones a vela comerciaban y llevaban pasajeros entre New Bedford, Providence y Cabo Verde, manteniendo un constante contacto, no sólo con parientes y amigos de su tierra sino también con parientes asentados en otras partes del mundo, lo que podría ser pensado como un único universo socio-económico. Quienes participaban en él hablaban su lengua materna: el criol, identificándose e interactuando primariamente sólo con caboverdeanos .

El patrón general reportado por los informantes es el siguiente, un hombre joven deja su isla en compañía de parientes o amigos a menudo de su propia isla, a su arribo lo espera un pariente u otro caboverdeano, quien le encuentra trabajo en el mar o en tierra, donde otros coterráneos ya están trabajando. De esta manera se incorpora en una esfera familiar la que reduce el impacto al mínimo. Después de unos años él retorna, toma una esposa y constituye una familia, luego regresa a Estados Unidos y deja su familia en Cabo Verde. manda dinero a su esposa y parientes, a veces para comprar tierras y construir una casa. Usualmente hace periódicas visitas a la isla , retirándose allí cuando se jubila.

En ocasiones familias enteras se trasladan a Estados Unidos y forman parte de la comunidad caboverdeana del lugar.

Entre 1912 y 1943 un promedio de 466,4 personas dejan Cabo Verde anualmente para los Estados Unidos de acuerdo a fuentes oficiales. A ellos debemos sumar los caboverdeanos no registrados que se desplazaron en migraciones estacionales y en muchos casos como ilegales, a Cape Cod para el cultivo de los arándanos.

Estos trabajadores temporarios no provenían de la isla de Brava, fueron trabajadores pobres y generalmente sin ninguna instrucción reclutados en las islas de Santiago y Fogo. Aquí se hace necesario recordar lo expresado por Antonio Carreira (1977a:112): “la división de la sociedad insular en clases muy desequilibradas, en que la dominante trataba sobradamente a las dominadas (en especial en Fogo) debe haber marcado mucho, desde el punto de vista psicológico, a los mulatos y a los más negrizados de los estratos más pobres”.

Los nuevos inmigrantes caboverdeanos eran “más africanos” en apariencia

que los primeros. Aunque erróneamente fueron llamados “bravas” o más peyorativamente “portugueses negros” y confundidos con los viejos inmigrantes de Brava, los nuevos no fueron aceptados en la comunidad caboverdeana ya establecida en New Bedford.

El gran control sobre la inmigración y las leyes restrictivas de 1921 y 1924 drásticamente redujeron el flujo de caboverdeanos hacia Estados Unidos. Luego la gran depresión, y la II guerra mundial y las aún más restrictivas leyes de 1950 pusieron fin al establecimiento de caboverdeanos en ese país.

Para las nuevas generaciones nacidas entre 1940 y 50 Cabo Verde no era más que un lugar distante y extraño de los que hablaban nostálgicamente sus padres y abuelos.

Según Greenfield (1976) la primer experiencia de qué significa ser negro en una sociedad blanca la tuvieron los jóvenes descendientes al ser incorporados al servicio militar, donde fueron ubicados en unidades segregadas y tratados no en forma diferente a otros negros, allí experimentaron el racismo.

Entre los caboverdeanos es usual encontrar representados ambos extremos del color, desde el altamente negroide a individuos blancos, aunque para el americano en general la mayoría de ellos son considerados mulatos.

Algunos nativos y sus descendientes han logrado éxito social y económico mientras que otros han fracasado para los estándares americanos. Algunos han obtenido una educación secundaria y hasta universitaria y otros nunca han completado la escuela primaria. Dada esta diversidad no es sorprendente que diferentes individuos tengan diferentes percepciones de la situación, que los conduzcan a decidir entre diversas alternativas en la búsqueda o construcción de su identidad (GREENFIELD, op.cit.).

En consecuencia, sostiene que los caboverdeanos adoptaron principalmente cuatro estrategias tendientes a lograr una mejor inserción en la sociedad de acogida. Una de ellas es la que denomina “caboverdeana-portuguesa”, la segunda “caboverdeana-negra”; la tercera “caboverdeana-africana” y una cuarta la “caboverdeana-americana”.

Con respecto a la primera. Después de la dura experiencia por la que pasaron los jóvenes descendientes de caboverdeanos, a raíz de la II Guerra muchos se definieron a sí mismos como **portugueses**. A esa definición se opusieron fuertemente azoreanos, madeerenses y portugueses continentales, temiendo que por implicación podrían ser asimilados con el grupo negro y degradados en la consideración social, ser discriminados y en consecuencia perder la oportunidad de obtener mejores posiciones en la estructura de la sociedad americana.

Está claro que el color fue el obstáculo principal que tuvieron que afrontar los caboverdeanos en Estados Unidos para construir una identidad social.

Los movimientos de derechos civiles desarrollados entre los 50 y los 60, para mejorar las oportunidades sociales, políticas y económicas de los americanos de color, los llevaron a la constitución, según Greenfield, de una estrategia de identidad que denominó: **caboverdeana-negra**. Los que sostienen esta posición

rechazan su herencia caboverdeana, eligiendo definirse como negros americanos, trabajando para mejorar su posición en causa común con otros negros.

Muchos adoptan el estilo de ropa afroamericana, aprenden el inglés negro, dejan crecer su pelo a la moda de la comunidad negra y se casan con negros americanos, en un esfuerzo conciente de romper con la tradición que permitió a los caboverdeanos mantenerse como un grupo aparte.

Posteriormente los movimientos de independencia de África, entre ellos la de Cabo Verde y Guinea Bissau que se producen entre 1974-75, proveen una tercera estrategia identitaria, la **caboverdeana africana**. Los que son una minoría pueden verse a sí mismos como parte de un mundo mayoritario que está siendo explotado por una opresiva minoría blanca.

Esta posición tiene fuertes reacciones dentro de la propia comunidad caboverdeana ya que para gran parte de ellos las bases de su identidad están dadas como resultado de la mezcla entre europeos y africanos cuya consecuencia ha sido la constitución de una “etnia sui generis” que no es ni africana ni europea.

Finalmente, el relativamente reciente renacimiento y valorización de la etnicidad en Estados Unidos, ha conducido – según Greenfield – a la cuarta estrategia de proyección de la identidad étnica, la **caboverdeana-americana**. La táctica mayor es presentar a los caboverdeanos como una población única exitosamente adaptada a la vida en América.

Esta estrategia es un esfuerzo para ganar la aceptación de una identidad caboverdeana en términos étnicos, de manera que los miembros del grupo puedan competir en la sociedad más amplia libre del estigma asociado a los negros americanos.

En trabajos posteriores Greenfield (1985-90) señala que la estrategia caboverdeana-negra perdió sustento o soporte con la declinación de los Movimientos de Derechos civiles en los setenta.

Según este autor los caboverdeanos en Estados Unidos tienen que sobrellevar una carga más pesada que las de otras minorías, ya que ha sido un pueblo que ha sufrido los peores abusos, la esclavitud y el racismo, y aún hoy deben continuar enfrentando el racismo mientras tratan de hacerse un lugar para sí mismos y sus descendientes.

Caboverdeanos en Portugal

La composición social de los flujos migratorios en dirección a Portugal y con origen en Cabo Verde, no fue uniforme a lo largo de los tiempos. Antes de la Segunda Guerra Mundial emigraban las camadas socialmente más privilegiadas (comerciantes, propietarios, funcionarios públicos y estudiantes). La emigración cobra significación a partir de 1946 y especialmente en los años 60. En esta década, fue estimulada por el propio gobierno portugués, para responder a la falta de mano de obra provocada por la emigración portuguesa hacia Francia y la guerra colonial. La mano de obra caboverdeana fue canalizada, sobre todo, para

el sector de la construcción civil (CARREIRA, 1977^a; ARNALDO FRANÇA, 1992; SAINT MAURICE, 1994; LÓPEZ FILHO, 1980).

La lectura exploratoria de las estadísticas disponibles, por un lado, el conocimiento de la historia de la emigración caboverdeana y, simultáneamente de la emigración portuguesa, por otro, permitieron establecer tres factores / criterios diferenciadores asociados a la heterogeneidad de la población caboverdeana en Portugal: la naturalidad / nacionalidad, los períodos y las trayectorias migratorias (SAINT MAURICE,1994).

Según el primero de los criterios se podrían determinar tres grupos: *grupo I*, constituido por individuos naturales (nativos) de Cabo Verde y con nacionalidad caboverdeana; *grupo II*, naturales de Cabo Verde pero con nacionalidad portuguesa; *grupo III*, natural de Portugal con nacionalidad caboverdeana.

Respecto al segundo criterio, los períodos de inmigración – con los cuales coinciden la mayor parte de los autores –, fueron: el primero, anterior a 1974; un segundo, entre 1974 y 1979 que se corresponde con el período de post-independencia de las colonias portuguesas y un tercero, que comenzó aproximadamente en los años 80, con características diferentes a los anteriores: la inmigración de refugiados.

Finalmente, teniendo en cuenta los países de origen y residencia para la reconstitución de las trayectorias migratorias, se consideran como los más significativos: 1) Portugal; 2) Angola y Mozambique; 3) Cabo Verde, Santo Tomé y Guinea (estos dos últimos con poco peso) y 4) Otros países.

Por el cruzamiento de datos referidos a orígenes, períodos y trayectorias, Saint Maurice (1997) definió los siguientes grupos empíricos:

GRUPO I: caboverdeanos venidos directamente de Cabo Verde antes de 1974.

GRUPO II: caboverdeanos venidos de Santo Tomé.

GRUPO III: caboverdeanos venidos de otras colonias (Angola, Mozambique, Guinea) entre 1974 y 1979.

GRUPO IV: caboverdeanos venidos directamente de Cabo Verde después de 1974.

GRUPO V: caboverdeanos venidos de otros países.

Posteriormente clasifica los grupos según varios tipos de migraciones: migración laboral (GI, II y GV); migración política o de guerra (G III); perfil mixto (G IV).

De forma esquemática se podría decir que existen actualmente en Portugal dos situaciones polarizadas: una relativa a una inmigración esencialmente laboral, marcada por la presencia de una población donde predominan los sujetos en edad activa, una elevada tasa de actividad, de mano de obra no calificada (en la construcción civil y el sector servicios), elevados porcentajes de individuos analfabetos o con instrucción primaria, situación representada por los grupos

con origen en Cabo Verde y Santo Tomé; la otra, está referida a una inmigración que caracteriza esencialmente una elite, con representación significativa entre los caboverdeanos que llegaron de Angola y Mozambique, fundamentalmente inmigración de refugiados, con instrucción media o superior y predominio de profesiones más calificadas.

Las áreas identificadas como problemáticas en la evaluación de integración inicial en la sociedad receptora, fueron por un lado, las condiciones habitacionales y la dificultad en el dominio de la lengua portuguesa destacadas por los entrevistados de bajo nivel cultural y poder económico. Respecto a la primera, la mayor parte de los emigrados vivían en lugares proporcionados por los empleadores, en casas de familiares o compatriotas, otros alquilaban pensiones (SAINT MAURICE, 1994). Un número significativo viven en “barracas” (viviendas precarias), situación agravada por el hecho ser clandestinas y sin infraestructura sanitaria, viviendas situadas en “barrios degradados”, “barrios de lata” o “barrios de barracas”. En ellos se constituyen asociaciones que persiguen objetivos inmediatos y básicos en relación a las carencias de sus miembros.

La búsqueda de alojamiento en la proximidad de sus compatriotas, funciona, en la opinión de los entrevistados, como una defensa contra las agresiones exteriores.

En relación a la lengua, el portugués fue y aún es la lengua oficial del archipiélago y se adquiere casi con exclusividad en la escuela. Por lo tanto, en aquellos individuos emigrados con un bajo nivel de escolaridad, su manejo es deficiente, resultando en los niños una de las principales razones de fracaso escolar.

Respecto a las “interacciones”, Saint Maurice (1994) señala: que los miembros del grupo de caboverdeanos que pasaron por Santo Tomé, y de los que vinieron más recientemente de Cabo Verde, establecen relaciones privilegiadamente con vecinos caboverdeanos; mientras que los de inmigración más antigua y venidos directamente de Cabo Verde se vinculan con vecinos portugueses. Dentro de ese último grupo, en el subgrupo de los que más recursos económicos y culturales poseen, la tendencia es a no cultivar siquiera las relaciones de vecindad con caboverdeanos, ya que residen en barrios con predominancia de portugueses, no hablar el “criol” en sus casas ni realizar en su vida diaria prácticas culturales típicamente caboverdeanas. Optaron por la nacionalidad portuguesa revelando una fuerte integración a la sociedad de acogida reforzada por la ausencia del deseo de regresar a Cabo Verde. A pesar de ello constituyen asociaciones insertas en las dinámicas urbanas que apuntan a objetivos culturales, políticos y de clase que no se cruzan con los de las asociaciones barriales (BORJA, 1998). Esta es una estrategia, que podríamos denominar en los términos de Greenfield, caboverdeana-portuguesa.

Las relaciones más claramente conflictivas son las que tienen los inmigrantes venidos directamente de Cabo Verde en períodos recientes (en muchos casos están en situación de “ilegalidad”), grupo que se ha revelado como el caso más ejemplar de “inserción segregada”. En términos de interacción se limitan

a su grupo (los caboverdeanos) habitando en barrios étnicos, manteniendo sus pautas culturales tradicionales y con poco contacto con los portugueses. Tienen nacionalidad caboverdeana, no pretenden adquirir la nacionalidad portuguesa y evalúan su inserción como negativa. No dudan de su regreso a Cabo Verde (SAINT MAURICE, 1994). Tal vez podríamos denominar a esta estrategia: caboverdeana-caboverdeana.

Para otros autores como el sociólogo Walter Rodríguez (1990) la inserción de la “minoría” caboverdeana en la sociedad portuguesa es definitivamente marginal.

Finalmente un grupo muy particular de aquellos caboverdeanos que vinieron de otros países (fundamentalmente de Angola, Mozambique, Guinea) que se mantienen aislados del resto de la sociedad interactuando solamente con otros individuos provenientes de las ex colonias de habla portuguesa (PALOP), exceptuando los caboverdeanos. Esta podría ser, en términos de Greenfield, la estrategia caboverdeana-africana.

Por su lado, Arnaldo França (1992) considera la inserción de la comunidad caboverdeana en Portugal como “una extraña simbiosis de dos niveles”, en un primer nivel la interacción entre caboverdeanos y portugueses transcurre de forma aceptable aunque surjan conflictos puntuales, generalmente en la esfera de las relaciones de menor proximidad. Pero en un nivel más abstracto, la interacción es sentida, mayoritariamente, como francamente negativa y se expresa a través de sentimientos que van de la inquietud a la agresión.

Y “aunque raramente se reconozcan públicamente sentimientos racistas – sostiene el antropólogo caboverdeano Joao Lópes Filho (1980) – la población portuguesa en general posee esa mentalidad (muchas veces disfrazada)”.

Caboverdeanos en la Argentina

La migración caboverdeana hacia la Argentina comienza a fines del siglo XIX con fecha muy imprecisa, cobrando relevancia a partir de la década de 1920, con la presencia de pequeños grupos o individuos provenientes de las islas de Sao Vicente, Santo Antao, en su mayoría, Sao Nicolau, Fogo y Brava, en menor medida. Otros períodos de mayor afluencia fueron entre 1927 a 1933 y el tercero después de 1946, decreciendo en intensidad alrededor de los años sesenta (MAFFIA, 1986). Período que coincide con el aumento del flujo migratorio de caboverdeanos hacia Portugal.

Los que migraron antes de la Independencia de Cabo Verde en 1975, lo hicieron con nacionalidad portuguesa, algunos de los cuales la mantuvieron hasta el final de sus días, la gran mayoría tramitó una nueva documentación caboverdeana (pasaporte) y son argentinos naturalizados.

En relación a las causas invocadas por los propios caboverdeanos coinciden en señalar que su migración fue impulsada fundamentalmente por razones laborales, en muy pocos casos se aducen razones políticas o de otra índole (MAFFIA, 1986).

Respecto a las trayectorias migratorias, la mayor parte de los caboverdeanos

que llegaron a la Argentina con pasaje pago (una de las modalidades), venían en barco directamente, con breve escala, en Dakar (Senegal), Lisboa (Portugal), Brasil, o Uruguay; mientras que los clandestinos “el destino” como ellos mismos expresan, determinaba la trayectoria y el final del viaje.

Datos estadísticos sobre esta población no aparecen ni en las Memorias de la Dirección Nacional de Migraciones ni en los censos, en primer lugar por la razón que entraron- los que lo hicieron legalmente- como portugueses, y segundo porque un gran número (difícil de determinar) entró clandestinamente. Tampoco ha habido investigaciones, hasta estos últimos años, sobre ese grupo, por lo tanto en los comienzos de mi trabajo en 1979, no tuve más alternativa que intentar censar a esta población, con el apoyo del en ese entonces cónsul honorario Joaquim José Dos Santos, y miembros de la colectividad de Ensenada, de Dock Sud, La Plata y Capital Federal.

La zona que pudimos completar dada la sorprendente dispersión con la que encontramos en la Capital Federal y el gran Buenos Aires, fue La Plata, Berisso y Ensenada.

El censo realizado permite concluir para un universo de unas 260 unidades habitacionales y casi mil caboverdeanos entre nativos y descendientes, que la cifra más significativa de personas nativas de Cabo Verde comienzan a aparecer a partir de los 65 años predominando los hombres. Mientras que entre los descendientes de caboverdeanos hay un número mayor de mujeres que de hombres. Es de destacar que sólo el 6,8 % de las parejas están constituidas por caboverdeanos ambos cónyuges, el resto tanto hombres como mujeres están unidos con personas de otro origen.

Respecto a la instrucción la mayoría absoluta de la población tiene instrucción primaria, completa el 50% y existe un relativamente buen porcentaje de personas que han accedido al nivel secundario, pero en su mayoría no lo completaron. El porcentaje de universitarios es bastante exiguo, sin embargo había una cifra significativa respecto a otros niveles de instrucción (cursos de inglés, música, pintura, modista, mecánica).

En relación a la ocupación: observamos que un 40% de la población ocupada, respecto de la que teóricamente podría estarlo, responde al parámetro para todo el país (para aquel período). La mayoría trabajando en relación de dependencia, un 85% de la población de ambos sexos, como obrero con y sin personal a cargo y como empleado con y sin personal a cargo. Solamente un 0,3% como patrón y un 14 % por cuenta propia. Esto correspondería, comparándolo con un modelo de población socioeconómicamente hablando de medio para abajo.

Si realizamos el análisis por sexo, el resultado arroja que un 65% de los ocupados son hombres. Las ocupaciones más frecuentemente declaradas son maquinista, mecánico, cocinero (a bordo de barcos), policía, empleado de comercio, entre otras. En cuanto a las mujeres las mayores frecuencias señalan: empleada administrativa, modista y servicio doméstico.

Teniendo en cuenta los datos obtenidos respecto al nivel de escolarización,

observamos un 50% de caboverdeanos que completaron el ciclo primario.

Respecto a la lengua materna (el “criol”) es de notar que son muy pocas las personas menores de 30 años que la poseen, sólo a partir de esa edad comienza a aparecer definitivamente, dándose con mayor frecuencia entre los 50-54 y los 70-74 años. En los hijos de estos inmigrantes, hay un gran predominio de lengua materna castellana (83%) en todas las edades, no presentando dificultades en su escolarización.

Los informantes manifiestan, que la mayoría de los padres caboverdeanos no se preocuparon en enseñar el “criol” a sus hijos lo que nos permite inferir una mayor deseo de integración a la comunidad de adopción a través del dominio correcto del castellano. En general no han manifestado dificultades con respecto al aprendizaje del idioma castellano, el que de hecho hablan correctamente. Su adquisición fue rápida y sin grandes tropiezos.

Si nos referimos a los resultados de la muestra aleatoria sobre el anterior universo observamos, que disminuyeron como era de esperar los caboverdeanos nativos, ya que no ha habido inmigración en casi 40 años. Es llamativa la disminución de los varones descendientes de caboverdeanos nacidos en la Argentina, una razón podría ser que haya disminuido la fecundidad de esas personas y otra por las migraciones internas. Los de menos de 45 años tienen menor representatividad que el resto, lo que estaría indicando que posiblemente ese grupo de gente en edad productiva, posiblemente estaría migrando.

Respecto al origen combinado de los cónyuges se mantiene similar la proporción, aunque siempre hay levemente un mayor número de mujeres que eligen hombres de otro origen para casarse.

En relación a la ocupación, poco más de un tercio de los activos son varones mientras sólo la quinta parte de las mujeres están en esa condición.

Una décima parte del total trabajan por cuenta propia los restantes están en relación de dependencia como obreros o como empleados, en general sin personal a cargo. Si lo vinculamos con la escolarización, observamos que menos de la mitad tienen por debajo del ciclo básico y aproximadamente el 50% tienen el secundario completo.

La inserción en el mercado de trabajo es diferenciada, las principales ramas de actividad que los ocupan son comercio, industria y en el sector servicios, aunque los últimos registros y entrevistas señalan una tendencia de creciente desempleo y empobrecimiento de los inmigrantes y sus familias.

Con respecto a la inserción en la sociedad receptora en un primer momento, y tomando en consideración la intervención de redes informales, específicamente en relación a la búsqueda de habitación y empleo, y la posterior organización formal de esas redes para dar otros tipos de respuestas, podemos decir que: las redes informales en Argentina, se establecieron a lo largo de ejes o radios de circulación, los que constituyeron una vasta red de solidaridad con núcleos específicos (familias), en el interior de los cuales circulaban nuevos migrantes. Estos núcleos funcionando como verdaderos “microcontextos” originales, se encargaban

de “albergarlos, buscarles trabajo, esposa, etc.”, solidaridad que era más efectiva que aquella institucionalizada (por ejemplo, el Consulado de Portugal).

Estos microcontextos fueron los gérmenes de la “Sociedades” o “Asociaciones”, es decir, los que con un régimen de autoridad y cumpliendo determinadas funciones, se constituyeron en instituciones (MAFFIA, 1986). Sin lugar a dudas como una situación en espejo del fenómeno de los emprendimientos asociativos-mutualistas de las grandes colectividades de inmigrantes radicadas en nuestro país.

Las primeras organizaciones caboverdeanas que se crearon, fueron las Sociedad de Socorros Mutuos de Ensenada en 1927 y la Unión Caboverdeana de Dock Sud (Avellaneda) en 1932, las que tenían por objetivo, cubrir, como ya dijimos, necesidades funcionales referidas a la ocupación, alojamiento, recreación y manifestaciones culturales de orden general. Algunos individuos proyectaron en esas organizaciones, sus propias necesidades de amparo, seguridad y situaciones de conflicto, que de alguna manera eran satisfechas y resueltas a través de las mismas.

Los lugares donde se establecieron esas asociaciones, podrían categorizarse tomando el concepto de la psicóloga social norteamericana Mónica Mc Goldrick (1982), como “barrios étnicos”, espacios donde se restituyen algunos aspectos de la sociabilidad original y constituyen un punto de partida para insertarse en las diversas redes del proceso migratorio.

Los caboverdeanos se asentaron, como muchos otros inmigrantes (italianos, portugueses, griegos, polacos) en barrios del Dock Sud, la Boca y Ensenada en la provincia de Buenos Aires, fundamentalmente en relación, por un lado, a la cercanía con sus fuentes de trabajo, a bordo de los barcos de la marina mercante, no sólo argentina, sino de diversos países y de la Armada Nacional, y posteriormente a las fábricas, industrias y astilleros establecidos en la zona. Por otro lado, por la vecindad con parientes, amigos y coterráneos (si fuese posible de la misma isla).

A partir del censo y el muestreo pudimos detectar que más del 50% de la población en estudio, se habían desplazado a La Plata, Capital Federal y otros partidos del gran Buenos Aires, las razones aludidas fueron: el deseo de modificar su situación socioeconómica y lograr una mejor educación para sus hijos.

La generación de los viejos inmigrantes siguió viviendo en el barrio étnico, sus hijos y nietos nacidos en la Argentina, particularmente en la adolescencia, rechazan los valores tradicionales caboverdeanos y se “argentinizan”, surgiendo en muchos casos conflictos intergeneracionales acompañados de profundos sentimientos de ambivalencia acerca de sus identificaciones étnicas.

Estos “viejos caboverdeanos” construyeron una imagen de sí mismos como portugueses, alejada de los “otros africanos”, siguiendo el modelo construido por varias generaciones en Cabo Verde. Si bien trataron de adscribirse por lo menos nominalmente al segmento portugués de la población, de hecho fueron muy pocos los aceptados en sus ámbitos de sociabilidad.

En términos de las estrategias adaptativas de Greenfield, podría hablar de, en los inicios, una estrategia caboverdeana-portuguesa poco exitosa para la mayoría

frente a la comunidad portuguesa local, ya que tampoco, como en Estados Unidos, los aceptaba en su seno. Y distinguimos una estrategia “caboverdeana-argentina”. Esta estrategia con las diversas prácticas que la constituyen, llevó a la invisibilidad del grupo, posiblemente con el objetivo consciente o inconsciente, de lograr su inserción y reproducción social con el menor grado de conflicto posible. No es una elección consciente racional, es producto del sentido práctico como sentido del juego, adquirido históricamente. La misma, es producto de su experiencia histórica y de la dinámica establecida por el grupo con la sociedad de acogida, que desde las prácticas y el discurso han negado la presencia de negros en Argentina. Sin dejar de tener en cuenta otro aspecto, además, que muchos de ellos entraron clandestinamente quedando al margen (por un tiempo) de la estructura social, siendo de ese modo, invisibles para el Estado. Aprovechamos a establecer una relación con la marcada negativa de participación política² desde las Asociaciones, sobre todo de aquella participación que pudiese estar vinculada a ideologías que eran consideradas (por determinados grupos) “subversivas” del orden y que podría llevarlos a “visibilizarse” negativamente para el Estado y el resto de la sociedad.

He observado – no sólo en la generación de los inmigrantes, sino en sus descendientes ya sea que hablemos de una primera o segunda y hasta una tercera generación –, de una serie de prácticas (corporales, matrimoniales, de uso del espacio, rituales vinculadas al ciclo vital) y representaciones derivadas de esta estrategia, que Ilke B. Leite (1996:41) llama de “blanqueamiento-invisibilización”. La misma posee sus raíces, como he señalado, en el pasado caboverdeano pero crece o sobrevive en contextos donde la invisibilidad se procesa por la producción de una cierta mirada, en la cual el negro es visto como no existente.

Según expone una de las informantes:

....el caso de negación fue el más exitoso de América Latina... todos los países apoyaron ese sistema de blanquear a la población, no hay ninguno que no lo haya hecho, pero acá el éxito fue arrasador, porque hasta los mismos negros no se dan cuenta que son negros....no lo admiten, es esquizofrenia porque no puede ser que un negro no se de cuenta, que no lo vea, que los negros sean otros...

Y en ese proceso de negación algunos caboverdeanos reconocen y califican la acción de la colonización portuguesa como:

Fue devastadora...que nosotros somos diferentes, que somos más inteligentes, que somos más lindos, más cultos, toda esa historia todos los caboverdeanos hasta el más inculto se la creen y la repiten, que no tienen nada que ver con los africanos del continente.

Recordando la relación que B. Leite (op.cit) establece entre el mecanismo de la invisibilización y el racismo, considero que como parte de ese mismo proceso, se da la negación o la no conciencia del mismo. Hoy, este proceso está

comenzando a ser revertido por pequeños grupos de jóvenes de segunda y tercera generación, que junto a otras minorías de afrodescendientes, exacerbaban la crítica a la exclusión y a la invisibilidad, reivindicando sus orígenes y afiliaciones diaspóricas³.

Algunas consideraciones finales

Las diferencias socioculturales, económicas y fundamentalmente las étnico-raciales, parecen estar en la base de la explicación de las diferentes estrategias de inserción de los caboverdeanos en los tres países. La “etnia” marca con fuerza a esta población, orientando las acciones y relaciones que se establecen con los países de destino. Tal como sostiene la socióloga Maria Beatriz Rocha Trindade (1995), cuando las diferencias étnicas son dominadas por diferencias raciales, tales divisiones se tornan más acentuadas, obligándolos en muchos casos a desarrollar mecanismos de defensa, entre ellos el recrear en la medida de lo posible su lugar de origen (hasta el caso extremo de constituirse en guetos) y a partir de allí negociar su inserción en la sociedad .

Los caboverdeanos que emigraron y se establecieron en la Argentina – tema de análisis de este trabajo – adoptaron por largos períodos estrategias (con matices diversos) que condujeron a la invisibilidad del grupo, “dilución” que les permitió una inserción y reproducción social con bajo nivel de conflicto aunque con poca movilidad social ascendente. Hoy en otro contexto sociohistórico su presencia se torna expresiva (individual y grupalmente), nuevos espacios están siendo conquistados particularmente por sus descendientes, ya sea en términos de movilidad social, de expresión cultural, académica y de participación política.

Acciones que nos conducen a preguntarnos, si esta búsqueda de visibilidad junto a otras minorías de afrodescendientes de la Argentina, podemos considerarla, como parte de una nueva estrategia que está en marcha, a la que podríamos llamar “afrodiaspórica”, centrada en la lucha contra la discriminación y el racismo y por el reconocimiento pleno de sus derechos ciudadanos. Debemos seguir investigando en ese sentido.

Notas

1 - Antonio Carreira señala que, a pesar de relativa confianza que le merecen las estadísticas de esa época, la llegada de los primeros caboverdeanos a los Estados Unidos podría situarse entre los años 1685 y 1700.

2 - En 1910, se sanciona la Ley de Defensa Social, que reglamenta la admisión de extranjeros en el territorio argentino, legitimando la expulsión y restricción de su ingreso, identificando explícitamente aquellas ideologías como el anarquismo y el socialismo, que pudiesen atentar contra la seguridad nacional. Ello motivó más de 2000 enviados a Ushuaia y la deportación de un buen número de extranjeros, que en su mayor parte recalaba en Uruguay. La xenofobia, hará en adelante una especie de contrapunto con el cosmopolitismo inherente a la sociedad culta y liberal, abierta a la proveniencia europea (CLEMENTI, 1984: 74-75).

3 - Para los descendientes de inmigrantes y los pueblos en diáspora, el territorio de origen constituye un recurso siempre disponible, asimismo cuando las semejanzas culturales y lingüísticas ya se apagaron (GANS, 1979).

Referencias

- BOAVENTURA LEITE, I. (Org.). *Negros no sul do Brasil*. Santa Catarina: Letras Contemporâneas, 1996.
- BORJA, Orlando. A segunda geração de imigrantes cabo-verdianos em Portugal: processos de inserção social. In: *Cultura. Cabo Verde*, Nº 2, Ministério da Cultura, Praia, Cabo Verde, 1998.
- CARREIRA, António. *Migrações nas ilhas de Cabo verde*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1977a.
- CARREIRA, António. *Cabo Verde*. Clases sociales, estructura familiar, migraciones. Lisboa: Biblioteca Ulmeiro, 1977 b.
- CARREIRA, António. *Cabo Verde* (aspectos sociais, seca e fomes do século XX). Lisboa: Ulmeiro, 1984.
- FRANÇA, Arnaldo. *Imigrantes caboverdeanos em Portugal*. Lisboa: Instituto de Estudos para o desenvolvimento, 1992.
- CLEMENTI, Hebe. *El miedo a la inmigración*. Buenos Aires: Leviatán, 1984.
- GANS, Herbert. Symbolic ethnicity: the future of ethnic groups and cultures in America. In: *Ethnic and Racial Studies*. Vol. II, 1, 1979, p. 1-20.
- GREENFIELD, Sidney. In search of the Social Identity: Strategies of ethnic Identity. Management among Capeverdians in Southeastern Massachusetts. In: *Luzo-Brazilian Review*, Vol.13, Nº1, 1976.
- GREENFIELD, Sidney. Barbadian in the Amazon and Cape Verdeans in New England: contrast in adaptations and relations with Homelands. In: *Racial Studies*, Vol. 8, Nº 2, 1985.
- GREENFIELD, Sidney. The Cape Verde Islands: Their settlement, the emergence of their creole culture, and subsequent migrations of their people. In: *Portuguese Migration in Global Perspective*. Toronto: Ed. David H. Higgs. The Multicultural History Society of Ontario, 1990.
- LÓPES FILHO, João. O emigrante cabo-verdiano em Lisboa. In: *Africa Literatura-Arte-Cultura*. Nº 9, 1980, p. 12.
- MC GOLDRICK, Mónica. Ethnicity and Family. An overview. En Mc Goldrick, Pearce and Giordano (comps.) *Ethnicity and Family Therapy*. New York: Guilford Press, 1982, p. 3-29.
- MAFFIA, Marta. La inmigración caboverdeana hacia la Argentina. Análisis de una alternativa. In: *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Vol. 25, Porto: Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, 1986.
- MEINTEL, Deirdre. Emigração em Cabo Verde: solução ou problema? In: *Revista Internacional de Estudos Africanos*. Nº 2, junho-dezembro, 1984, p. 93-120.
- ROCHA-TRINDADE, M. B. *Sociologia das Migrações*. Lisboa: Universidade Aberta, 1995.
- RODRÍGUES, Walter. Comunidade caboverdiana: marginalização e identidade. In: *Revista*

Estudos. ISCTE, Lisboa, 1990, p. 96-103.

SAINT MAURICE, Ana. *Reconstrução das identidades no processo de emigração*. A população caboverdeana residente em Portugal. Dissertação de doutoramento em Sociologia pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. Portugal, 1994.

RESUMEN

El presente trabajo trata sobre las estrategias que le han permitido a los inmigrantes caboverdeanos insertarse y construir una identidad social en la Argentina. Con el propósito de enriquecer la perspectiva de análisis hace referencia a los procesos migratorios y las modalidades de inserción adoptadas en los dos países en los que han migrado el mayor número de caboverdeanos: Estados Unidos y Portugal. Estas comparaciones de las cuales surgen, semejanzas y diferencias, darán sin lugar a una mayor comprensión a los procesos gestados en la Argentina.

Palabras claves: migración caboverdeana; inserción; Argentina.

ABSTRACT

This paper discusses the strategies that have allowed Cape Verdeans immigrants in Argentina to settle and build a social identity. In order to enrich the perspectives of analysis, migratory processes and integration patterns in United States and Portugal, the two main countries to which most Cape Verdeans have migrated are considered. Similarities and differences arisen from these comparisons will lead to a greater understanding of the processes that are taken place in Argentina.

Keywords: Cape Verdean migration; integration; Argentina.

Por um pedaço de chão A diáspora gaúcha e catarinense para o Paraná e a construção do território-rede

*Marcos Leandro Mondardo**

Da busca por terra às redes de relações sociais

A partir da década de 1940, gaúchos e catarinenses vivenciaram uma diáspora desterritorializando-se de seus estados de origem em busca de terras, de sonhos, de aventura e de trabalho no Paraná.¹ Esse processo foi resultado da subdivisão das propriedades rurais no Rio Grande do Sul e Santa Catarina destinadas à exploração, oriunda da herança familiar, resultando no “esgotamento” das terras a serem ocupadas nesses estados e na abertura da fronteira agrícola no sudoeste e oeste paranaense, impulsionado pelo projeto econômico e geopolítico de Getúlio Vargas conhecido como Marcha para Oeste.

Foi nesse contexto que milhares de gaúchos e catarinenses deslocaram-se para o Paraná de carroça, de caminhão e a cavalo, muitos, com suas famílias e com o sonho/objetivo, em sua maioria, de obter um pedaço de chão para reproduzir seu modo de vida assentado, especialmente, na pequena propriedade familiar. A atuação do Estado foi importante para a mobilidade gaúcha e catarinense, constituindo-se em um dos elementos fundamentais para a des-territorialização através da criação, em Francisco Beltrão, em 1943, da Colônia Agrícola General Osório – CANGO. Entretanto, esta também contou com as redes de relações sociais, pois os primeiros migrantes que chegavam ao Paraná e que foram percebendo a possibilidade de obter terras e de “fazer a vida”, voltavam para

* *Professor Assistente da UFBA/Universidade Federal da Bahia e doutorando em Geografia pela UFF/Universidade Federal Fluminense.*

seus estados de origem de onde traziam seus familiares e amigos para a compra de propriedades.

Por isso, iremos analisar o papel das redes de relações sociais no processo de des-re-territorialização de gaúchos e catarinenses para o sudoeste paranaense, especificamente para o município de Francisco Beltrão, entre 1940 e 1970, que resultaram na construção de um território-rede através das relações identitárias, de amizade e de parentesco construídas nas trajetórias socioespaciais. Para Scherer-Warren (2007), as redes de relações sociais são aquelas formadoras de ações coletivas a partir da interação em rede, desde as redes mais “próximas”, formadas no cotidiano, as redes primárias, até as redes secundárias, aquelas formadas em função da “distância” e/ou em função da ausência, vinculadas à amizade, parentesco, religião e vizinhança, por exemplo. Para Gislene dos Santos (2007), as redes sociais na migração são importantes, pois possibilitam apreendermos a experiência cotidiana dos que saem de um lugar para o outro, a variabilidade de suas práticas sociais, as estratégias e os recursos que disponibilizam os contatos tecidos no trajeto da migração, as relações de sociabilidade entre os migrantes e as articulações internas e externas ao seu grupo de familiares.²

Trajetórias socioespaciais e des-re-territorialização

Foi conversando com os migrantes, especialmente no município de Francisco Beltrão, no sudoeste paranaense, entre os meses de janeiro a agosto de 2008, que fomos explorando “memórias da diáspora”³ através de nossas perguntas, resgatando, assim, trajetórias socioespaciais, estratégias migratórias, projetos de vida e experiências dessa mobilidade. Desse modo, foi que chegamos até Elza Comunello (considerada a quarta moradora “pioneira” desse município), gaúcha, que nos recebeu com muita boa vontade em sua casa e logo começou – indagada por nossas perguntas – a narrar como foi a chegada “naquele tempo”:

Vimos de Nova Prata, Rio Grande do Sul em [19]45, apesar que um ano e pouco a gente ficou em Treze Tília, Santa Catarina; nós chegamos lá [SC] e ficamos na casa de um cunhado e não pudemos comprá terra, lá era mais caro, viemos aqui pro Paraná, aqui era mais barato, né! Ele [o marido] se mandô pra cá e daí viemos; fiquemos um ano e pouco em Santa Catarina, daí em [19]46 viemos pra cá. (...). Mas ele queria sair, ele gostava de caçar (...) vivia caçando, eu tenho nojo de ver tatu e bicho do mato (risos). (...) Levemos doze dias, de Treze Tília em Santa Catarina até aqui vindo de carroça. Meu marido veio duas vezes antes de comprar, aí já veio mais gente ver junto lá em Cruzeiro, em Coronel Vivida [PR]. Daí, quando chegaram em Pato Branco [PR] (...) meu marido se encontrou com um conhecido do Rio Grande [do Sul] que morava em Pato Branco (...) o Domingos Zardo, e se acharam lá num buteco comendo pão e salame, daí se olharam um pro outro e, de

repente chegaram e perguntaram: “Escuta, o Senhor não é do Rio Grande?”, o meu marido perguntou junto com o outro lá, e deram de conhecer, daí disse: “Como é que vai? Estou procurando terra. Quero vê se me arrumo um lugarzinho”. Diz ele daí: “Olha, um lugar bonito é Marrecas. Já fizemos o destocamento”. (...) Daí ele [o marido] veio pra cá com esse Domingo Zardo, arrumaram dois cavalo lá (...) e daí compreço o sítio de um lá (Elza Comunello).

O depoimento da migrante é interessante na medida em que possibilita compreendermos o contexto e as condições em que se processava a mobilidade no período, pois a migração foi sendo feita em “pedaços” e/ou em etapas: do Rio Grande do Sul se deslocavam para Santa Catarina e, após alguns meses e/ou anos, migravam para o Paraná. A necessidade da compra de terra e os baixos preços das mesmas no Paraná demonstram, em parte, como afirma Elza, “não pudemos comprá terra, lá era mais caro, viemos aqui pro Paraná, aqui era mais barato, né!”, os motivos da des-territorialização, aliado ao “gosto” (ao comportamento) do marido pela caça, que naquele tempo era abundante em Vila Marrecas (atual município de Francisco Beltrão). Através da “rede de amizade” foi que o marido de Elza migrou com um amigo para o Paraná e no caminho encontrou um conhecido, logo, por ser sul-rio-grandense teve a confiança em buscar a informação sobre terras, o levando a Vila Marrecas, que era, segundo o contato feito, um “lugar bonito para morar”. A informação na migração, através da identificação, foi imprescindível e pôde apontar, como neste caso, onde o migrante iria encontrar oportunidades de inserção social (e territorial) como no caso (nem sempre fácil) da compra de terra.⁴ Também os doze dias de viagem de carroça de Treze Tília em Santa Catarina, até Francisco Beltrão no Paraná, demonstram a dimensão e as condições da trajetória espacial para o deslocamento dos colonos.

Outra migrante, Amábili Rosseto, hoje aposentada e com 82 anos, nos informa a sua trajetória socioespacial percorrida:

Vim para Francisco Beltrão em 1946. Eu nasci no Rio Grande [do Sul], em Erechim. Saímos do Rio Grande em 1943 e viemo pra cidade de Caximbo, em Santa Catarina. Daí ficamos lá uns 3 anos e daí viemos pro Paraná. (...). Vim com meu marido e mais um filho. Viemo de caminhão até Pato Branco e de lá viemo de carroça; trouxemo uma novilha e uma mula, 8 dia de viagem. Tivemo que entrá meio roçando, porque era só uma picadinha. (...) daí compramo a terra lá na Linha Eva. Compramo a dinheiro, nós tinha dinheiro. (...) Nós chegamo no lugar e dissemo: “é aqui!” (...) Ele [o marido] queria um sítio onde tivesse morro e pedra pra ele plantar parreira. Aí souberam que aqui tinha e vieram (Amábili Rosseto).

A mobilidade feita em etapas, a exemplo do que também ocorreu na trajetória de Amábili – ao longo de oito dias de viagem, sendo parte do percurso feito de carroça e parte de caminhão –, demonstra que em 1946 as condições de

acesso ao sudoeste paranaense, bem como à Vila Marrecas, eram extremamente difíceis. Verifica-se que a vinda se motivou pela procura de um “sítio onde tivesse morro e pedra pra ele [o marido] plantar parreira” para a reprodução do modo de vida vinculado à cultura de descendentes de italianos com a produção de uvas e vinhos, e que, segundo a concepção da época, a terra “ideal” para essa atividade era aquela com relevo acidentado e solo pedregoso. As condições do *topos* (Vila Marrecas) propiciaram, em parte, essa mobilidade. É claro que a “falta” de terras no Rio Grande do Sul, a pressão demográfica sobre as propriedades, o aumento do preço das terras foram condicionantes (gerais) do contexto da des-territorialização gaúcha para o Paraná.

É importante frisar que toda des-territorialização implica uma re-territorialização em novas bases materiais e simbólicas, em novo contexto, situação e relações (HAESBAERT, 2006). Na des-territorialização gaúcha e catarinense para o sudoeste paranaense as famílias que migraram, em sua maioria, trouxeram consigo recursos (materiais e simbólicos) como estratégia para ajudar na re-territorialização no novo território. Isso pode ser verificado quando Amábili Rosseto complementa a narrativa sobre sua trajetória espacial nos dizendo que:

Sorte que nós levemo a vaquinha de lá [de Santa Catarina]. Dele [Dê-lhe] polenta e leite! Aí um filho por ano, não era fácil. Ainda que trouxemos a semente de lá [de Santa Catarina] pra plantá aqui, porque aqui não tinha nada, ainda bem, porque aí deu pra fazê as primeira rocinha. (...) Aí a gente fazia até queijo, porque nós trouxemo o coalho de lá. Aí compra quatro galinha e começamo na terra. (...) Trouxemo vinte quilo de farinha de milho e a vontade de trabalhar, né! (Amábili Rosseto).

Os recursos e estratégias mobilizados na migração, como animais e sementes que foram trazidos, auxiliaram no desenvolvimento das primeiras atividades agrícolas e artesanais, aliados à *cultura* de descendentes de italianos que predispunham os sujeitos a desenvolver certas atividades artesanais como a produção de queijos, polentas, vinhos e salames que, concomitantemente, ajudavam na manutenção econômica das famílias através da re-territorialização de uma cultura (do trabalho), que se apropriava simbolicamente do novo território através de novas visões de mundo.

Adolfo João Pedron, hoje com 85 anos, um dos primeiros comerciantes de Vila Marrecas, relata com alegria suas passagens e paragens migratórias, do Rio Grande do Sul para Santa Catarina e para o Paraná “no tempo das bodegas, dos bares e armazéns”:

Nós viemo em [19]52 pra Marrecas. (...) Viemo de caminhão, de Júlio de Castilho, no Rio Grande do Sul, só que demoremo pra chegar porque era tudo valeta e barro, pegamos uns dias de chuva e coisa, foi sofrido, né! (...) Viemos pra cá nós e o meu cunhado, só que o meu cunhado veio antes. Ele chegou um mês

de diferença que nós viemos. (...) Nós saímos do Rio Grande do Sul e fomos direto pra Itá, em Santa Catarina; ali nós abrimos uma loja, nós tinha uma bodega, e lá o lugar era pequeno; Fiquemos uns cinco anos lá e, depois, viemos pra cá. (...) Em [19]48 saímos de lá, eu e o meu cunhado e fomos procurar terra pra Toledo [PR], daí na volta passamos em Pato Branco [PR], mas não gostei de nenhum lugar; aí eu tinha um amigo lá [em Pato Branco, PR] que me disseram: “Vai em Marrecas, lá vai dar um lugar bom”. Vim pra cá, quando era Marrecas, então, gostei e comprei. Nós viemos em [19]52. (Adolfo João Pedron).

A mobilidade em etapas, aliada às redes de relações através da amizade que trouxeram informações de Vila Marrecas, fez parte, também, da trajetória migratória de Adolfo João Pedron. A maioria desses migrantes entrevistados assinalou o sofrimento na migração como condição inerente à des-territorialização, às perdas (de amigos, familiares e lugares), e às condições em que era feita à mobilidade. Se, por um lado, chegar a uma vila onde estava tudo por fazer exigia o esforço e o empenho de muito trabalho, por outro lado, motivava o(s) sujeito(s) pelo vertiginoso crescimento do aglomerado populacional, pelas oportunidades de inserção social que estimularam a mudança de lugar. Adolfo demonstra em sua narrativa que esteve em outros municípios do sudoeste paranaense (Pato Branco) e oeste paranaense (Toledo) e “não gostou”, ou seja, a decisão na escolha de onde iria morar e trabalhar intercalava dimensões objetivas e subjetivas, do trabalho e do abrigo, por exemplo, que o novo lugar lhe proporcionaria, além, é claro, do contato estabelecido através da rede tecida pela e na amizade e das informações obtidas. Para Douglas Massey et al. (apud SANTOS, 2007, p. 54), as forças criadas através dos vínculos de parentesco e de amizade são uma das mais importantes bases da organização social da migração e as conexões familiares são um dos mais *seguros* laços dentro da rede de relação social.

Em outra trajetória, Florinda Cobo Viera, atualmente com 87 anos, afirma que vieram a Francisco Beltrão para acompanhar a família de seu marido:

Chegamos aqui [em Vila Marrecas] em 1946. (...) Nasci no Rio Grande [do Sul], na comunidade Costa do Rio dos Índios, era colônia. Pertencia ao município de Getúlio Vargas onde a gente morava. (...) Lá no Rio Grande do Sul nós morava no interior e trabalhava na roça. Era casada (...) vendemos a terra lá e viemos pra cá. Viemos de caminhão, só uma mudança. Eu fiquei lá no Santana [PR] na casa da minha sogra até que a casa foi arrumada. (...) A minha sogra já morava no Santana. Eles que falaram pra nós vir pra cá. Meu véio [marido] que quis vim pra cá. Porque os pais e os irmãos vieram, daí ele também quis vim. Os pais dele tinha vindo bem antes de nós. Compramos a terra aqui daí, com o dinheiro que vendemos a terra lá. Vendemos lá por trinta mil. Naquele tempo não valia nada a terra aqui, era mais barata. (...) Viemos pra cá pra fazê a vida melhor, né!

(Florinda Cobo Viera).

Nesta trajetória percebemos que a migração ocorreu para “acompanhar a família”, no caso, para seguir os pais e irmãos que já estavam no Paraná. Aliado a isso, os baixos preços de terras do Paraná e a facilidade de vender a que detinha no Rio Grande do Sul, ajudou na des-territorialização, na perda do lugar e das relações sociais que ali se desenvolviam. Pois, ao mesmo tempo em que no Paraná, nesse período, podiam-se encontrar terras mais baratas, em grande parte do Rio Grande do Sul, estas encontravam rapidamente compradores: os latifundiários – como nos informou Florinda Cobo Viera – estavam expandindo suas posses e suas produções agrícolas no município de Getúlio Vargas, por exemplo, e com isso se aproveitavam da pressão demográfica sobre a pequena propriedade rural sul-rio-grandense para exercer seu poderio sobre os pequenos proprietários.

Através das redes de relações sociais também podemos perceber a ajuda entre familiares na migração, nos lugares intermediários que antecedem a re-territorialização, como afirmou Florinda: “Eu fiquei lá no Santana [PR] na casa da minha sogra até que a casa foi arrumada”, facilitando o processo de travessia até que o território do abrigo (a casa) ficasse pronto para a nova família morar. A casa no novo território foi, além de abrigo, segurança para a re-territorialização, pois a família só pôde se reproduzir em um lugar que lhe propiciasse conforto, segurança e referência territorial, tanto material como simbólica. A ajuda entre familiares na migração, bem como o estímulo a estes para a mobilidade, ocorreu em grande medida através da ajuda, da reciprocidade familiar, da confiança, da troca de incentivos, da informação (mas também dos conflitos) e das oportunidades que podem ser abertas e potencializadas através das redes familiares e de amizades.

A descendente de italianos Hiolanda Tibola Luza nos recebeu em sua casa, um pouco desconfiada e apreensiva, pois “não sabia se iria conseguir responder o que iríamos perguntar”. Entretanto, logo demonstrou que tem uma memória muito rica em detalhes da sua trajetória de vida e, em especial, de sua mobilidade, lembrando momentos da chegada a Francisco Beltrão que a fizeram, em parte de nossa conversa, se emocionar:

Nós viemo do Rio Grande [do Sul] faz quarenta e cinco ano e fomo morá no Pinhalzinho [comunidade localizada na área rural de Francisco Beltrão]. Eu tinha seis filhos quando vim pra cá. Aí tive mais quatro aqui. (...) Ah! Porque aqui diz que era mais bão e, ele [o marido] já como tinha pensando de pôr uma ferraria⁵ pra ele mesmo, porque lá, lá ele trabalhava de peão. Ele ficou dezesseis ano como peão lá. E daí ele achô, nós vendemo a nossa terrinha lá e, tinha uma trilhadeira e vendemo e viemo pra cá; e viemo morá no Pinhalzinho. (...) Lá [no Rio Grande do Sul] onde nós moremo era Vila Vanini, hoje município Vanini, lá na minha terra natal. Eu sou do município de Vaporé [Guaporé], né! (Hiolanda Tibola Luza).

Foi a possibilidade de abrir um negócio (uma ferraria) que despertou no marido de Hiolanda o interesse em vir para o Paraná. A possibilidade de sair da condição de empregado no Rio Grande do Sul, para a de trabalhador autônomo no Paraná, aguçou o desejo e o sonho do migrante para a mudança. Contudo, Hiolanda nos informou também sobre os parentes que já estavam localizados em Francisco Beltrão, na comunidade rural de Pinhalzinho, onde acabaram comprando terras e fixando residência:

Nós já tinha dois cunhado que veio na frente de nós, que foram morá em Pinhalzinho, onde nós fomo morá, fiquemo dez ano lá e viemo morá pra cidade. (...) Viemo com duas mudança no caminhão, com porco, galinha, tudo, mantimento. Dimoremo... saímo de lá dia primeiro de abril, às duas hora, aí chegemo era uma da madrugada em Chapecó [SC], aí posemo em Chapecó, no outro dia viemo, viemo até aqui. Que aqui tinha uns primo que trabalhava com o Zanquet Camilotti, e daí, como a estrada não favorecia pra ir pro Pinhalzinho, que era estrada de chão né!, e tinha chovido, daí fiquemo dois dia com o caminhão embaixo na oficina lá. Nós dormia lá com os primo, né! (Hiolanda Tibola Luza).

O contato estabelecido com os cunhados que já estavam em Francisco Beltrão, potencializou a migração e a vinda do casal para a mesma comunidade rural onde já estavam os parentes. Também é interessante ressaltar que a ajuda dos primos no dia da chegada, no oferecimento do pouso – haja vista a impossibilidade de seguir viagem em função das chuvas e das péssimas condições das estradas – foi importante para amenizar as dificuldades da travessia.

A gaúcha Josefina Maria Maffessoni Mezzomo, hoje com 78 anos, nos recebeu em uma varanda ao fundo de sua casa, e relatou os motivos da migração vinculados ao acidente de seu marido que ocasionou a vinda, não planejada e/ou não intencional, da família para Francisco Beltrão:

Eu nasci em Serafina Corrêa, no Rio Grande do Sul. Fica pra lá de Passo Fundo uns cem quilômetros. Meu marido nasceu em distrito de Paraí, pertencente ao município de Nova Prata. Nós viemos pra cá em meio de [19]54, aqui em Francisco Beltrão. Nós morávamos no Rio Grande [do Sul], depois moramos dois anos aqui em São José do Cedro, em Santa Catarina. E daí quando nós viemos pra cá em [19]54. (...) Nós viemos pra fazer futuro, né! Porque lá onde nós tava era poco, né! Porque a gente não se arrumava trabalho, né! Então porque nós tava lá no Paraí, então nós tivemos oportunidade de vir pra São José do Cedro, lá a gente conseguiu terra, era fácil de comprar, então a gente tinha um dinheiro e comprou terra lá. Daí a gente adquiriu um lote lá e construiu casa lá e tudo. (...) Depois, lá ele [o marido] caiu, ele tava fazendo uma oficina, um barracão pra madeireira, e então ele [o marido] caiu e se machucou, ele ficou um ano sem caminhar.

E daí então, os irmãos dele moravam aqui [em Francisco Beltrão], foram lá onde nós tava e não queria mais que nós ficasse lá, pra nós ficar junto com os parente, porque nós tava sozinho lá. (...) Aí os irmãos dele tinham vindo antes pra cá, aí eles foram lá pra São José do Cedro e trouxeram nós junto (Josefina Maria Maffessoni Mezzomo).

A trajetória da migração, saindo do Rio Grande do Sul para Santa Catarina, em busca de trabalho e terra barata para comprar, foi transformada por um acidente de trabalho sofrido pelo marido de Josefina, o que ocasionou uma instabilidade na família, mudando os planos, o projeto de vida e o lugar de residência dos mesmos. Tendo em vista que o marido acidentado de Josefina não conseguia mais trabalhar e que estavam na cidade catarinense de São Jose do Cedro, os familiares (irmãos), que já estavam em Francisco Beltrão, resolveram ir buscá-lo mais a sua mulher por causa do isolamento destes em relação à família e da situação de doença em que se encontravam. A ajuda no interior de uma família, como num caso extremo de doença, faz com que as redes entre irmãos, por exemplo, atuem no sentido de direcionar o migrante e trazê-lo para perto dos seus (familiares), para o território onde estarão próximos para uma maior coesão na ajuda daquele que necessita.

O território em rede foi tecido e tramado pelos laços familiares e possibilita, ainda, visualizarmos e apreendermos “casos extremos” em que a mobilidade está ligada e condicionada pela solidariedade entre irmãos; entre o estar sozinho em um município, sem seus familiares, e o estar junto em outro município com seus parentes que poderão ajudar a reconstruir a vida. A re-territorialização em um novo território foi auxiliada pelas relações estabelecidas de ajuda, amizade e afeto entre irmãos. Segundo Haesbaert (2006), para compreender os processos migratórios, devemos perceber como que o território é construído por uma trama de relações sociais reticulares, na forma de território-rede, numa rede material e imaterial, como produzida pela memória dos migrantes, pelas ajudas financeiras, pelo duo presença/ausência e, também, a partir das trajetórias individuais, na relação com o espaço, no sentido de um “conjunto de pontos e linhas”, numa perspectiva não-euclidiana, mas com o componente territorial indispensável que enfatiza a dimensão temporal-móvel do território. A rede social, desse modo, é inerente à produção e manutenção do território no processo migratório.

O catarinense Leonel Viera Klump, hoje com 73 anos, com uma “fala mansa” e tomando seu chimarrão, comenta como foi a vinda para Francisco Beltrão, o incentivo e apoio dos irmãos para migrar através da inserção na atividade em que estes já trabalhavam, a pecuária:

Eu nasci no município de Concórdia, Santa Catarina. (...) Eu vim em 1964. Eu vim com três filha e uma nasceu aqui. (...) Ah! Porque lá, no tempo ainda dava pra viver, mais, depois teve um meu irmão que foi lá e me convidou pra vir pra cá, aí né! Tinha dois irmão, já aqui [em Francisco Beltrão]. Eles vieram, em [19]57, já tavam

aí. É que lá não tinha resultado nenhum, né! Nós morava na colônia, tudo a boi, não tinha trator. Daí vim aqui pra fazer futuro. (...) Viemo de caminhão, naquele tempo era um Alfa Romeu. Naquele tempo trazia o poco que tinha junto, né! O que cabia no caminhão, as coisinha, né! (...) Eu vendi, eu tinha dez alqueire de terra lá, eu vendi lá e comprei aqui com o dinheiro, né! Aqui tinha mais futuro, né! (...) Desde que cheguei eu fui mexer com porco. Já tinha os irmão que trabalhava com porco e eu também fui mexê, né! Comprava aqueles porco magro e engordava com aquela lavajada. Eu só engordava, e o meu irmão é que comprava, comprava da colonada, era porco solto criado no meio do mato (Leonel Viera Klump).

Com os irmãos já re-territorializados e trabalhando em Francisco Beltrão, Leonel foi incentivado a migrar para Francisco Beltrão; as dificuldades em Santa Catarina, a falta de resultados na agricultura que desenvolvia em contraponto ao crescimento populacional do Paraná, o baixo preço das terras e o apoio dos irmãos na inserção social através da pecuária para trabalhar em outro município, também fizeram com que o catarinense mudasse. Verifica-se que com o processo de “modernização da agricultura” no campo brasileiro, aqueles colonos que não tinham possibilidades de comprar maquinários e nem incentivos do Estado para se manter no campo começaram a migrar, a “desanimar”, sendo a mobilidade uma fuga de um território onde as experiências e expectativas estavam frustradas em relação às expectativas de melhoria em outro território, onde as esperanças/expectativas “eram muitas” e onde os irmãos lhe ofereciam segurança através do trabalho e das relações intrafamiliares. A necessidade e/ou desejo de “fazer um futuro melhor” em outro lugar condicionaram a mobilidade, junto com o processo seletivo que ocorria no campo através da adentrada da “modernização da agricultura” que deixou ainda mais em condições desiguais aqueles que não puderam se modernizar.⁶ A alternativa foi a migração, a mudança de lugar e de relações sociais dos que buscavam a melhoria nas condições de vida (o que nem sempre ocorreu).

Salvador Verdi da Costa, gaúcho, 56 anos e aposentado, tem orgulho em nos contar a trajetória de sua família durante a vinda de Soledade, no Rio Grande do Sul, a Francisco Beltrão. Este demonstra que tem um sotaque ainda carregado de “sua terra”, elemento que o diferencia, pois “cultiva” até hoje os hábitos gaúchos como o churrasco, a roupa (quando pode usar) como a bombacha, o lenço no pescoço. Foi sentado ao lado de uma churrasqueira que Salvador narrou a sua migração (quando ainda era pequeno), levado pela vontade que seu pai tinha de obter terras para plantar:

Ah! tchê! Eu vim de Soledade, né! Rio Grande do Sul. Vim com os meus pais, a gente era em doze irmãos, na verdade. (...) foi em 1956. Viemos todos da família. Nós viemos de Soledade direto pra [Francisco] Beltrão. Nós viemos na verdade, na época que nem seria [Francisco] Beltrão, era a Vila Marrecas, que era ali na

Ponte [do rio Marrecas], tinha umas vinte, trinta casa ali, tinha um hotelzinho, tinha uma churrascaria do galetto, isso aqui era mato na verdade. O meu pai foi pegando, naquela época, entrando em Beltrão, porque naquela época era picada, né! Tchê! Pra achar o terreno. Na verdade naquela época o cara quase nem comprava terreno. O cara metia os peito, assim, né! Tchê, pegava o facão, metia uma foice no lugar e fazia uma picada ao redor e, você respeitava (...) O meu pai comprou doze alqueire de terra aquela vez, aqui. Aquilo era praticamente quase dado, baratinho, né! O meu pai vendeu o terreno no Rio Grande do Sul, né! Daí veio aqui e comprou. Até pra trazer o gado nem embarcado não foi, tudo tocado, passado rio e tudo. Tocadito, quatro, cinco cavalo e o gado tudo tocado. A mudança sim veio num caminhão, mas o gado e os cavalo, veio tudo tocado. (Salvador Verdi da Costa).

Salvador demonstrou na narrativa de sua trajetória migratória, a forma como se processava a procura de terras, os anseios de seu pai e o que existia na Vila Marrecas no período. Também ressaltou a forma como traziam a mudança no caminhão e os animais que vinham “tocados”, ou seja, vinham a pé, num percurso que, de Soledade, no Rio Grande do Sul, até Francisco Beltrão, no Paraná, levava dias para ser percorrido, além da “facilidade” (não igual para todos) encontrada para a aquisição de terras.

O gaúcho Alfredo Antonio Presente, aposentado e com 63 anos, se circunscreve no contexto da migração por interesses (sobretudo econômicos) na exploração da madeira e/ou “pinhal” que existiu naquele momento da mobilidade para o Paraná:

Vieimo em 1949 pra [Francisco] Beltrão. Vieimo por causa do Pinhal né! Por causa da madeira. Lá onde nós tava no Rio Grande [do Sul], nós não tinha mais lenha pra queimar, naquela época, pra tu ver; daí nós vieimo pra cá por causa da madeira. Lá falavam muito que aqui tinha bastante madeira. Depois aqui nós serremo alguma madeira pra mandar pra Porto Alegre [RS] (Alfredo Antonio Presente).

Alfredo ressaltou também os baixos preços das terras no Paraná e considera que o que condicionou a vinda de sua família foi o interesse por terras com araucárias, matéria-prima para sua indústria madeireira: a serraria. Por isso, informou como trouxeram e instalaram a serraria em Francisco Beltrão e que as madeiras, isto é, “o pinhal”, foi a “ilusão da época”:

Lá tinha terra, mas não era muito, em torno de uma colônia, não me lembro bem, pra plantar mandioca. Vendemo lá, fizemo um dinheirão; naquele tempo era dinheiro, 180 conto de réis e daí compremo aí [em Francisco Beltrão]. Aqui comprava por preço de banana. Só numa pegada compremo 100 alqueire de pinho, depois fomo comprando mais. Compramo em Nova Concórdia [comunidade do interior de Francisco Beltrão] (...).

Pagamo micharia, a troco de banana. Aí começamo a derrubar pinheiro e serrá. Trouxemo a serraria de lá do Rio Grande [do Sul] também, foi colocado ali. É onde tá os meus primo, até hoje tem serraria. Aquele tempo a ilusão era o pinhal! Que as terra de pinhal na verdade não valia nada, né! Era muito fraca. Só depois foi destacado, colocado o calcário daí sim deu uma melhorada e passou a render mais do que a outra, de morro. A vantagem que era plana. (...) Derrubemo o pinhal, aí foi destocada pé por pé. A madeira vendia, a maioria pra Porto Alegre [RS], lá fazia casa, móveis. Na época dava muito lucro. Daí, depois foi feita uma parte [da terra] de invernada e a maioria ficou pra granja (Alfredo Antonio Presente).

O território para o migrante era um recurso, uma base material com grande fonte de recursos—a madeira, especialmente a araucária que existia em abundância no sudoeste paranaense naquele momento. A migração, o “desbravamento” através da colonização implicou, nesse sentido, grandes destruições e danos à floresta de araucárias no Paraná, desencadeando e acentuando o desmatamento nas florestas brasileiras.

Plácida Adria, professora aposentada pelo município de Francisco Beltrão, descendente de poloneses e com 77 anos, nos informou, em conversa amistosa, os motivos de sua mobilidade:

Lá do Rio Grande [do Sul] eu vim casada. Casei lá no Rio Grande [do Sul] daí vim morar pra cá. No ano de 1953, que chegamo em Francisco Beltrão. (...) Eu vim de Erechim, no Rio Grande do Sul. Lá nós trabalhava tudo na roça, depois que nós viemos pra cá eu fui dar aula e o meu marido começou a trabalhar como marceneiro. Os meus pais vieram uns quatro anos antes que nós viemos pra cá. Os pais, daí tinha um tio meu aqui já antes. Esse tio fez umas quantas viagens pro Rio Grande [do Sul] contando as maravilhas que tinha pra cá, dizendo que aqui era um lugar bom, novo, que tinha oportunidade. Aí nós também era muito ligado aos meus pais e, sabe? Nós acabemo ficando meio sozinho no Rio Grande [Sul] e viemo pro Paraná. Aqui os meus pais ajudaram nós no começo a se ajeitá na vida, arrumá serviço e daí a família ficou mais próxima, mais unida, né! Aí ficou melhor pra se viver também (Plácida Adria).

Um ponto fundamental na rede de relações sociais é a ajuda familiar e a relação afetiva, de solidariedade entre os parentes (o que não retira os conflitos e tensões que também permeiam essas relações). Nesta trajetória migratória verifica-se o papel desempenhado pela informação levada através de um familiar (tio) que tece contatos e representa o território de destino apresentando-o enquanto “ideal”.⁷ Por isso é que Plácida Adria (junto com seu marido) se deslocaram para o Paraná, pois, como afirma a migrante: “Nós acabemo ficando meio sozinho no Rio Grande [Sul] e viemo pro Paraná” para

ficar mais perto dos pais. Os vínculos familiares fortes podem definir o território de destino do migrante; sendo o território uma relação social, a ausência dos familiares (os pais) no Rio Grande do Sul fez com que Plácida Adria se sentisse desencaixada em Erechim; logo, o reencaixe, isto é, a re-territorialização das relações sociais no Paraná, em Francisco Beltrão, se processou com a ajuda dos familiares, como afirma Plácida: “Aqui os meus pais ajudaram nós no começo a se ajeitá na vida, arrumá serviço e daí a família ficou mais próxima, mais unida, né! Aí ficou melhor pra se viver também”. Essa ajuda acarretou, portanto, uma reterritorialização funcional (através do trabalho) bem como (e concomitante) uma re-territorialização afetiva no território de destino, pois as relações afetivas familiares potencializaram e possibilitaram – através do maior convívio familiar, das visitas, da ajuda dos parentes – a apropriação simbólica no novo território. Os laços fortes como de pai, mãe e irmãos podem definir um indivíduo como migrante ou não.

Na migração, a construção do território-rede através das relações sociais

As motivações que perpassaram a migração do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina para o sudoeste paranaense contaram com a presença efetiva das redes de relações sociais, possibilitando a construção e manutenção de um território-rede, tendo na informação e nas relações de amizade e de parentesco, um forte vínculo socioespacial. As trajetórias demonstram condicionantes objetivos como a busca de terras, trabalho e madeira, bem como de elementos subjetivos como o desejo, a aventura, a amizade e/ou afetividade familiar, dentre outros. Através desse movimento migratório podemos compreender o papel das redes de relações sociais na construção de um território-rede que se constituiu numa espécie de “corrente migratória”, estabelecendo vínculos e referências socioterritoriais (entre o lugar de origem e de destino) que foram delineadores de solidariedades e de conflitos, além de constituírem trunfos espaciais – econômicos (dos recursos) e culturais (afetivos, de visões de mundo). Por isso, na condição transitiva da mobilidade espacial, gaúchos e catarinenses mostraram e se mostraram através de suas narrativas, construíram seus itinerários, no tempo e no espaço, através de um tecer ininterrupto de redes sociais configuradas no processo de des-territorialização.

Notas

1 - Este artigo é uma parte revisada de nossa Dissertação intitulada: *Os períodos das migrações: territórios e identidades em Francisco Beltrão/PR*, defendida em 2009.

2 - Segundo Helion Póvoa Neto (2002, p. 25), a análise da migração deve considerar a “proliferação de redes sociais”, pois, “todo o deslocamento migratório, mesmo o de sujeitos aparentemente isolados, compõe uma imensa teia pela qual circulam, através de redes formais ou informais, pessoas, informações e dinheiro”, conflitos e relações de poder.

3 - Para Ecléa Bosi (1979), a memória na velhice é uma construção de pessoas agora envelhecidas que já *trabalharam*. Isso significa que os velhos, apesar de não serem mais propulsores da vida presente de seu grupo social, têm uma nova função social: *lembrar* e contar para os mais jovens a sua *história, de onde vieram e o que fizeram e aprenderam*. Na *velhice*, as pessoas tornam-se a *memória* da família, de um município, de um território.

4 - Para Franco Ramella (1995, p. 19), a *difusão da informação* na migração deve estar ligada a vínculos e/ou *contatos sociais fortes* como na amizade e no parentesco, pois “la cuestión de la información – cómo es transmitida y adquirida – constituye el problema central y el soporte del análisis (...) los individuos tienen una información limitada, dependiente de sus *redes de relaciones*”. E, como considera Claude Raffestin (1993, p. 53), no território há *informação e comunicação* que “comandam” as relações sociais no processo de des-re-territorialização.

5 - Ferraria é uma “espécie de oficina” onde se fabrica e conserta ferramentas agrícolas como foice, machado, facão, martelo etc.

6 - A inserção de máquinas na agricultura, no processo de renovação técnica, tecnológica e produtiva através da racionalização da produção agrícola se processou com a alteração da estrutura agrária brasileira acarretando a *concentração* da terra em poucas mãos e expulsando milhares de pequenos agricultores do campo como demonstrado por Brum (1988) e Oliveira (1996) dentre outros.

7 - Goettert (2004, p. 138, [grifos do autor]), considera que “as representações dos lugares assumem, na troca de informações entre *gentes de cá e de lá* – dos possíveis lugares de destino e de origem –, papel importante e, muitas vezes, até determinante na construção de expectativas sobre os *lugares de futuro*. Esta construção se dá, no mais, em duplicidade, uma vez que na elaboração de expectativas positivas ou cautelosas sobre os lugares de *lá* também acabam se projetando expectativas negativas sobre os lugares de *cá*.”

Referências

- BOSI, E. *Memória & sociedade: lembrança de velhos*. São Paulo: SP. T. A. Editor, 1979.
- BRUM, A. J. *Modernização da agricultura: trigo e soja*. Petrópolis: Vozes, 1988.
- GOETTERT, J. D. *O espaço e o vento: olhares da migração gaúcha para Mato Grosso de quem partiu e de quem ficou*. Tese de Doutorado. PPGG- FCT-UNESP: Presidente Prudente, 2004.
- HAESBAERT, R. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- MONDARDO, M. L. *Os períodos das migrações: territórios e identidades em Francisco Beltrão-PR*. Dissertação de Mestrado. PPGG-UFGD: Dourados/MS, 2009.
- OLIVEIRA, A. U. de. *A agricultura camponesa no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 1996.
- PÓVOA NETO, H. As migrações no mundo globalizado: recentes mudanças e tendências. *Anais do XIII Encontro Nacional de Geógrafos*. João Pessoa, 2002.
- RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.
- RAMELLA, F. Por un uso fuerte del concepto de red en los estudios migratorios. In: BJERG, M.; OTERO, H. (Orgs.). *Inmigración y redes sociales en la Argentina moderna*. Tandil: CEMLA-IEHS, 1995, p. 9-21.
- SANTOS, G. A. Redes e território: reflexões sobre a migração. In: DIAS, L. C. SILVEIRA, R. L. da. *Redes, sociedades e territórios*. 2ª ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2007, p. 51-78.

SCHERER-WARREN, I. Redes sociais: trajetórias e fronteiras. In: DIAS, L. C. SILVEIRA, R. L. da. *Redes, sociedades e territórios*. 2ª ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2007, p. 29-50.

RESUMO

Investigamos aqui a diáspora gaúcha e catarinense para o Paraná das décadas de 1940 a 1970, especialmente, resgatando trajetórias socioespaciais pela memória daqueles/as que migraram em busca de terra. Foi no contexto da política da “Marcha para Oeste” de Getúlio Vargas, com a criação em 1943 da Colônia Agrícola General Osório (CANGO), e no interior de um tecer ininterrupto de redes sociais entre migrantes, amigos e familiares que essa migração se configurou no processo de des-re-territorialização.

Palavras-chave: diáspora; redes sociais; Paraná (Brasil).

ABSTRACT

We investigated the diaspora of migrants from Santa Catarina and Rio Grande do Sul to Paraná, mainly from the 1940s to the 1970s, recovering trajectories in the socio-spatial memory of those who migrated in search of land. It happened in the context of the “March to the West” during the Presidency of Getúlio Vargas, with the creation in 1943 of General Osorio (CANGO) Agricultural Settlement, and within a process of constituting social networks between migrants, family and friends. This migration is understood according to process of de-territorialization and re-territorialization.

Keywords: diaspora; social networks; Paraná (Brazil).

LA CITTÀ ABBANDONATA

Dove sono e come cambiano le periferie italiane

Mauro Magatti (org.)

Bolonha (IT), Società Editrice El Mulino, 2007, 523p.

“A cidade abandonada” é o título deste livro que recolhe as análises de um longo e rico percurso de pesquisa em que se procurou investigar “onde se encontram e como mudam as periferias italianas”. Essas periferias são chamadas hoje de “quartieri sensibili”, bairros residenciais que se tornaram sinônimo de “depósitos” de indivíduos e grupos periféricos aos centros urbanos, cada vez mais heterogêneos entre si, e que concentram níveis diferentes e agudos de problemas sociais. A hipótese é de que neles se condensariam as contradições que caracterizam atualmente o espaço urbano das cidades, atravessado por fluxos de bens e capitais, polarizado pela relação entre o local (o território das localidades) e o global (os fluxos que o atravessam). Nesses bairros se poderia ter, como num “espelho” privilegiado, a explicitação sobre o que estaria se tornando a cidade contemporânea.

Essa pesquisa foi levada a frente por uma parceria entre a Cáritas Italiana (organização de ação social ligada à Igreja Católica) e a Universidade Católica de Milão (IT), departamento de sociologia. Procurou cobrir um arco diversificado de temas e interesses: a condição humana, tal qual se deixa revelar nesses determinados contextos urbanos; a exploração dos “pontos cegos” da cidade atual, com uma morfologia espacial fragmentada, com ritmos e grupos sociais desiguais, numa multiplicidade cada vez mais heterogênea; um exame da dinâmica de periferização das cidades europeias, privilegiando o caso italiano; a discussão de conceitos e dinâmicas ligadas à cidade, tais como a polarização periferia-centro, o processo de urbanização, a marginalização e novas dependências, a organização popular, a incidência dos fluxos globais no espaço urbano. Foram dois anos de pesquisa (2005 e 2006) organizada em torno de uma equipe central de pesquisadores da Universidade de Milão, e uma equipe de pesquisadores locais, que realizaram o trabalho de pesquisa etnográfica nos bairros, com o apoio e orientação da equipe central. Essa base etnográfica, materializada em pormenorizados relatórios de campo locais, foi

fundamental para a análise comparativa desenvolvida ao longo do livro. Esses relatórios foram reunidos num CD-ROM que acompanha a publicação, e são fonte privilegiada de observações, servindo como base de dados para o conhecimento de cada periferia pesquisada. Sobre os procedimentos metodológicos, o livro também traz um posfácio em que são descritos os passos e as dinâmicas seguidas ao longo da pesquisa.

Cada capítulo é redigido por um dos pesquisadores associados à equipe central da Universidade Católica. No primeiro, procura-se traçar uma panorâmica teórica em que se demonstra como esses “quartieri sensibili” se tornaram uma comprovação eloquente da realidade urbana atual enquanto “nova questão social”. O padrão “centro-periferia” vem sendo questionado por um processo que conjuga a mobilidade entre espaços diferenciados de habitação, consumo e produção cultural. A vida cotidiana nas cidades vem se organizando em torno de uma pluralidade de âmbitos espaciais, cada vez mais especializados, num conflito latente entre a lógica da localidade e a lógica dos fluxos. O espaço urbano define-se por uma “heterotopia”, ou seja, pela mobilidade e conexão entre múltiplos lugares diferentes, e muitas vezes contíguos e estranhos entre si, que assumem um valor específico segundo as funções que exercem na vida social. No mundo flexível da mobilidade do capital, cada espaço se valoriza conforme a função que realiza em relação às expectativas dessa mesma mobilidade. Essa diferenciação funcional dos espaços cada vez mais especializados, concomitantemente à mobilidade e conexão intensa entre eles, acaba por aguçar a situação de marginalidade e isolamento de muitos dos bairros periféricos, que não conseguem entrar em conexão e se adaptar à nova realidade urbana. Cada vez mais sem função, vistos como “bairros dormitórios” à margem da fluidez do mundo globalizado, são relegados a uma situação de um “não-lugar”, representando o novo lado da pobreza e da exclusão contemporâneas. Embora sejam questões pertinentes em qualquer parte do mundo, na medida em que a urbanização é hoje definitivamente um fenômeno mundial, o caso italiano é bastante significativo quando se sabe de sua longa história na conformação de espaços urbanos aptos à construção de espaços públicos a partir da convivialidade dos seus cidadãos.

O capítulo seguinte traz uma síntese dos relatórios etnográficos, fazendo uma rápida “radiografia” de todos os bairros estudados. São eles: Begato, em Gênova; San Paolo, em Bari; Librino, em Catânia; Zen, em Palermo; Scampia, em Napoli; Esquilino, em Roma; Ex-Zona 13, em Milão; Isolotto, em Florença; Navile, em Bolonha; Barriera de Milano, em Turim. Desses dez bairros, os cinco primeiros foram construídos a partir de grandes projetos arquitetônicos, financiados pelo poder público, em vista da formação de grandes conjuntos habitacionais populares, segundo uma concepção urbanística racionalista que previa bairros autônomos segundo padrões modernos de sociabilidade.

Desses, quatro foram construídos no sul da Itália (San Paolo, Librino, Zen, Scampia), com pouca tradição de vida associativa urbana, servindo para abrigar a grande (e por vezes descontrolada e inesperada) demanda provinda da migração rural-urbana ou do deslocamento de outras áreas urbanas. Begato, situado no norte da Itália, repete em vários pontos essas características, acirrando, porém, certos traços de anomia já presentes nos anteriores. Todos esses grandes conjuntos não cumpriram seu projeto inicial, e se tornaram posteriormente locais propícios para o desenvolvimento de todos os tipos de problemas sociais: mercado clandestino, criminalidade, vandalismo, ocupação irregular, pobreza endêmica, precariedade da saúde física e mental, entre outros. Os cinco últimos bairros estudados, por sua vez, não podem ser considerados “periferias” no sentido clássico do termo, embora sejam associados a locais degradados e vulneráveis a diferentes formas de pobreza e desajustes sociais. Embora muitos deles possuam uma rica tradição de associativismo e de mobilização operária ou eclesial, a grande perplexidade surge diante dos novos fluxos de população e de empreendimentos que ocupam o espaço do bairro, criando reações de insegurança, isolamento, marginalidade e estranhamento. Sendo todos bairros de velha urbanização, preponderantemente no norte da Itália, possuem mais recursos de mobilização, mas de maneira mais explícita colocam interrogações sobre o futuro de sua localidade frente às novas contingências a que são obrigados a se adaptar.

Os cinco capítulos seguintes examinam longamente temas transversais que dizem respeito às condições vividas nesses bairros. O terceiro capítulo acompanha a trajetória do ideário urbanístico – da “utopia urbanística” à “cidade de projetos” – em que se situam os bairros estudados, buscando também o modo como vem sendo pensadas as formas de recuperação ou requalificação desses bairros, enquanto espaços sujeitos à marginalidade e degradação. Percorrendo a trajetória do pensamento urbanístico, que nos anos 1950 a 1970 era marcado pela utopia racionalizadora, descreve como a ação do Estado-Providência esteve dando sustentação à formação dos grandes projetos habitacionais. A explosão das periferias, sua degradação e a concentração de problemas no seu interior acompanhou a busca de uma nova proposta urbanística a partir dos anos 1980, segundo uma concepção da cidade pós-moderna que se desenvolve por projetos, mediadora de uma recuperação do espaço urbano a partir de capitais privados. As operações de requalificação do espaço urbano algumas vezes buscaram modalidades de ação integrada, sobretudo naqueles bairros que possuíam já uma tradição de mobilização, envolvendo a participação da população local, das instituições públicas e da iniciativa privada. Porém, boa parte das vezes eram ações intervencionistas, ora hiperlocalizadas na recuperação de equipamentos, ora voltadas para o “city marketing”, facilitando operações visando o mercado global e marginalizando completamente a

população local. As contradições dessa história de intervenções urbanísticas, condicionando o dia a dia dos habitantes desses bairros, servem de pano de fundo para outras dimensões de sua vida cotidiana.

Nesse sentido, no capítulo quarto, coloca-se em questão essa vivência cotidiana, em bairros que parecem concentrar os descompassos e desigualdades gerados pelas transformações das cidades contemporâneas. Ao considerar as possibilidades de inserção no mundo globalizado, sabe-se que o que garante a funcionalidade atribuída a determinado espaço é o seu nível de conectividade e a facilidade de ser transitável ou não. Ora, esses bairros parecem justamente estar marcados por sua fraca conexão com outros espaços urbanos e sua baixa transitividade. São caracterizados por uma dimensão do tempo rígida, sem uma memória significativa do passado e sem perspectivas de futuro, em que parecem imobilizados num presente imerso na repetição. Imobilismo esse que se manifesta na dificuldade em se transitar pelo seu interior e em se deslocar em direção ao exterior. Apesar de muitas vezes serem circundados por vias expressas, ou mesmo serem atravessados por elas, seus habitantes parecem condenados a uma mobilidade restrita e obrigados ao sedentarismo doméstico. Restrições à mobilidade que se estendem ao mundo da cultura e dos relacionamentos vicinais, cada vez mais circunscritos ao meio doméstico ou projetados no mundo imaginário da mídia e do consumo. Essa desconexão e intransitividade parecem também ser as características principais do modo como é percebida e vivida, em sua pluralidade, a pobreza no interior desses bairros. O quinto capítulo examina então a questão da “pobreza da cidade heterotópica”, vendo como o processo de empobrecimento no interior dos “quartieri sensibili” apresenta-se multifacetado e se desenvolvendo segundo várias dimensões inter-relacionadas, em contraposição aos outros espaços urbanos conectados aos grandes fluxos de capitais. Nesse sentido, são descritos vários cenários de pobreza, que, conforme essas dimensões se conjugam em cada área, recompõem as diferentes formas de carência, em termos de dotação contextual ou pessoal: pobreza urbanística, institucional, econômica em vários sentidos, sociocultural, relacional. A partir desses cenários, formula-se uma tipologia para se compreender as modalidades de vivência da pobreza em contextos marcados pela heterogeneidade, fragmentação e incomunicabilidade entre seus habitantes. Em tudo se percebe uma dinâmica de distanciamento, em nível interno, e de desconexão, em relação aos espaços externos da cidade. Seja qual for o redimensionamento do espaço interno desses bairros por seus habitantes, como “blocos” (sul da Itália) ou como “arquipélagos” (norte da Itália), em todos eles existe a percepção de uma tendência para a criação de novas formas de “apartheid” urbano.

Considerando a importância da categorização de “conexão” e “transitividade”, os dois últimos capítulos polarizam dois temas que dizem respeito à

problemática da realização da sociabilidade nesses bairros: o da percepção da insegurança e da violência; e o das formas de cooperação e organização civil. O capítulo sexto, ao tratar da percepção de insegurança e de violência nesses bairros, coloca a questão da presença invasiva da alteridade, que viola o espaço de identificação de grupos e indivíduos. Não que a violência e a criminalidade sejam apenas uma questão de “percepção”, pois elas são uma realidade palpável em alguns bairros, sobretudo no sul da Itália (em que o crime organizado se revela um verdadeiro “poder paralelo”). Mas, em todos eles o grande desconforto vem da percepção de se estar permanentemente confrontando e transitando no “espaço do outro”. Em todos os cenários de violência delineados (da “criminalidade organizada”, da “violência anômica” ou do “espaço violado”) a ausência de instâncias de mediação reconhecidas (do Estado ou da sociedade civil) leva a um entrincheiramento em espaços reduzidos e reconhecidos, a uma temporalidade bloqueada e a uma sociabilidade restrita e codificada. Existe uma percepção generalizada, e reforçada pela ação da mídia, de um processo de estigmatização que condiciona todas as tentativas para reverter o quadro social de degradação e isolamento vivido pelos habitantes desses bairros. É nesse sentido que o capítulo seguinte procura examinar as tentativas de associação que no seu interior se propõem a sanar as carências desses bairros através de formas variadas de exercício da solidariedade. O mundo associativo apresenta-se mais consistente naquelas localidades que herdaram uma tradição de organização e mobilização social, como nos antigos bairros operários do norte da Itália, em que mesmo a Igreja teve um papel destacado no incentivo ao associativismo (como as comunidades eclesiais de base em Isolotto). Se de um lado há uma grande variedade e pluralidade de organizações e ações coletivas em todos os bairros pesquisados, com maior ou menor incidência política, por outro, em todos eles se ressentem a ação de dissolução produzida pelo novo contexto, marcado por um recuo das instituições do Estado, ao lado de um isolamento dos atores sociais. Surge então como questão urgente a necessidade de recomposição da sociedade civil visando a reconstruir, em novos termos, o chamado “espaço público”, a partir de novas estratégias de comunicação, de convivência e de convergência de interesses comuns. De todo modo, existe uma percepção nítida de que nada será possível sem uma fundamentação institucional mais clara, mais sólida politicamente, mais articulada no longo prazo.

Esse rico trabalho de pesquisa fornece elementos úteis para reflexão e debate em vários sentidos. Gostaríamos de destacar dois pontos. Em primeiro lugar, a importância da questão das migrações no processo de urbanização atual, e como ele se demonstrou capital mesmo na organização do espaço urbano em países do Velho Continente, como a Itália. Não há como tratar da questão urbana atual sem considerar a temática transversal da mobilidade

humana, que diz respeito a tudo aquilo que se refere à inserção social, como a moradia, o trabalho, a educação, os espaços de convivialidade, e formação cultural e religiosa. Nesse sentido, o que o dado da mobilidade humana sempre levanta – e que os desajustes dos grandes projetos arquitetônicos ou das operações de requalificação urbana estudados demonstram – é a questão da subjetividade dos migrantes, sejam eles do “sul da Itália” ou “extracomunitários”. Pois, com efeito, é essa subjetividade (ou a “alteridade” que ela representa) que vai preencher com conteúdo concreto as relações sociais no cotidiano, dentro do enquadramento urbano desses bairros. Também é em relação a ela que devem ser pensadas as alternativas de organização social entre seus habitantes. Em segundo lugar, pode-se questionar até que ponto, a partir dos países do Terceiro Mundo, há sentido em se falar em “cidades” do mesmo modo como ainda se imagina na Europa, e se repercute nas páginas desse livro. Num debate promovido em junho em 2009 a propósito dessa pesquisa, por Mônica Martinelli, uma das pesquisadoras da equipe da Universidade de Milão, junto a um grupo de geógrafos da Universidade de São Paulo, foi argumentado exatamente como em países como o Brasil, de urbanização recente atingindo proporções extraordinárias, não é possível pensar a “cidade” nos mesmos termos da tradição de “espaço urbano” como aquela herdada na Itália. Em países cuja urbanização ocorreu de forma avassaladora em questão de décadas (quando não no espaço de alguns poucos anos), movido por um gigantesco fluxo migratório, as questões levantadas pela pesquisa assumem outra dimensão, e uma gravidade tanto maior que não existe propriamente memória de um “espaço público” a ser resgatado. No mundo da globalização, da heterotopia, qual a valorização a ser esperada dos espaços e das populações dos aglomerados urbanos do chamado Terceiro Mundo? Poderão se tornar verdadeiras “cidades” como ensina a tradição europeia, o lugar dos encontros e debates entre cidadãos que dão vida conjuntamente ao espaço público?

Este livro, seja pela síntese que realiza, seja pela riqueza de informações que acumula, traz uma contribuição inestimável para aqueles que desejam contribuir para a melhoria da qualidade de vida de nossas cidades, tentam conhecer melhor o lugar das novas populações que se instalam em seu interior, e combatem os diferentes cenários de pobreza e violência que inibem a construção de novas formas de cidadania.

Por: *Sidnei Marco Dornelas*
Centro de Estudos Migratórios

Normas para apresentação de textos

Artigos

Tamanho máximo de 400 linhas, fonte Times New Roman, 12;

Faça constar dois breves resumos, um em inglês (obrigatório) e outro em português ou espanhol, bem como três palavras-chave nos dois idiomas.

Lembramos que a Travessia publica textos em português e espanhol;

Siga as normas da ABNT, ex: MELO, José. *O imigrante*. São Paulo: Cortez, 2008. Nas referências, relacione apenas as fontes citadas, em ordem alfabética e, quando da repetição de um autor, obedeça a ordem cronológica;

Não transforme em nota o que é fonte bibliográfica, insira no próprio texto (sobrenome do autor, data e, quando necessário, a paginação); não utilize nota no título;

Para a breve identificação acadêmico-institucional, utilize asterisco; sempre que houver mais de um autor, a Travessia reproduzirá a ordem constante no texto recepcionado;

Evite o uso de linguagem rebuscada e, na medida do possível, inclua alguns intertítulos;

No caso de fotos, envie em arquivo separado, acompanhadas dos devidos créditos e autorização para divulgação na Travessia e com resolução não inferior a 250 dpi; mapas, gráficos, figuras também devem ser enviados como arquivos separados, em preto e branco, informando sua localização no texto;

Todos os textos devem ser inéditos e seu envio à Travessia implica na cessão de direitos autorais e de publicação à revista; o conteúdo é de inteira responsabilidade dos autores, porém, o Conselho Editorial reserva-se o direito de selecionar os que serão publicados, efetuar correções de ordem normativa, gramatical e ortográfica, bem como sugerir alterações;

Texto publicado dá direito a dez exemplares da edição, para tanto envie seu endereço postal completo.

Resenhas

Devem conter cerca de 50 linhas, fonte Times New Roman, 12.

Contos, relatos, textos divulgativos e de caráter militante

De preferência, breves, não superiores ao tamanho dos artigos; dispensam apresentação de resumos.

ADQUIRA NÚMEROS ANTERIORES
&
ASSINE TRAVESSIA – Revista do Migrante

TRAVESSIA – Revista do Migrante, agora semestral e com novo formato, está na estrada desde maio de 1988. Na trilha desses anos todos, pesquisadores das mais diversas áreas focaram seus diferentes olhares na complexa e desafiadora realidade que envolve os migrantes. Outras vezes foram os próprios migrantes e agentes sociais que registraram o seu olhar.

Trabalho
Memória
Identidades
Redes
Fluxos
Fronteira
Retorno
Preconceitos
Brasileiros no exterior

Estes são apenas alguns dos tantos temas e abordagens que se encontram à sua disposição no CEM, através dos mais de 60 números já publicados. Para assinar e/ou solicitar números anteriores, navegue pela nossa página

www.cemsp.com.br

Nela você encontra:

- Os números publicados,
- O sumário de cada número,
- Os preços de um exemplar ou da coleção completa,
- A forma de pagamento
- A opção de assinatura por um ou por dois anos.

Confira e entre em contato conosco!

AMERICAN GULAG: Inside U. S. immigration prisons

Mark Dow

University of California Press, Los Angeles, 2004, 413 p.

Relato minucioso sobre o funcionamento dos Centros de Detenção para imigrantes em situação irregular presos nos EUA. O autor toma depoimentos dos imigrantes prisioneiros, dos carcereiros e agentes de governo que acompanham os processos. Além de traçar o perfil de vários imigrantes detidos, cruzando suas histórias, relata casos de tormentos psicológicos, racismo, violências físicas, humilhações e as condições inumanas de detenção. Também traz um breve histórico da legislação imigratória americana, incluindo as repercussões do ataque terrorista de 11 de setembro de 2001.

THEORIZING DIASPORA

Jana Evans Braziel and Anita Mannur (orgs.)

Blackwell Publishing, Oxford, 2003, 345 p.

Explorando os impactos da dispersão de populações e culturas através de muitas regiões e esferas socioculturais, os estudos sobre a diáspora vêm emergindo como uma área de pesquisa vibrante em meio ao rápido e crescente movimento do transnacionalismo e da globalização. Este volume reúne alguns dos mais influentes autores, cujos trabalhos têm dado forma a este campo de estudos como um terreno específico de pensamento pós-colonial, entre os quais aparecem: Appadurai, Gilroy, Hall, entre outros.

BORDER OF DEATH, VALLEY OF LIFE: An Immigrant Journey of Heart and Spirit

Daniel G. Groody

Rowman & Littlefield Publishers, Maryland, 2007, 185 p.

Trata-se de uma análise crítica do Valley Missionary Program, desenvolvido para a formação cristã de imigrantes mexicanos do Vale Coachella pelos missionários da Congregation of Holy Cross. Trata-se de uma reflexão teológica sobre uma experiência de fé, tal como proposta com uma metodologia e espiritualidade que dialoga com a herança cultural e a trajetória de vida dos imigrantes.

INTERPRETING BEYOND BORDERS

Fernando F. Segovia (org.)

Sheffield Academic Press, Sheffield (England), 2000, 191 p.

Trata-se de ensaios de interpretação da Bíblia que trazem como pano de fundo uma realidade fundamental de nosso tempo: o grande movimento de povos que se deslocam por uma variedade de razões, atravessando diferentes países e culturas. Do cruzamento dessas migrações é que está nascendo o “intelectual diaspórico”; a situação de múltiplos deslocamentos vivenciados por ele próprio transforma-se num ponto de observação privilegiado para a reflexão e interpretação, quer no campo dos estudos teológicos, quer dos estudos bíblicos.

REMHU

Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana

Ano XVIII Nº 34 - jan./jun. - 2010

Migração e Identidades

Migration and identities in the globalized world

Zygmunt Bauman

A noção de identidade e seu uso nos estudos migratórios

Miriam de Oliveira Santos

Identidade, migração e suas dimensões psicossociais

Sylvia Duarte Dantas; Laura Ueno; Gabriela Leifert; Marcos Sugiura

La politica del riconoscimento sociale: il contributo di Charles Taylor

Matteo Sanfilippo

Pueblos indígenas, migración transnacional e identidades

Pilar Cruz Zúñiga

Subjetividade e subversão do racismo: um estudo de caso sobre os haitianos na República Dominicana

Renata de Melo Rosa

Dialogo e identità. Considerazioni filosofico-teologiche a partire dall'esperienza migratoria

Agnese Varsalona

Construção da identidade religiosa em contexto migratório

Roberto Marinucci

Identidades negociadas

Carina Santos de Almeida

Migração, identidade, interculturação

Paulo Suess

Identidad religiosa de un pueblo en camino

José Cervantes Gabarrón

Para assinatura apoio ou para **submissão de artigos à REMHU** entre em contato:

CSEM – Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios
SRTVN 702 – Conj P – Ed. Brasília Rádio Center - Sobrelojas 1 e 2

70719-900 Brasília – DF / Brasil

Tel/fax: (0055. 61) 3327 0669

www.csem.org.br

csem@csem.org.br / remhu@csem.org.br



estudios migratorios latinoamericanos

AÑO 21

DICIEMBRE 2007

Nº 64

ARTICULOS

Muestras de nacionalismo entre los italianos de Argentina: La Patria degli italiani y la guerra de Libia (1911-1912)

Federica Bertagna

La política del patriotismo: La conformación de la Asociación Patriótica Española (1896-1898)

Ana Leonor Romero

Ni un árbol donde ahorcarse: El exilio vasco y el humanismo cristiano en Argentina

José A. Zanca

La transmisión del catolicismo en familias de inmigrantes: Continuidades y rupturas a lo largo del linaje generacional

Elena Zapponi

REVISTA DE REVISTAS

CRITICAS BIBLIOGRAFICAS

Raúl Soutelo Vásquez - Emigración de retorno e dinámicas sociopolíticas locais na Galicia rural: unha microanálise dende Valga, 1890-1950.

María Liliana da Orden

José Antonio Vidal Rodríguez - La emigración gallega a Cuba: trayectos migratorios, inserción y movilidad laboral, 1898-1968.

Alejandro Fernández

Pierrete Hondagneu-Sotelo - Religion and Social Justice for Immigrants.

Luis Rodolfo Morán Quiroz

Índice Cronológico y de autores de la revista de los números 1 al 64 (1985-2007)

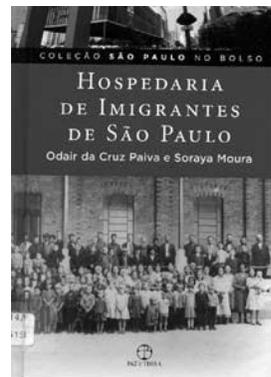
Espaço aberto à divulgação de livros doados à Biblioteca do CEM

Serão divulgados apenas os livros que se enquadram nos critérios de catalogação da Biblioteca do CEM, especializada em migrações.



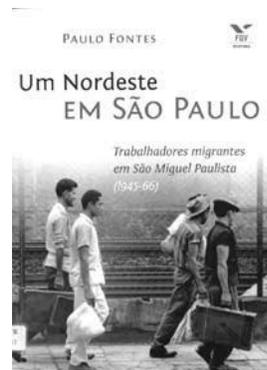
Trata-se de uma coletânea de ensaios, de iniciativa do NIEM – Núcleo Interdisciplinar de Estudos Migratórios, organizada por **Giralda Sayferth, Helion Póvoa, Maria C. Zanini e Miriam Santos**, a qual apresenta um caleidoscópio de abordagens interdisciplinares que, através de diferentes ângulos, analisam os crescentes deslocamentos espaciais de populações em escala metropolitana, inter-regional e internacional, bem como questões sobre a construção de fronteiras territoriais e simbólicas que visam limitar a mobilidade de migrantes e refugiados.

Odair da Cruz Paiva e Soraya Moura resgatam a história da Hospedaria a partir de três aspectos: a) A evolução histórica do alojamento de imigrantes na cidade de São Paulo até a sua construção, estrutura e funcionamento; b) Os fluxos migratórios e suas conexões com as questões sociais, econômicas e políticas; c) A constituição do Memorial do Imigrante como lugar de preservação da memória dos fluxos migratórios.



Este livro, organizado por **Soraya Moura**, fartamente ilustrado e em versão bilingue, é fruto das comemorações dos 120 anos de história do edifício da antiga Hospedaria. Lançado em 2008, por ocasião do décimo aniversário do Memorial do Imigrante, oferece ao público parte dos registros das inúmeras histórias guardadas em seu acervo, que se transformaram numa grande viagem pela história da imigração para São Paulo.

Paulo Fontes estuda o impacto das migrações internas, em particular a nordestina, e da urbanização no processo de formação da classe trabalhadora brasileira entre os anos de 1945/66. Seu foco de análise é o bairro paulistano de São Miguel Paulista, vinculando às questões relativas à fábrica e às lutas sindicais, outras ligadas à localidade, à migração e ao cotidiano, donde emerge a importância das redes sociais e do espaço público para a criação de identidade e luta por direitos por parte dos trabalhadores.



Seja um(a) Colaborador(a)

Pensou migrante, pensou *Travessia!*

Pensou diferente, pensou *Travessia!*

De estrada palmilhada, por um Conselho Editorial atuante, lá se vão de vinte anos mais.

A temática para a qual você estendeu o seu olhar, é mais do que candente: Os **migrantes**

Politicamente.....	ora desejados, ora indesejados - sempre estiveram na ordem do dia e, na atualidade, transformaram-se em tema das agendas internacionais de governos;
Culturalmente.....	alguns são homenageados, vangloriados; outros, a maioria, discriminados, vítimas de preconceito, quando não de xenofobia;
Economicamente..	são integrantes, como fator de maior visibilidade, de um dos eixos constitutivos da modernidade - a mobilidade do trabalho;
Teoricamente.....	abordados a partir de diferentes enfoques, nem sempre conseguem ser suficientemente abarcados.

Se seu horizonte não minguar nos limites do acadêmico, dispute este espaço, pois a *Travessia* transita para além das estantes.

Você encontra aqui um espaço ágil e flexível para socialização

dos seus estudos acadêmicos

da sua produção literária

da sua atuação militante.

A qualquer momento você pode enviar a sua colaboração.

*Dos/as migrantes cabem,
na ginga da Travessia,
as amostras da empiria,
os embates da teoria,
as lutas do dia a dia,
os sonhos da poesia.*

cemsp@cemsp.com.br

www.cemsp.com.br

Sumário

Apresentação
Helion Póvoa Neto

Dossiê – Brasileiros em Londres

Introdução
Tânia Tonhati e Gustavo Dias

Brasileiros em Londres: um perfil socioeconômico
Yara Evans

Saboreando o Brasil em Londres: comida, imigração e identidade
Graça Brightwel

O *Made in Brasil* em Londres: migração e os bens culturais
Simone Frangella

Casa de brasileiros em Londres: a importância da casa
para os imigrantes brasileiros
Gustavo Tentoni Dias

O papel da família e de organizações civis no ensino
de português para crianças (anglo) brasileiras
Ana Beatriz Barboza de Souza

Ver-se nos olhos do outro: gênero, raça e
identidade brasileira no estrangeiro
Claudia Barcellos Rezende

Os imigrantes poloneses em São Paulo pela lente do DEOPS
Erick Reis Goldiauskas Zen

Estrategias de inserción de inmigrantes caboverdeanos en los
Estados Unidos, Portugal y en la Argentina
Marta M. Maffia

Por um pedaço de chão: a diáspora gaúcha e catarinense para o
Paraná e a construção do território-rede
Marcos Leandro Mondardo

Resenha

www.cemsp.com.br